PODER LEGISLATIVO

Resenha Parlamentar

ACIDENTES DO TRABALHO

No Senado Federal

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, a redação final do projeto de lei do Senado emendado pela Câmara dos Deputados, que dispõe sôbre seguros de acidentes do trabalho (*D.C.* 2-9; pág. 356).

Foi aprovada a redação final do projeto de lei do Senado, emendado pela Câmara dos Deputados, que dispõe sôbre seguros de acidentes do trabalho (*D.C.* 3-9; pág. 408).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Breno da Silveira apresentou projeto que isenta de impôsto de transmissão as propriedades agrícolas, de área não superior a 20 hectares, explorada pelo próprio dono e sua família (*D.C.* 1-9; pág. 978).

Com emenda do Senado, foi a imprimir o projeto que autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimentos com os Governos Estaduais e o Instituto do Cacau, por intermédio do Ministério da Agricultura, para traçar e executar Plano de Combate às pragas que infestam a lavoura cacaueira (*D.C.* 3-9; pág. 1.092).

O Deputado Ubirajara Keutenedjian apresentou projeto que institui um plano especial de financiamento da lavoura da banana (*D.C.* 4-9; pág. 1.149).

Em segunda discussão, foi aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que dispõe sôbre o financiamento das lavouras do café (*D.C.* 4-9; pág. 1.158).

No Senado Federal

Retirado da ordem do dia, voltando às Comissões Técnicas, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre o penhor de produtos agrícolas (*Diário do Congresso* 3-9; pág. 408).

Adiada a votação do projeto de lei da Câmara, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr$ 40.000.000,00, para atender às despesas de financiamento de uma rêde nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras de acôrdo com o estabelecido na Lei n.º 1.168, de 2-8-50 (*D.C.* 3-9; pág. 409).

AMPARO AOS NORDESTINOS

No Senado Federal

Encerrada a discussão e enviado à Comissão de Constituição e Justiça para dar parecer sôbre a emenda o projeto de lei do Senado que regula o amparo às famílias que fogem aos efeitos das sêcas do Nordeste e o seu aproveitamento na colonização (*D.C.* 1-9; pág. 346).

Lido, em continuação à primeira discussão, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sôbre o projeto de lei do Senado que regula o amparo às famílias que fogem aos efeitos das sêcas do Nordeste e o seu aproveitamento na colonização. Nessa oportunidade falaram os Senadores João Vilasboas, Atílio Vivaqua, Ferreira de Souza, Aluízio de Carvalho e Apolônio Sales. Em conseqüência da aprovação do parecer é rejeitado o projeto por inconstitucional (*D.C.* 3-9; págs. 404-407).

ANULAÇÃO DE CASAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Publicado o voto do Deputado Arruda Câmara ao projeto que dispõe sôbre nova norma de anulação de casamento (*D.C.* 2-9; pág. 998).

AUTONOMIA MUNICIPAL

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que exclui da classificação constante do artigo 1.º da Lei n.º 121, de 1947, que enumera as bases ou portos militares de importância para defesa externa do país, o Município de Salvador, Bahia (*D.C.* 2-9; pág. 1.042). Aprovada a redação final na sessão de 2 de setembro (*D.C.* 3-9; página n.º 1.106).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que concede durante cinco anos contribuição anual ao Instituto Butantã, de São Paulo (*D.C.* 1-9; pág. 981).

Em virtude de emenda, volta às comissões o projeto que concede inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.* 1-9; pág. 982).

Publicada a redação final dos seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para auxiliar a realização, em Cuiabá, Mt., de um Congresso Eucarístico e dos festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Corrêa; idem para a realização do II Congresso Nacional de Anatomia e Ciências Afins; idem para a Associação Serrana de Defesa dos Agropecuaristas de Ijuí, RS.; e à Exposição Agropecuária e Feira de Amostras promovidas pela Prefeitura Municipal de Crato, Ce.; e concede à Academia Brasileira de Filologia, com sede no Distrito Federal, uma subvenção anual (*D.C.* 2-9; página 1.042). Aprovadas as redações finais na sessão de 2 de setembro (*D.C.* 3-9; pág. 1.106).

Os Deputados Moreira da Rocha e Ranieri Mazzilli apresentaram os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas com a realização do II Congresso Internacional de Reumatologia; idem para auxiliar o Centro Estudantil Cearense na construção do Ginásio 11 de Agôsto, em Fortaleza; e idem, para a realizacão do Congresso Mundial de Imprensa, a reunir-se em São Paulo, em 1954 (*D.C.* 2-9; págs. 1.046-47).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora entre os estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.* 3-9; página número 1.092). Idem o que concede auxílio ao Centro 11 de Agôsto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para a comemoração do seu cinqüentenário (pág. 1.097).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que concede inclusão da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.* 3-9; pág. 1.117).

O Deputado José Guimarães apresentou projeto que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula, do Distrito Federal, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.* 3-9; pág. 1.121).

O Deputado José Romero apresentou projeto que concede uma subvenção anual à Academia Nacional de Medicina (*D.C.* 5-9; pág. 1.186).

No Senado Federal

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr$ 100.000,00, para atender às despesas com a realização do I Congresso de História do Paraná (*D.C.* 1-9; pág. 349).

Aprovado o parecer da redação final das emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara que inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União as Faculdades de Filosofia e Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (*D.C.* 1-9; pág. 350).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza a abertura, pelo M.E.S., do crédito especial de Cr$ 400.000,00, como auxílio ao II Congresso Latino-Americano de Sociologia (*D.C.* 3-9; pág. 376).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr$ 5.000.000,00, para pagamento das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrônico de Itajubá, MG., e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto "Sede Sapientiae", de São Paulo (*Diário do Congresso* 3-9; pág. 408).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que modifica os artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 7.103, de 30-11-44, que concede auxílio à Associação Brasileira de Normas Técnicas (*D.C.* 4-9; pág. 417).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara:

a) que trata de uma ajuda ao primeiro Congresso Nacional do Algodão;

b) que concede subvenção anual à Policlínica Geral do Rio de Janeiro; e

c) que trata de subvenção anual concedida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (*D.C.* 5-9; páginas 430-31).

COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

Na Câmara dos Deputados

Publicado para estudo o parecer ao projeto que uniformiza os preços dos combustíveis e lubrificantes líquidos, no território nacional (*D.C.* 1-9; pág. 963).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Na Câmara dos Deputados

Requerida a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a procedência dos bens e valores de propriedade dos diretores e funcionários da CEXIM, desde a vigência da primeira lei de licença prévia (*D.C.* 2-9; pág. 1.041).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final dos projetos: aprova o têrmo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o "The Institute of Inter-American Affairs"; idem de renovação de contrato entre o Govêrno do Território do Guaporé e Gaudêncio Araújo; idem entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma J. Ferreira Marques; idem entre o Ministério da Agricultura e João Wanderley da Costa Lima; mantém a decisão do T. C. denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Govêrno da União e o Estado da Bahia; e idem idem entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a firma Simaco & Cia. (*D.C.* 2-9; páginas 1.043-44). Aprovadas as redações finais na sessão de 2 de setembro (*D.C.* 3-9; pág. 1.106).

O Deputado Brochado da Rocha apresentou projeto que adita dispositivos à Lei n.º 860, de 13-10-49, que dispõe sôbre a revisão do contrato de arrendamento da Rêde de Viação Férrea do Rio Grande do Sul (*D.C.* 3-9; página 1.122).

Encerrada a primeira discussão do projeto que aprova o contrato celebrado entre o Govêrno Nacional e Francisco Bezerra Pinheiro, para fins de irrigação em propriedade dêste (*D.C.* 3-9; pág. 1.130).

Publicada a redação final dos seguintes projetos: aprova o contrato celebrado entre o Govêrno Federal e Miguel Gomes de Souza e outros, para a realização de obras de irrigação em suas propriedades; idem entre o Ministério da Agricultura e Augusto Rocha Neto e sua mulher para o mesmo fim; idem entre o D.C.T. e a firma Eletrobrás, Comércio e Indústria S. A.; idem entre o mesmo e J. Ferreira Marques; idem entre a Alfândega de Belém e o Engenheiro Civil Wilson de Sá Ferreira (*D.C.* 5-9; págs. 1.184-86).

No Senado Federal

Foram a imprimir, com parecer das Comissões Técnicas, os seguintes projetos de decretos legislativos:

a) que aprova o têrmo de renovação de contrato celebrado entre o Govêrno do Território Federal do Guaporé e Raimundo Evangelista dos Santos;

b) que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Renato Giovanni Cecchni; e

c) que reforma a decisão do Tribunal de Contas e autoriza o registro do contrato celebrado entre o Govêrno do Estado de Minas Gerais e o Govêrno Federal (*Diário do Congresso* 1-9; pág. 343).

Foi publicado o parecer da redação final ao projeto de decreto legislativo que denegou registro ao contrato celebrado entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma Cavalcanti, Junqueira S. A., para execução de obras no edifício de apartamentos para oficiais, na Praça General Tibúrcio 83, D.F. (*D.C.* 3-9; página n.º 403).

Foram a imprimir as redações finais dos seguintes projetos de decretos legislativos:

a) que aprova o têrmo de ajuste de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do M.V.O.P., e a firma M. S. Lino & Companhia Limitada; e

b) que mantém decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o D. C. T. e Wolney Frederico Dantas Hupsel, para desempenhar a função de Engenheiro especializado de pesquisas tecnológicas (*D.C.* 3-9; pág. 404).

Chega ao Senado o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o Govêrno da União e o Estado do Rio de Janeiro (*D.C.* 4-9; pág. 418).

Foram a imprimir as seguintes redações finais dos projetos legislativos:

a) que aprova o contrato e o têrmo aditivo àquele entre a Polícia Militar do D. F. e a Ordem Religiosa Filhas de N. S. da Misericórdia, para zelar, esta pela economia, higiene, moralidade e disciplina no Hospital da Corporação;

b) que aprova a renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Mário Pereira Duarte para exercer a função de Técnico em Fitopatologia, no Instituto Agronômico do Leste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas; e

c) que aprova o têrmo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e a Companhia Brasileira de Material Elétrico, para fornecimento de um alternador elétrico e um transformador de fôrça hidrelétrica do Açude Curema, no município de Piancó Pb. (*D.C.* 4-9; pág. 420).

Foi rejeitado o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre a Delegacia de Serviço do Patrimônio da União, no Ceará, e José Pedro de Oliveira (*D.C.* 4-9; pág. 423).

E' aprovada a redação final do projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda. para construir um pavilhão destinado às oficinas e reparos dos carros daquele Departamento (*D.C.* 4 9; pág. 425).

CRIME FALIMENTAR

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que modifica o artigo 199 do Decreto-lei n.º 1.661, de 21-6-45, que dispõe sôbre a prescrição de crime falimentar (*D.C.* 2-9; pág. 1.042). Aprovada a redação final na sessão de 3 de setembro (*D.C.* 4-9; pág. 1.156).

DIPLOMACIA E TRATADOS

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir o projeto da Comissão de Diplomacia que aprova os atos do VI Congresso da União Postal das Américas e Espanha, concluídos em Madri a 9 de novembro de 1950 (*D.C.* 5-9; pág. 1.184).

Publicada a redação final do projeto que ratifica o Tratado de Extradição firmado entre o Brasil e a Bélgica (*D.C.* 5-9; pág. 1.186). Idem que aprova a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, concluída em Londres em 10-6-48 (página número 1.186).

No Senado Federal

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o seguinte projeto de decreto legislativo: que aprova o acôrdo sôbre os transportes aéreos entre o Brasil e a Espanha, firmado no Rio de Janeiro a 28-11-49 (*Diário do Congresso* 5-9; pág. 430).

DOAÇÕES

No Senado Federal

Retirado da ordem do dia por aprovação de requerimento o projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o terreno em que foi edificado o silogeu e abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr$ 5.000.000,00, para auxiliar a construção da futura sede do mesmo Instituto. Nessa oportunidade falou o Senador Aluízio de Carvalho (*D.C.* 3-9; pág. 408).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Em virtude de emendas, volta às comissões o projeto que estabelece normas de cooperação entre a União e as entidades particulares para manutenção de Ginásios e Colégios no interior do país (*D.C.* 1-9; pág. 984).

Encerrada a primeira discussão do projeto que dispõe sôbre o ensino superior no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com sede em São José dos Campos (*Diário do Congresso* 3-9; pág. 1.130).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que regulamenta as atividades dos empregados viajantes (*D.C.* 2-9; página 1.042). Aprovada a redação final do projeto na sessão de 2 de setembro (*D.C.* 3-9; pág. 1.106).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Publicada redação final do projeto que autoriza a abertura de crédito suplementar para atender ao custeio das atividades da Comissão de Desenvolvimento Industrial (*D.C.* 2-9; pág. 1.043). Aprovada a redação final na sessão de 2 de setembro (*D.C.* 3-9; pág. 1.106).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que autoriza a abertura de crédito especial para atender ao pagamento de contribuição do Brasil para o programa ampliado de Assistência Técnica da Organização das Nações Unidas em 1953 (*D.C.* 3-9; pág. 1.120).

Encerrado em primeira discussão o projeto que aprova os pagamentos realizados pela Secretaria da Câmara dos Deputados durante o mês de julho último, pelo saldo da verba de subsídio (*D.C.* 3-9; pág. 1.129).

Com pareceres favoráveis, foram a imprimir os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para regularização das despesas com iluminação, fôrça motriz e gás, realizadas além do crédito orçamentário próprio pelo Departamento de Imprensa Nacional em 1952; e idem para atender aos gastos do Departamento Federal de Segurança Pública com o transporte de presos (*Diário do Congresso* 5-9; pág. 1.183).

Publicadas as seguintes redações finais: abre ao Ministério das Relações Exteriores crédito especial para ocorrer às despesas com a preparação e execução do I Festival de Cinema do Brasil; e idem destinado ao pagamento de trabalhos executados pelo Departamento de Imprensa Nacional para a Comissão do Vale do São Francisco (*D.C.* 5-9; pág. 1.184).

O Deputado Raimundo Padilha apresentou projeto que altera o artigo 4.º e seu § da Lei n.º 305, de 1948, que dispõe sôbre a distribuição, às municipalidades, de uma cota anual correspondente a 10% da arrecadação geral do impôsto de renda (*D.C.* 5-9; pág. 1.189).

No Senado Federal

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr$ 554.495,80, para ocorrer às despesas com o fornecimento de notas de papel-moeda (*D.C.* 1-9; pág. 348).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr$ 35.208.308,90, para completar o pagamento da cota devida aos municípios e relativa ao impôsto de renda (*D.C.* 1-9; pág. 349).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito especial de Cr$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a realização, no Brasil, do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina (*Diário do Congresso* 2-9; pág. 356).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei da Câmara, onde são feitas retificações na Lei n.º 1.757, de 10-12-52, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1953.

Foram aprovados os seguintes projetos de lei da Câmara: *a*) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr$ ..... 2.300.000,00, para pagamento das despesas com a realização da Reunião Parcial da Conferência Mundial de Energia e

b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr$ ..... 486.054,30, para pagamento das despesas efetuadas pela Delegação Representativa do Brasil na VII Reunião das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre as Tarifas Aduaneiras e Comércio (*D.C.* 3-9; pág. 409).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito especial de Cr$ 3.000.000,00, para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Presidente do Peru e do Ministro das Relações Exteriores do Equador (*Diário do Congresso* 4-9; pág. 418).

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, os seguintes projetos de lei da Câmara:

a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito suplementar de Cr$ 1.300.000,00, ao orçamento de 1952, para refôrço de verba;

b) que autoriza abertura de um crédito especial de Cr$ 2.730.000,00, ao M.T.I.C. para atender a despe-

sas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos postos de pouso e recuperação em Pirapora e Monte Azul (*D.C.* 4-9; pág. 419).

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir o projeto que institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o impôsto único sôbre energia elétrica, altera a legislação do impôsto de consumo e dá outras providências (*Diário do Congresso* 2-9; pág. 1.018). Iniciada a primeira discussão na sessão de 4 de setembro (*D.C.* 5-9; página número 1.104).

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado ao pagamento de indenização devida a Zuccoli Despachos Marítimos & de Aduana (*D.C.* 3-9; pág. 1.094).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Os Deputados João Camilo e Ulysses Guimarães apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: concede isenção de direitos de importação para materiais elétricos e máquinas hidráulicas importadas pela Prefeitura de Rio Casca, M.G.; e idem para equipamento destinado à instalação da primeira fábrica de chapas de fibras de madeira prensadas no Brasil (*D.C.* 2-9; páginas 1.047 e 1.048).

Com pareceres e substitutivos, foi a imprimir o projeto que isenta do pagamento de direitos de importação materiais médico-hospitalares destinados à instalação do Hospital dos Trabalhadores na Indústria do Acúcar do Estado de Pernambuco (*D.C.* 3-9; pág. 1.082).

Encerrada a primeira discussão dos projetos que concedem isenção de direitos de importação para: material religioso destinado à Catedral de São Paulo; asfalto a ser importado pelo Govêrno do Estado de Alagoas; um órgão destinado à Comunidade Evangélica de Ibirubá em Cruz Alta, RS.; material destinado ao serviço dágua do Município de Sete Lagoas, MG.; e 6 sinos de bronze destinados ao Mosteiro de São Bento desta Capital (*D.C.* 3-9; págs. 1.129-30).

Publicada a redação final do projeto que inclui o Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Rio Grande do Sul entre os órgãos importadores no gôzo de isenção alfandegária (*D.C.* 5-9; pág. 1.184).

O Deputado Ostoja Roguski apresentou projeto que isenta as Sociedades Beneficentes Operárias do pagamento de quaisquer taxas referentes a direitos autorais (*Diário do Congresso* 5-9; pág. 1.188).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer das Comissões Técnicas o projeto de lei que dispõe sôbre a isenção de direitos para a Companhia de Cimento Brasileiro (*D.C.* 1-9; página 344).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para materiais importados pela Indústria de Azulejos S. A. (*Diário do Congresso* 4-9; pág. 418).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que concede isenção de impostos e taxas às Sociedades Beneficentes (*D.C.* 4-9; pág. 419).

Rejeitado o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos à firma Standard Oil Company of Brazil para importação de 250.000 exemplares de mapas turísticos da América do Sul (*D.C.* 4-9; pág. 423).

Foi aprovado o projeto de lei que concede isenção de todos os tributos aos materiais importados pela Secretaria da Fazenda do Govêrno do Estado de Goiás, para a construção da Usina Hidrelétrica de Rochedo (*D.C.* 4-9; página 423).

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres das comissões, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre a contagem de tempo de serviço dos trabalhadores que exercem atividade em zonas e serviços insalubres e dos que se ocupam em trabalhos árduos (*Diário do Congresso* 1-9; pág. 969).

O Deputado Aarão Steinbruch apresentou projeto de lei que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho relativo a férias (*D.C.* 1-9; pág. 977).

O Deputado Antônio Horácio apresentou projeto que dispõe sôbre a eficácia no tempo dos dissídios coletivos (*D.C.* 2-9; pág. 1.044).

Publicada a redação final do projeto que modifica o art. 22 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 7.036, de 10-11-44 (Lei de Acidentes do Trabalho) (*D.C.* 5-9; página 1.185).

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que prevê que não poderão ser reduzidos ou alterados os salários ou abonos que já venham sendo pagos (*D.C.* 5-9; pág. 429).

ORÇAMENTO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Com parecer da Comissão de Financas, foi a imprimir o Anexo n.º 20 — Ministério da Guerra, do Orçamento para o exercício de 1954 (*D.C.* 2-9; pág. 1.010).

Entra em votação o Anexo n.º 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas. Rejeitadas diversas emendas (*D.C.* 3-9; pág. 1.106). A votação prosseguiu e foi concluída na sessão noturna de 2 de setembro (pág. 1.124).

Iniciada a discussão do Anexo n.º 20 — Ministério da Guerra (*D.C.* 3-9; pág. 1.128). Concluída a votação na sessão de 3 de setembro (*D.C.* 4-9; pág. 1.156).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os anexos ns. 4, 5, 6, 10, 11, 12 e 14 do projeto da lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (*D.C.* 3-9; págs. 377-401).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente da sessão de 31 de agôsto o projeto do Poder Executivo que dispõe sôbre a participação nas multas arrecadadas pelas repartições federais, provenientes da falta ou insuficiência do pagamento de impostos, taxas ou quaisquer contribuições e dá outras providências (*D.C.* 1-9; pág. 969).

Da Comissão de Pessoal Civil foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de créditos especial e suplementar para ocorrerem às despesas decorrentes da alteração do Quadro da Secretaria do T. R. Eleitoral do Estado do Rio (*D.C.* 1-9; pág. 971).

Aprovada a redação final do projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de acréscimos de vencimentos concedidos aos Ministros do Tribunal de Contas (*D.C.* 1-9; pág. 981).

Publicada a redação final dos seguintes projetos: estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente de Delegado do Tribunal de Contas junto ao D.I.N. e ao E.M.F.A.; autoriza abertura de crédito

especial para pagamento de salário-família no Conselho de Imigração e Colonização; idem na Comissão do Vale do São Francisco; idem destinado ao pagamento dos servidores do S.N.A.A.P.P.; idem para pagamento de gratificação a artífice da Rêde de Viação Cearense; idem para pagamento de gratificação de representação aos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento da 1.ª Região; idem para pagamento de vencimentos a suplentes de Juízes Presidentes de Junta e suplentes de Juízes classistas; idem para pagamento de gratificação de representação aos vogais da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória; idem para pagamento de gratificação adicional aos servidores do Tribunal de Contas; idem para o mesmo fim no mesmo Tribunal (*D.C.* 2-9; págs. 1.042-44). Aprovadas as redações finais na sessão de 2 de setembro (*Diário do Congresso* 3-9; pág. 1.106).

Os Deputados Adail Barreto e Brochado da Rocha apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: reajusta os proventos dos ajudantes de tesoureiro inativos da E. F. Central do Brasil; e incorpora ao vencimento, salário ou remuneração, para fins de previdência social, o abono de emergência de que trata a Lei n.º 1.765, de 1952 (*D.C.* 2-9; págs. 1.044-45).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que extingue no Q. S. do M.J.N.I. um cargo de Diretor (*D.C.* 3-9; pág. 1.092).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que manda aplicar no cômputo do tempo de serviço dos funcionários aposentados antes de dezoito de setembro de 1946, o disposto no artigo 192 da Constituição (*Diário do Congresso* 3-9; pág. 1.098).

Lidas na hora do expediente da sessão noturna de 2 de setembro as emendas do Senado ao projeto que dispõe sôbre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais (*D.C.* 3-9; pág. 1.117).

Foi a imprimir o projeto que abre ao Congresso Nacional crédito suplementar destinado a reforço das dotações relativas ao pagamento de vencimentos e vantagens do pessoal da Secretaria da Câmara dos Deputados (*Diário do Congresso* 3-9; pág. 1.118).

Encerrada a primeira discussão dos projetos que: reclassifica o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; e transforma o cargo isolado de Taquígrafo do mesmo Tribunal, em carreira (*Diário do Congresso* 3-9; pág. 1.129).

Publicado para estudo o relatório do Deputado Lameira Bittencourt ao projeto do Poder Executivo que altera as carreiras de Almoxarife do Serviço Público Federal (*D.C.* 4-9; pág. 1.144).

Publicados para estudos os relatórios aos projetos que: reajusto proventos de tesoureiros e ajudantes de tesoureiros do D.C.T. aposentados antes da Lei n.º 403, de 1948; e estende aos inativos do Poder Legislativo os benefícios concedidos aos inativos do D.C.T. (*D.C.* 5-9; pág. 1.171).

Foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de gratificação de magistério concedida a Maria das Dores Paes de Barros Ferrari (*D.C.* 5-9; página número 1.181).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que dispõe sôbre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (*D.C.* 5-9; pág. 1.181).

Com parecer da Comissão de Finanças a emenda de segunda discussão, foi a imprimir o projeto que reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (*D.C.* 5-9; pág. 1.181).

Publicadas as seguintes redações finais: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação aos servidores do Ministério da Justiça; e idem para pagamento de gratificação adicional aos servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais (*D.C.* 5-9; pág. 1.185).

O Deputado Eusébio Rocha apresentou projeto que cria, no Departamento dos Correios e Telégrafos, o cargo de Fiel de Selo, padrão L (*D.C.* 5-9; pág. 1.189).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito especial de Cr$ 30.000,00, para atender ao pagamento de salário-família (*D.C.* 1-9; pág. 342).

Encerrada a discussão, voltando às Comissões Técnicas, com a respectiva emenda, o projeto de lei da Câmara que cria cargo de Diplomata, restabelece, com título de Ministros para Assuntos Econômicos os cargos de Conselheiro Comercial, do Q. P. do M.R.E., e dá outras providências. Nessa oportunidade falou o Senador Alencastro Guimarães (*D.C.* 1-9; pág. 346).

Foram aprovados os seguintes projetos de lei da Câmara:

a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito de Cr$ 1.756.974,31, suplementar à verba I — III — 13 — 04 — 06, Anexo n.º 26 ao Orçamento Geral da União;

b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr$ 523.510,50, para pagamento de gratificação de magistério; e

c) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.F., o crédito especial de Cr$ 151.366,30, para pagamento de gratificação devida a Assad Mameri Abdenur, médico classe L, do Q.P. do M. da Fazenda (*Diário do Congresso* 1-9; págs. 346 e 349).

Foram aprovados os seguintes projetos de lei do Senado:

a) que dispõe sôbre a pagamento do salário-família e

b) que computa como de serviço público da União o tempo exercido pelos extranumerários da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina (*D.C.* 1-9; pág. 350).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr$ 385.000,00, para pagamento de acréscimos de vencimentos concedidos aos Ministros Rubem Machado da Rocha e Antônio Cesário de Faria Alvim (*D.C.* 3-9; pág. 376).

Volta às Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que cria cargos isolados, de provimento efetivo, no Q. P. do Ministério da Guerra (*D.C.* 3-9; pág. 408).

Foi aprovado, em discussão, o projeto de lei da Câmara que estabelece gratificações para os membros do Conselho de Terras da União e para o representante da Fazenda Nacional, cria função gratificada do mesmo Conselho e dá outras providências (*D.C.* 3-9; pág. 408).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.A., o crédito especial de Cr$ 19.000.000,00 para pagamento do abono de emergência ao pessoal do serviço executado em regime de acôrdo (*D.C.* 4-9; pág. 417).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Serviço Público Civil o projeto de lei da Câmara que cria, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, um cargo isolado, de provimento em comissão, padrão CC5, de Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Jaíba, Estado de Minas Gerais (*D.C.* 5-9; pág. 429).

PESSOAL DO JUDICIÁRIO

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório aos projetos que dispõem sôbre pessoal dos órgãos da Justiça Federal (*D.C.* 2-9; página 1.002).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Os Deputados Mário Aprile e Jorge Jabour apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: promove todos os sargentos da reserva de 2.ª categoria ao pôsto de

2.º Tenente da Reserva não remunerada do Exército Nacional, desde que tenham prestado serviços como auxiliares de Tiros de Guerra, durante todo o período da última guerra; e dispõe sôbre a extinção dos cargos de Capitães-Médicos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (*D.C.* 1-9; pág. 977).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto que cria cargos de capelães militares na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (*D.C.* 1-9; página 985). Publicado no *Diário do Congresso* de 3-9, página 1.095. Encerrada a segunda discussão (*D.C.* 3-9; pág. 1.129).

O Deputado Fernando Ferrari apresentou projeto que assegura aos oficiais possuidores do Curso de Formação do C.P.O.R., estáveis no serviço ativo do Exército pela letra *b*, art. 1.º, do Decreto-lei n.º 8.159-45, que tenham sido distinguidos com a Cruz de Combate de Primeira Classe, a permanência no mesmo serviço ativo como oficiais R-2 convocados (*D.C.* 4-9; pág. 1.149).

Aprovado em primeira discussão o substitutivo da Comissão de Segurança Nacional ao projeto que determina a matrícula de Sargentos do Exército diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército (*D.C.* 4-9; página 1.159). Encerrada a segunda discussão (*D.C.* 5-9; pág. 1.104).

No Senado Federal

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças, o projeto de lei da Câmara que autoriza a abertura de crédito especial para pagamento a Oficiais e Praças reformados e pensionistas que recebem pela pagadoria da 27.ª C.R., em São Luís do Maranhão (*D.C.* 5-9; página 431).

PETROBRÁS

Na Câmara dos Deputados

Publicado um estudo do Senador Alberto Pasqualini sôbre o parecer do Deputado Lúcio Bittencourt a três emendas do Senado ao projeto que cria a Petrobrás (*Diário do Congresso* 3-9; pág. 1.077).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Emendados pelo Senado, são lidos na hora do expediente os projetos que: dispõe sôbre operações imobiliárias do IPASE; e concede pensão especial à viúva e filho inválido do delegado Afrânio Palhares (*D.C.* 3-9; página 1.082).

Lido na hora do expediente da sessão de 2 de setembro o projeto que dispõe sôbre a contribuição ao IPASE dos servidores não inscritos por limite de idade (*Diário do Congresso* 3-9; pág. 1.119).

Com emenda do Senado, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana (*D.C.* 5-9; pág. 1.181).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede a pensão vitalícia de Cr$ 3.000,00 mensais à viúva Julieta Alencar (*D.C.* 3-9; pág. 376).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede a pensão especial de Cr$ 6.494,00 mensais à viúva Adelina Gonçalves Campos (*D.C.* 4-9; pág. 417).

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que determina a reserva de 3% sôbre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (*D.C.* 4-9; pág. 418).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que institui a Campanha Nacional contra a Esquistossomose, e dá outras providências (*D.C.* 5-9; pág. 1.185).

SENTENÇAS JUDICIAIS

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr$ 30.000.000,00, para pagamento de sentenças judiciárias (*D.C.* 3-9; pág. 376).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que autoriza o Poder Executivo a ampliar as concessões em vigor para a exploração do serviço telegráfico interior, por emprêsas que possuam cabos submarinos ou subfluviais (*D.C.* 3-9; pág. 1.095).

O Deputado Clemente Medrado apresentou projeto que restabelece a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Teófilo Otoni, MG (*D.C.* 3-9; pág. 1.121).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: denomina "Dois de Julho" o aeroporto de Ipitanga, na cidade do Salvador, Ba.; e permite a admissão de pessoas jurídicas nas Cooperativas de Transporte de Passageiros e Carga (*D.C.* 3-9; pág. 1.129).

Publicada a redação final dos projetos: cria dois Distritos de 1.ª classe no Departamento Nacional de Obras de Saneamento; dá o nome de Presidente Epitácio Pessoa à Rodovia Transnordestina (BR-13); e autoriza a abertura de crédito especial destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951 e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sôbre as tarifas (*D.C.* 5-9; págs. 1.184-85).

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr$ 45.371.064,90, para pagamento de transportes efetuados pelo Lóide Brasileiro (*D.C.* 1-9; pág. 349).

Foi a imprimir com parecer das Comissões Técnicas o projeto de lei do Senado que tem por objetivo a construção na área compreendida entre as Avenidas Antônio Carlos, Nilo Peçanha, Almirante Barroso e R. Debret o Palácio da Justica, no mesmo estilo e linhas arquitetônicas do Palácio do Ministério da Fazenda. Publicado o voto em separado, do Senador Vilasboas (*D.C.* 3-9; página número 403).

Volta à Comissão de Financas, com emendas, o projeto de lei da Câmara que modifica o artigo 7.º da Lei n.º 1.815, de 18-2-53 (*D.C.* 4-9; pág. 423).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Publicado para estudo o parecer do Deputado Mendonça Júnior ao projeto que autoriza emissão de selos postais comemorativos da realização do VI Congresso Eucarístico Nacional (*D.C.* 1-9; pág. 963).

O Deputado Osvaldo Orico apresentou projeto que autoriza o Govêrno a ajustar com o Banco do Brasil a transferência para o Ministério da Educação e Cultura do material pertencente à Rádio Clube do Brasil (*D.C.* 1-9; pág. 977).

Com pareceres às emendas de segunda discussão, foi a imprimir o projeto que institui o Fundo Partidário, regula a sua distribuição e dá outras providências (*Diário do Congresso* 2-9; pág. 1.008).

Publicada a redação final do projeto que dispõe sôbre a corrupção de menores (*D.C.* 2-9; pág. 1.042).

O Deputado Aarão Steinbruch apresentou projeto que determina que as custas na Justiça do Trabalho, em havendo recurso, sejam depositadas, dentro de cinco dias da data de sua interposição (*D.C.* 2-9; pág. 1.047).

Iniciada a votação, em segunda discussão, do projeto que dispõe sôbre o uso de retratos nos títulos eleitorais (*D.C.* 2-9; pág. 1.055). Concluída a votação na sessão de 3 de setembro (*D.C.* 4-9; pág. 1.158).

Com parecer contrário da Comissão de Justiça, foi a imprimir o projeto que concede anistia aos eleitores que deixaram de comparecer e de votar nas últimas eleições (*D.C.* 3-9; pág. 1.094).

Também com pareceres, foi a imprimir o projeto que cria a Medalha Naval de Serviços Distintos, e dá outras providências (*D.C.* 3-9; pág. 1.096).

Os Deputados Osvaldo Orico e Medeiros Neto apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: instituindo no Ministério das Relações Exteriores o "Prêmio Rio Branco"; e revoga o Decreto-lei n.º 6.730, de 1944, que dispõe sôbre a cota do impôsto de diversões públicas destinada à Caixa Nacional de Estatística Municipal (*Diário do Congresso* 3-9; pág. 1.122).

Publica a redação final dos seguintes projetos: estende aos Territórios Federais do Acre, Amapá e Rio Branco, dispositivos da Lei n.º 1.455-A, de 11-10-51; dispõe sôbre as atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros; autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas da confecção de dois painéis que o Govêrno Brasileiro oferecerá à sede da Assembléia Geral da O.N.U.; e determina que a Mesa da Câmara remeterá cópias do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre as atividades da Comissão Central de Preços ao Presidente da República e ao Procurador Geral da República (*D.C.* 5-9; pág. 1.184).

Os Deputados Ostoja Roguski e Hildebrando Bisaglia apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: regula a filiação das associações desportivas e dispõe sôbre a obrigatoriedade da liquidação dos débitos dos empregadores para com as instituições autárquicas, previdenciárias, nas transações imobiliárias, venda ou transferência de estabelecimento industrial ou de fundo de negócio (*Diário do Congresso* 5-9; pág. 1.189).

Concluída a votação do projeto que institui o Fundo Partidário, regula sua distribuição e dá outras providências (*D.C.* 5-9; pág. 1.198).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr$ 1.000.000,00, para atender ao pagamento das primeiras despesas, inclusive concursos de projetos e prêmios relativas a remodelação e adaptação do Pantheon existente sob o monumento do Duque de Caxias, para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros (*D.C.* 1-9; pág. 341).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo M.V.O.P., D.C.T., uma série de selos postais comemorativos do cinqüentenário da Fundação do Colégio Interno de São José e 25.º aniversário do Colégio Externo São José (*D.C.* 1-9; pág. 342).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei número 379 e considera como de redação a emenda da Comissão de Finanças (*D.C.* 3-9; pág. 404).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação de documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União (*Diário do Congresso* 4-9; pág. 418).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 31-8, os Deputados: Adahil Barreto, sôbre dolorosas notícias procedentes de Fortaleza; Aarão Steinbruch apelando ao Senado para que corporifique o projeto de lei que regulamenta a participação dos operários nos lucros das emprêsas; Heráclito Rêgo sôbre telegramas procedentes de Recife, um dêles assinado pelo Presidente da Associação Comercial de Pernambuco e outro pelo Presidente do Sindicato de Indústrias de Pernambuco; Armando Falcão sôbre a dispensa que se processa de elementos engajados nos Serviços do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas; Saulo Ramos, sôbre política financeira e comercial do Brasil; Brígido Tinoco, sôbre questões políticas do Estado do Rio; Ruy Araújo, sôbre o projeto oferecido à consideração do Senado que restabelece a cobrança dos impostos que devem recair sôbre produtos de origem dos Territórios Federais; Paraílio Borba acêrca do transcurso do I Centenário da Emancipação Política do Paraná; Joel Presídio em nome dos trabalhadores filiados ao I.A.P.E.T.C., da apreensão de que estão possuídos pela notícia de que se procura afastar dêste Instituto o seu Presidente; Breno da Silveira sôbre questões ligadas a "grilheiros" que invadem a zona rural desta capital; Arruda Câmara sôbre protestos da Associação Comercial de Pernambuco, do Sindicato de Indústrias de Cervejas, Bebidas em Geral, Vinhos, Águas Minerais do Estado de Pernambuco sôbre os inconvenientes que vem trazer o projeto que majora o impôsto de consumo sôbre o refrigerante; Heitor Beltrão a respeito do aniversario do Dr. Hermenegildo de Barros; Ulisses Guimarães acêrca de artigo publicado no Diário Carioca focalizando vida e obra de José Eduardo de Macedo Soares; Tarso Dutra sôbre o projeto que dispõe acêrca do uso de retrato nos títulos eleitorais; Aliomar Baleeiro a respeito do projeto que concede inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na categoria dos Estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal; Leite Neto sôbre um plano de organização para a solução dos problemas de educação nacional; e Aarão Steinbruch acêrca de editorial publicado na Fôlha da Manhã sôbre a proibição da recondução dos vogais para o exercício seguinte, na Justiça do Trabalho.

Falaram, na sessão de 1 de setembro, os deputados: Vieira Lins congratulando-se com o povo paranaense, pelo Centenário da Promulgação da Lei n.º 704, que desmembrou a Câmara de Curitiba da Província de São Paulo, ficando assim criado o Estado de Paraná; João Cabanas sôbre o Congresso Municipalista de Santo André; Sá Cavalcanti sôbre as conseqüências da falta de transporte no Ceará; Heráclito Rêgo, congratulando-se com o Presidente do I.A.P.C. pela sua excelente administração; Carvalho Sobrinho sôbre questões de política interna; Jaeder Albergaria a respeito da Companhia do Vale do Rio Doce; Gama Filho apelando ao Sr. Chefe de Polícia a fim de evitar as séries de barbaridades ocorridas no Morro da Mangueira; Muniz Falcão sôbre política no Estado de Alagoas; Celso Peçanha a respeito da situação dos tarefeiros da Divisão do Impôsto de Renda; Ernani Sátiro sôbre problemas do Nordeste que merecem soluções urgentes; Herbert Levy sôbre política econômica do Govêrno; Flores da Cunha a respeito dos acontecimentos que envolvem o Sr. Tenório Cavalcanti; Oliveira Brito, Ernani Sátiro, Brochado da Rocha e Campos Vergal para encaminharem a votação, em segunda discussão, do projeto que dispõe sôbre o uso de retratos nos títulos eleitorais e dá outras providências; e Carlos Luz, sôbre a Primeira Conferência Brasileira de Seguros Privados e foram discutidas teses de maior importância.

Falaram, na sessão de 2 de setembro, os deputados: Mourão Vieira para abordar o problema da juta na região amazônica; Sá Cavalcanti sôbre a subscrição pública de parte do capital do Banco do Nordeste; Heitor Beltrão sôbre o problema do jornal "Última Hora"; Aarão Steinbruch a respeito do racionamento da energia elétrica; Ubirajara Keninedjian sôbre o projeto que autoriza o Poder Executivo a contratar os estudos de um plano para elevação das águas do Rio São Francisco; Muniz Falcão

sôbre o requerimento criando a comissão parlamentar para investigar a procedência dos bens e valores de propriedade de Diretores e funcionários da CEXIM; Osvaldo Orico sôbre a indicação do Senhor Caio de Melo Franco para representação no exterior; Herbert Levy sôbre o mercado de câmbio livre; Adahil Barreto, Clovis Pestana, Nestor Jost, Nelson Omegna, Moura Rezende para encaminharem a votação do projeto que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1954 — Anexo n.º 25 — M.V.O.P.

Falaram, na sessão de 3 de setembro, os seguintes deputados: Filadelfo Garcia sôbre irregularidades administrativas ocorridas na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; Daniel Faraco a respeito do mercado livre de câmbio; Medeiros Neto sôbre o falecimento do Sr. Baltazar de Mendonça; João Cabanas para ler o discurso do Sr. Orozimbo Roxo Loureiro pronunciado na Associação Comercial do Estado de São Paulo; Roberto Morena sôbre greve dos trabalhadores; Frota Aguiar a respeito do contrato da Companhia Telefônica; Afonso Arinos para fazer o necrológio do Sr. Luís Camilo de Oliveira Neto; sôbre o mesmo assunto usou da palavra o Sr. Daniel de Carvalho; Afonso Arinos sôbre as ocorrências do Município de Caxias; Moura Rezende e Macedo Soares para encaminharem a votação da emenda n.º 29 ao projeto de lei do orçamento para o exercício financeiro de 1954 — Anexo número 20 — M. da Guerra; Lameira Bittencourt para encaminhar a votação do projeto que dispõe sôbre o financiamento das lavouras de café; Fernando Ferrari, Gustavo Capanema e André Fernandes para encaminharem a votação do projeto que determina a matrícula de Sargentos do Exército diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército.

Na sessão de 4 de setembro falaram os seguintes Senhores Deputados: Armando Falcão, sôbre desemprêgo na região do Polígono das Sêcas; Alcides Carneiro a respeito da festa do "Homem Livre"; Ernani Sátiro, sôbre o mesmo assunto; Berbert de Castro, para homenagear o Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva; Herbert Levy, na discussão do projeto que institui o Fundo Federal de Eletrificação; Campos Vergal, Arruda Câmara, Nelson Omegna, Wolfram Metzler e Raul Pila na discussão do projeto que institui o Fundo Partidário; e Mário Palmério, sôbre os acontecimentos de Caxias.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 31 de agôsto, os Senadores: Atílio Vivaqua acêrca da lei que criou o Instituto Brasileiro do Café; e Vivaldo Lima sôbre o projeto de lei em curso na Câmara dos Deputados, no qual se encontra dispositivo que manda excluir da equipagem dos aviões comerciais o tripulante rádio-operador.

Falaram, na sessão de 1 de setembro: Atílio Vivaqua sôbre a restrição e inconvenientes ao tráfego interestadual; Sr. Ministro Osvaldo Aranha a fim de prestar esclarecimentos sôbre a situação econômica e financeira do País; nessa oportunidade, pediram a palavra os senadores Alencastro Guimarães, Bernardes Filho, Domingos Velasco e Ferreira de Sousa.

Falaram, na sessão de 2 de setembro, os senadores: Othon Mader sôbre discurso pronunciado pelo senador Atílio Vivaqua de crítica a eleições que se vão realizar para preenchimento da representação da lavoura no Instituto Brasileiro do Café e Ezequias da Rocha sôbre o falecimento, em Maceió, do Dr. Baltazar de Mendonça.

Falaram, na sessão de 3 de setembro, os senadores: Mozart Lago, Alfredo Neves sôbre os acontecimentos do Município de Caxias; Pereira Pinto sôbre o problema dos cafeicultores fluminenses; Aloísio de Carvalho acêrca da figura do Sr. Baltazar de Mendonça; Othon Mader sôbre o Instituto Brasileiro do Café e Álvaro Adolfo a respeito do falecimento do pintor Teodoro Braga.

Falaram, na sessão de 4 de setembro, os Senadores: Mozart Lago sôbre assunto relativo à COFAP e Anísio Jobim a respeito da elevação da antiga Comarca do Alto Amazonas à categoria de Província.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Deferidos os seguintes requerimentos dos Deputados: Ulisses Guimarães, sôbre a disparidade dos critérios adotado pelas CAP e IAP para pagamento de proventos a ex-associados internados em sanatórios para leprosos; Aliomar Baleeiro, sôbre concessão por consulado brasileiro de visto a cidadão estrangeiro considerado indesejável; Hugo Carneiro, sôbre autenticidade de acôrdo político-administrativo firmado entre o PSD e PTB e o Governador do Território do Acre; Fernando Ferrari, sôbre andamento de processo de interêsse de Catarina Sartori, originário da Delegacia do IAPETC no Rio Grande do Sul; do mesmo, sôbre apuração de irregularidades junto à Alfândega de Pelotas; Tenório Cavalcanti sôbre as bonificações pagas à Companhia Usinas Nacionais; Brochado da Rocha sôbre motivos que determinaram a perda de comissão conferida a Sargentos dos 19.º e 28.º Batalhões de Caçadores da 6.ª Região Militar, durante o movimento revolucionário de 1930; Aliomar Baleeiro, sôbre compra pelo IAPI de um edifício de propriedade do Sr. Francisco Matarazzo; Vasconcelos Costa, sôbre formalidades exigidas pela Embaixada Brasileira em Buenos Aires, para concessão de passaportes a cidadãos argentinos que se destinam ao Brasil. Foi indeferido o requerimento do Sr. Nelson Omegna, sôbre medidas tomadas pelas repartições brasileiras com relação à representação do Brasil no Convênio promovido pelo Comité Internacional Consultivo do Algodão (*D.C.* 1-9; págs. 975-76).

Recebidas as seguintes informações: do M. da Viação, sôbre projeto de lei que estende ao pessoal das ferrovias incorporadas ao patrimônio nacional o direito à licença especial; do M. da Justiça sôbre projeto que concede auxílio financeiro à Associação Brasileira dos Municípios (*D.C.* 3-9; pág. 1.081).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Segurança Nacional, solicitando a audiência do M. da Guerra para o projeto que concede pensão de montepio militar aos herdeiros dos cabos e soldados falecidos a partir de janeiro de 1927; e do Deputado Carmelo D'Agostino, sôbre a compra de "whisky" trazido pelo Cruzador Almirante Barroso em sua última viagem de regresso da Europa (*D.C.* 3-9; pág. 1.098).

Recebidas as seguintes informações: do M. da Marinha, sôbre projeto de lei que equipara ao pessoal extranumerário os servidores pagos por economias administrativas; e do M. das Relações Exteriores, sôbre empréstimos feitos pelo Eximbank ao Brasil e à Argentina (*Diário do Congresso* 3-9; pág. 1.117).

Recebidas as seguintes informações: do M. da Aeronáutica, sôbre projeto que dispõe a respeito de contribuição para o Montepio Militar; do Ministério da Educação, sôbre projeto de lei que diz respeito à Previdência Social; e do Conselho Nacional de Economia, a respeito de projeto de lei que concede isenção de direitos (*D.C.* 4-9; pág. 1.148).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério do Trabalho, sôbre projeto de lei que dispõe a respeito do pagamento dos débitos da União às instituições de previdência social; do mesmo, sôbre transações imobiliárias do IAPB; do mesmo, sôbre pagamento de benefícios devidos pelo IPASE; do M. da Agricultura, sôbre repouso remunerado devido ao pessoal de obras; do mesmo, sôbre explicação de crédito especial aberto; e do mesmo, sôbre plantio de seringueiras (*D.C.* 5-9; págs. 1.175-80).

No Senado Federal

Foram recebidas as informações pedidas pelo Senador Alencastro Guimarães ao Sr. Ministro da Fazenda sôbre o volume total de exportação e moeda livre.

Recebidas as informações do Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a respeito do projeto que dispõe sôbre exercício das atividades dos viajantes, vendedores em comissão e representantes comerciais.

ACIDENTES DO TRABALHO

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que modifica o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.087, de 14-12-52 (*D.C.*, 9-9, pág. 448).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Com parecer favorável, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que autoriza o combate à praga da "podridão parda" e abre um crédito suplementar para êsse fim (*D.C.*, 9-9 pág. 1.227).

Publicada a redação final do projeto que dispõe sôbre o financiamento das lavouras de café (*D.C.*, 9-9, página 1.315). Aprovada a redação final (*D.C.*, 10-9, página 1.378).

O Deputado Plácido Olímpio apresentou projeto que protege a iniciativa de capitais privados na indústria e comércio da eletricidade (*D.C.*, 9-9, pág. 1.318).

Lida na hora do expediente a emenda do Senado ao projeto que modifica legislação que estabelece medidas para a assistência econômica à borracha natural brasileira e dá outras providências (*D.C.*, 10-9, pág. 1.369).

Aprovado em segunda discussão o projeto que dispõe sôbre a importação de tetra etilato de chumbo (*D.C.*, 10-9, pág. 1.382).

Com pareceres e emendas, foi a imprimir o projeto que fixa normas para a classificação e a padronização dos produtos alimentares e das matérias-primas de origem vegetal ou animal (*D.C.*, 11-9, pág. 1.409).

O Deputado Dilermando Cruz apresentou projeto que estabelece critério proporcional para distribuição de cotas de farelinho de trigo aos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e Distrito Federal (*D.C.*, 12-9, pág. 1.514).

No Senado Federal

Encerrada a discussão voltando com emenda às comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.A., o crédito especial de Cr$ 40.000.000,00 para atender às despesas de financiamento de uma rêde nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras. Nessa oportunidade falou o Senador Othon Mader (*D.C.*, 11-9, pág. 478).

ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Waldemar Rupp apresentou projeto que dispõe sôbre a alienação, sob regime de aforamento, de imóveis pertencentes à Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina (*D.C.*, 10-9, pág. 1.370).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a primeira discussão do projeto que concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora entre os estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.*, 9-9, pág. 1.342). Idem em relação à Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (pág. 1.344). Aprovado em 1.ª discussão o último projeto (*D.C.*, 10-9, pág. 1.378).

Aprovada a designação de comissões especiais para relatar os seguintes projetos: concede auxílio à Fundação Sorocaba para prosseguimento da construção do prédio da Faculdade de Medicina de Sorocaba; e dispõe sôbre o pagamento de auxílios e subvenções (*D.C.*, 10-9, páginas 1.382 e 1.387).

Aprovado em primeira discussão o projeto que concede auxílio para custear as festividades do cinqüentenário da fundação do Centro 11 de Agôsto, da Faculdade de Direito de São Paulo (*D.C.*, 11-9, pág. 1.468).

Iniciada a primeira discussão do projeto que concede inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, São Paulo, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.*, 11-9, página 1.468).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que inclui a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia, de Juiz de Fora, Minas Gerais, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.*, 11-9, pág. 1.476).

Com emendas do Senado, foi a imprimir o projeto que concede inclusão da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.*, 12-9, página 1.503).

O Deputado Nelson Omegna apresentou projeto que autoriza a concessão de subvenção à Estrada de Ferro Mogiana, nos exercícios de 1954 e 1955 (*D.C.*, 12-9, página 1.512).

No Senado Federal

Foram aprovados os seguintes projetos de lei da Câmara: *a*) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.A., o crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização da II Festa Nacional do Trigo e *b*) idem de Cr$ 500.000,00, como auxílio à realização do I Congresso Nacional do Algodão (*D.C.*, 9-9, pág 454).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.C., o crédito especial de Cr$ 100.000,00 para atender às despesas da realização do I Congresso de História do Pará (*D.C.*, 11-9, pág. 473).

BÔLSA DE VALORES

No Senado Federal

Publicado para estudo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sôbre o projeto de lei da Câmara que altera a legislação de bôlsas de valores e dá outras providências (*D.C.*, 9-9, pág. 440).

CÓDIGO ELEITORAL

No Senado Federal

Adiada a discussão do projeto de lei do Senado que institui o Código Eleitoral (*D.C.*, 9-9, pág. 454).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Na Câmara dos Deputados

Promulga a resolução que institui uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a procedência dos bens e valores de propriedade dos diretores e funcionários da CEXIM, desde a vigência da primeira lei de licença prévia (*D.C.*, 12-9, pág. 1.495).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: aprova o contrato celebrado entre o Govêrno Federal e Miguel Gomes de Sousa e outros, para a realização de obras de irrigação; idem entre o M.A. e Augusto Rocha Neto para o mesmo fim; idem entre o D.C.T. e a firma Eletrobrás Comércio e Indústria S.A.; idem entre a Alfândega de Belém e o engenheiro Wilson de Sá Ferreira (*D.C.*, 9-9 pág. 1.326).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, contrato celebrado entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a Mineração Baiana Limitada (*D.C.*, 10-9, pág. 1 369) Aprovada a redação final (*D.C.*, 11-9, página 1.457)

Aprovado em primeira discussão o projeto que aprova o contrato celebrado entre o Govêrno Nacional e Francisco Bezerra Pinheiro e sua mulher para obras de irrigação em sua propriedade (*D.C.*, 10-9, pág. 1.387).

Foi a imprimir o projeto que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda., para construção de uma linha de dutos (*D.C.*, 11-9, pág. 1.474).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: *a*) que aprova o têrmo de renovação de contrato celebrado entre o Govêrno do Território Federal do Guaporé e Alberto Josuá e *b*) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Sociedade Teckno Limitada (*D.C.*, 9-9, pág. 448).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Wolfrang Gotemberg, para desempenhar, no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, função de professor assistente de Desenho (*D.C.*, 9-9, pág. 450).

Foram aprovadas, em discussão única, as seguintes redações finais de decretos legislativos: *a*) que aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma Cavalcanti Junqueira S.A., para execução de obras no edifício de apartamentos para oficiais, à Praça General Tibúrcio n.º 83, D.F.; *b*) que aprova o ajuste celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do M.V.O.P., e a firma M.S. Lino & Cia. Ltda., para a execução dos serviços de reparação da cábrea "Victor"; e *c*) que reforma a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o D.C.T. e Wolney Frederico Dantas, para desempenhar a função de Engenheiro Especializado em pesquisas tecnológicas (*D.C.*, 9-9, pág. 455).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças, o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Cia. Predial de Taubaté, São Paulo (*D.C.*, 10-9, pág. 459).

Prejudicado o decreto legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o M.E.S. e Pedro Werneck Corrêa e Castro para a locação do salão 101 do Edifício São Borja, à Avenida Rio Branco n.º 227. Aprovado o substitutivo. Nessa oportunidade, para encaminhar a votação, falou o Senador Atílio Vivacqua (*D.C.*, 10-9, pág. 463).

Aprovados e rejeitado, respectivamente, os seguintes projetos de decretos legislativos: *a*) que reforma a decisão do Tribunal de Contas e autoriza o registro do contrato celebrado entre o Govêrno Federal e o de Minas Gerais; *b*) que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao têrmo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Escola Fluminense de Medicina Veterinária e *c*) que aprova o têrmo de renovação de contrato celebrado entre o Govêrno do Ter. Fed. do Guaporé e Raimundo Evangelista dos Santos (*D.C.*, 10-9, pág. 464).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de decreto legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o M.A. e Renato Giovanni Cecchni para desempenhar, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, a função de professor Assistente de Química (*D.C.*, 11-9, pág. 479).

DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que dispõe sôbre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie (*D.C.*, 10-9, pág. 1.369). Aprovada a redação final (*D.C.*, 11-9, pág. 1.457).

DIPLOMACIA E TRATADOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: aprova a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar; e ratifica o Tratado de Extradição firmado pelo Brasil com a Bélgica (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto da Convenção n.º 92 relativa ao alojamento da tripulação a bordo adotada em Genebra (*D.C.*, 9-9, pág. 454).

DOAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Os Deputados Lima Figueiredo e Adahil Barreto apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: autoriza o Instituto Brasileiro do Café a devolver a Salvador Filardi um terreno recebido por doação; e doa terreno e prédio, em construção desde 1922, à União Beneficente de Cariús, Ceará (*D.C.*, 11-9, pág. 1.438).

Com parecer contrário, foi a imprimir o projeto que autoriza a transferir para a Diocese de Natal, R.N., o próprio da União situado na Praia de Ponta Negra, Município de Natal (*D.C.*, 11-9, pág. 1.473).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que dispõe sôbre o ensino superior no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com sede em São José dos Campos (*D.C.*, 10-9, pág. 1.387).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre a validade do curso realizado pelos professôres normalistas matriculados por fôrça do Decreto Estadual número 1.506, de 1945, nas Faculdades de Filosofia das Universidades do Rio Grande do Sul (*D.C.*, 12-9, página 1.507).

Foi a imprimir, também com pareceres, o projeto que estabelece normas de cooperação entre a União e as entidades particulares, para a manutenção de Ginásios e Colégios no interior do país (*D.C.*, 12-9, pág. 1.508).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: abre ao M.R.E. crédito especial para ocorrer às despesas com a preparação e execução do I Festival de Cinema do Brasil; autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de trabalhos executados pelo Departamento de Imprensa Nacional para a Comissão do Vale do São Francisco (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

Concluída a votação do projeto que retifica a Lei n.º 1.757, de 10-12-52, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1953 (*D.C.*, 9-9, pág. 1.327).

Aprovado em primeira discussão o projeto que aprova os pagamentos realizados pela Secretaria da Câmara dos Deputados, durante o mês de julho de 1953 pelo saldo da verba de subsídios (*D.C.*, 10-9, pág. 1.393).

Aprovado o requerimento de designação de comissão especial para relatar o projeto que modifica a Lei do Impôsto de Consumo quanto à venda de vinho embarrilado para consumo particular (*D.C.*, 10-9, pág. 1.387).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para pagamento às firmas e pessoas que forneceram material ou prestaram serviços à Escola Técnica de Manaus, em 1951 (*D.C.*, 11-9, pág. 1.476).

O Deputado Arnaldo Cerdeira apresentou projeto que altera dispositivos do Decreto n.º 24.239, de 22-12-47, que consolidou as disposições referentes ao impôsto de renda (*D.C.*, 11-9, pág. 1.477).

No Senado Federal

Encerradas as discussões e adiadas as votações dos seguintes projetos de lei da Câmara: *a*) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito suplementar de Cr$ 1.300.000,00 para atender às despesas com a participação do Brasil no estrangeiro, em Congressos, Conferências e Reuniões e *b*) que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1953; e c) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.T.I.C., crédito especial de Cr$ 3.750.000,00 para pagamentos de despesas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos Postos de Pousc e Recuperação em Pirapora e Monte Azul (*D.C.*, 11-9, pág. 478).

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a primeira discussão do projeto que institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o impôsto único sôbre energia elétrica, altera a legislação do Impôsto de Consumo e dá outras providências; em virtude das emendas apresentadas, volta às Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Economia e de Finanças (*D.C.*, 9-9, págs. 1.328-42).

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado ao pagamento de indenização devida a Zucolli Despachos Marítimos (*D.C.*, 10-9, pág. 1.388).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que autoriza abertura de crédito especial para ressarcimento das despesas efetuadas pelos componentes da comissão especial incumbida de examinar o programa de aumento geral de salários e tarifas das emprêsas do Grupo Light (*D.C.*, 11-9, pág. 1.409).

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr$ 4.836.450,00 destinado a indenizar o Estado de Goiás (*D.C.*, 10-9, pág. 460).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que inclui o Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Rio Grande do Sul entre os órgãos importadores no gôzo de isenção alfandegária (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

Foi a imprimir o projeto que prorroga a vigência da Lei n.º 419, de 1943, que concede isenção de direitos de importação para animais destinados à reprodução (*D.C.*, 10-9, pág. 1.369).

O Deputado Guilhermino de Oliveira apresentou projeto que concede isenção de direitos de importação para materiais importados por Forjas Brasileiras S. A. (*Diário do Congresso*, 10-9, pág. 1.373).

Aprovados os seguintes projetos: concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela firma Heraud Freres; idem para materiais religiosos destinados à Catedral de São Paulo; idem para asfalto a ser importado pelo Estado de Alagoas; idem para um órgão destinado à Comunidade Evangélica de Ibiruba, Cruz Alta, R.S.; idem para material importado pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, M.G.; idem para seis sinos de bronze destinados ao Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro (*D.C.*, 10-9, pág. 1.369).

Com emendas do Senado, foi lido o projeto que concede isenção e outras facilidades aos operários e trabalhadores para efeito de obtenção de patentes de invenção (*D.C.*, 11-9 pág. 1.409).

Aprovado em primeira discussão o substitutivo ao projeto que isenta do pagamento de direitos de importação materiais médico-hospitalares destinados à instalação do Hospital dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco (*D.C.*, 11-9, pág. 1.458).

Foi a imprimir, com pareceres, o projeto que concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fábrica Brasileira de Arame e Aço para Cabos e Molas "Fabará", em fase de instalação em São Paulo (*D.C.*, 11-9, pág. 1.472).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede à Comissão Federal de Abastecimento e Preços isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, para importação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e dos artigos de indispensável consumo popular (*D.C.*, 9-9, pág. 448).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: *a*) que concede isenção de direitos para hidrômetros "Kent" em favor da Prefeitura de Campo Grande em M.T.; *b*) idem a dois conjuntos Diesel e Kiel de 120 H.P. e 75 KW e respectivos pertences, destinados à reforma do serviço de fôrça e luz, mantido pela Prefeitura de Cametá, Pa.; e c) idem exclusive taxa de previdência social sôbre material para usina hidrelétrica do município de Canópolis, M.G., pela Sociedade Brasileira de Eletricidade Simes Sebuckest (*D.C.*, 9-9, pág. 449).

Foi a imprimir, com parecer das Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que concede ao Estado de Minas Gerais isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social para os materiais importados pela Rádio Inconfidência (*D.C.*, 10-9, pág. 459).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para máquinas e material destinados à Sociedade Anônima, Indústrias Votorantim, de São Paulo (*D.C.*, 10-9, pág. 460).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que concede isenção de tributos exclusive a taxa de previdência social a materiais importados para iluminação elétrica por várias Prefeituras dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Paraíba (*D.C.*, 11-9, pág. 473).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: *a*) que isenta a Prefeitura Municipal de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul ao pagamento dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras exclusive de previdência social, relativa às máquinas importadas para a usina hidrelétrica daquele Município; e *b*) idem para 4 *scrapers*, Modêlo LS. 3 *tournapulls* com "carryal scraper" e motor comum Diesel, de 150 HP., transportado pelos navios *Scania* e *Mark Hanna* e *Feanris* destinados ao Departamento Autônomo de Estrada de Rodagem do Estado do Rio Grande do Sul (*D.C.*, 12-9, págs. 485-6).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que modifica o art. 22 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 7.036, de 1944 (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

O Deputado Aarão Steinbruch apresentou projeto que dá nova redação a dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (*D.C.* 12-9, pág. 1.512).

ACIDENTES DO TRABALHO

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que modifica o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.087, de 14-12-52 (*D.C.*, 9-9, pág. 448).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Com parecer favorável, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que autoriza o combate à praga da "podridão parda" e abre um crédito suplementar para êsse fim (*D.C.*, 9-9 pág. 1.227).

Publicada a redação final do projeto que dispõe sôbre o financiamento das lavouras de café (*D.C.*, 9-9, página 1.315). Aprovada a redação final (*D.C.*, 10-9, página 1.378).

O Deputado Plácido Olímpio apresentou projeto que protege a iniciativa de capitais privados na indústria e comércio da eletricidade (*D.C.*, 9-9, pág. 1.318).

Lida na hora do expediente a emenda do Senado ao projeto que modifica legislação que estabelece medidas para a assistência econômica à borracha natural brasileira e dá outras providências (*D.C.*, 10-9, pág. 1.369).

Aprovado em segunda discussão o projeto que dispõe sôbre a importação de tetra etilato de chumbo (*D.C.*, 10-9, pág. 1.382).

Com pareceres e emendas, foi a imprimir o projeto que fixa normas para a classificação e a padronização dos produtos alimentares e das matérias-primas de origem vegetal ou animal (*D.C.*, 11-9, pág. 1.409).

O Deputado Dilermando Cruz apresentou projeto que estabelece critério proporcional para distribuição de cotas de farelinho de trigo aos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e Distrito Federal (*D.C.*, 12-9, pág. 1.514).

No Senado Federal

Encerrada a discussão voltando com emenda às comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.A., o crédito especial de Cr$ 40.000.000,00 para atender às despesas de financiamento de uma rêde nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras. Nessa oportunidade falou o Senador Othon Mader (*D.C.*, 11-9, pág. 478).

ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Waldemar Rupp apresentou projeto que dispõe sôbre a alienação, sob regime de aforamento, de imóveis pertencentes à Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina (*D.C.*, 10-9, pág. 1.370).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a primeira discussão do projeto que concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora entre os estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.*, 9-9, pág. 1.342). Idem em relação à Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (pág. 1.344). Aprovado em 1.ª discussão o último projeto (*D.C.*, 10-9, pág. 1.378).

Aprovada a designação de comissões especiais para relatar os seguintes projetos: concede auxílio à Fundação Sorocaba para prosseguimento da construção do prédio da Faculdade de Medicina de Sorocaba; e dispõe sôbre o pagamento de auxílios e subvenções (*D.C.*, 10-9, páginas 1.382 e 1.387).

Aprovado em primeira discussão o projeto que concede auxílio para custear as festividades do cinqüentenário da fundação do Centro 11 de Agôsto, da Faculdade de Direito de São Paulo (*D.C.*, 11-9, pág. 1.468).

Iniciada a primeira discussão do projeto que concede inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, São Paulo, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.*, 11-9, página 1.468).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que inclui a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia, de Juiz de Fora, Minas Gerais, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.*, 11-9, pág. 1.476).

Com emendas do Senado, foi a imprimir o projeto que concede inclusão da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.*, 12-9, página 1.503).

O Deputado Nelson Omegna apresentou projeto que autoriza a concessão de subvenção à Estrada de Ferro Mogiana, nos exercícios de 1954 e 1955 (*D.C.*, 12-9, página 1.512).

No Senado Federal

Foram aprovados os seguintes projetos de lei da Câmara: *a*) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.A., o crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização da II Festa Nacional do Trigo e *b*) idem de Cr$ 500.000,00, como auxílio à realização do I Congresso Nacional do Algodão (*D.C.*, 9-9, pág 454).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.C., o crédito especial de Cr$ 100.000,00 para atender às despesas da realização do I Congresso de História do Pará (*D.C.*, 11-9, pág. 473).

BÔLSA DE VALORES

No Senado Federal

Publicado para estudo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sôbre o projeto de lei da Câmara que altera a legislação de bôlsas de valores e dá outras providências (*D.C.*, 9-9, pág. 440).

CÓDIGO ELEITORAL

No Senado Federal

Adiada a discussão do projeto de lei do Senado que institui o Código Eleitoral (*D.C.*, 9-9, pág. 454).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Na Câmara dos Deputados

Promulga a resolução que institui uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a procedência dos bens e valores de propriedade dos diretores e funcionários da CEXIM, desde a vigência da primeira lei de licença prévia (*D.C.*, 12-9, pág. 1.495).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: aprova o contrato celebrado entre o Govêrno Federal e Miguel Gomes de Sousa e outros, para a realização de obras de irrigação; idem entre o M.A. e Augusto Rocha Neto para o mesmo fim; idem entre o D.C.T. e a firma Eletrobrás Comércio e Indústria S.A.; idem entre a Alfândega de Belém e o engenheiro Wilson de Sá Ferreira (*D.C.*, 9-9 pág. 1.326).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, contrato celebrado entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a Mineração Baiana Limitada (*D.C.*, 10-9, pág. 1 369) Aprovada a redação final (*D.C.*, 11-9, página 1.457)

Aprovado em primeira discussão o projeto que aprova o contrato celebrado entre o Govêrno Nacional e Francisco Bezerra Pinheiro e sua mulher para obras de irrigação em sua propriedade (*D.C.*, 10-9, pág. 1.387).

Foi a imprimir o projeto que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda., para construção de uma linha de dutos (*D.C.*, 11-9, pág. 1.474).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: *a*) que aprova o têrmo de renovação de contrato celebrado entre o Govêrno do Território Federal do Guaporé e Alberto Josuá e *b*) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Sociedade Teckno Limitada (*D.C.*, 9-9, pág. 448).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Wolfrang Gotemberg, para desempenhar, no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, função de professor assistente de Desenho (*D.C.*, 9-9, pág. 450).

Foram aprovadas, em discussão única, as seguintes redações finais de decretos legislativos: *a*) que aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma Cavalcanti Junqueira S.A., para execução de obras no edifício de apartamentos para oficiais, à Praça General Tibúrcio n.º 83, D.F.; *b*) que aprova o ajuste celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do M.V.O.P., e a firma M.S. Lino & Cia. Ltda., para a execução dos serviços de reparação da cábrea "Victor"; e *c*) que reforma a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o D.C.T. e Wolney Frederico Dantas, para desempenhar a função de Engenheiro Especializado em pesquisas tecnológicas (*D.C.*, 9-9, pág. 455).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças, o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Cia. Predial de Taubaté, São Paulo (*D.C.*, 10-9, pág. 459).

Prejudicado o decreto legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o M.E.S. e Pedro Werneck Corrêa e Castro para a locação do salão 101 do Edifício São Borja, à Avenida Rio Branco n.º 227. Aprovado o substitutivo. Nessa oportunidade, para encaminhar a votação, falou o Senador Atílio Vivacqua (*D.C.*, 10-9, pág. 463).

Aprovados e rejeitado, respectivamente, os seguintes projetos de decretos legislativos: *a*) que reforma a decisão do Tribunal de Contas e autoriza o registro do contrato celebrado entre o Govêrno Federal e o de Minas Gerais; *b*) que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao têrmo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Escola Fluminense de Medicina Veterinária e *c*) que aprova o têrmo de renovação de contrato celebrado entre o Govêrno do Ter. Fed. do Guaporé e Raimundo Evangelista dos Santos (*D.C.*, 10-9, pág. 464).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de decreto legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o M.A. e Renato Giovanni Cecchni para desempenhar, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, a função de professor Assistente de Química (*D.C.*, 11-9, pág. 479).

DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que dispõe sôbre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie (*D.C.*, 10-9, pág. 1.369). Aprovada a redação final (*D.C.*, 11-9, pág. 1.457).

DIPLOMACIA E TRATADOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: aprova a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar; e ratifica o Tratado de Extradição firmado pelo Brasil com a Bélgica (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto da Convenção n.º 92 relativa ao alojamento da tripulação a bordo adotada em Genebra (*D.C.*, 9-9, pág. 454).

DOAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Os Deputados Lima Figueiredo e Adahil Barreto apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: autoriza o Instituto Brasileiro do Café a devolver a Salvador Filardi um terreno recebido por doação; e doa terreno e prédio, em construção desde 1922, à União Beneficente de Cariús, Ceará (*D.C.*, 11-9, pág. 1.438).

Com parecer contrário, foi a imprimir o projeto que autoriza a transferir para a Diocese de Natal, R.N., o próprio da União situado na Praia de Ponta Negra, Município de Natal (*D.C.*, 11-9, pág. 1.473).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que dispõe sôbre o ensino superior no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com sede em São José dos Campos (*D.C.*, 10-9, pág. 1.387).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre a validade do curso realizado pelos professôres normalistas matriculados por fôrça do Decreto Estadual número 1.506, de 1945, nas Faculdades de Filosofia das Universidades do Rio Grande do Sul (*D.C.*, 12-9, página 1.507).

Foi a imprimir, também com pareceres, o projeto que estabelece normas de cooperação entre a União e as entidades particulares, para a manutenção de Ginásios e Colégios no interior do país (*D.C.*, 12-9, pág. 1.508).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: abre ao M.R.E. crédito especial para ocorrer às despesas com a preparação e execução do I Festival de Cinema do Brasil; autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de trabalhos executados pelo Departamento de Imprensa Nacional para a Comissão do Vale do São Francisco (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

Concluída a votação do projeto que retifica a Lei n.º 1.757, de 10-12-52, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1953 (*D.C.*, 9-9, pág. 1.327).

Aprovado em primeira discussão o projeto que aprova os pagamentos realizados pela Secretaria da Câmara dos Deputados, durante o mês de julho de 1953 pelo saldo da verba de subsídios (*D.C.*, 10-9, pág. 1.393).

Aprovado o requerimento de designação de comissão especial para relatar o projeto que modifica a Lei do Impôsto de Consumo quanto à venda de vinho embarrilado para consumo particular (*D.C.*, 10-9, pág. 1.387).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para pagamento às firmas e pessoas que forneceram material ou prestaram serviços à Escola Técnica de Manaus, em 1951 (*D.C.*, 11-9, pág. 1.476).

O Deputado Arnaldo Cerdeira apresentou projeto que altera dispositivos do Decreto n.º 24.239, de 22-12-47, que consolidou as disposições referentes ao impôsto de renda (*D.C.*, 11-9, pág. 1.477).

No Senado Federal

Encerradas as discussões e adiadas as votações dos seguintes projetos de lei da Câmara: *a*) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito suplementar de Cr$ 1.300.000,00 para atender às despesas com a participação do Brasil no estrangeiro, em Congressos, Conferências e Reuniões e *b*) que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1953; e c) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.T.I.C., crédito especial de Cr$ 3.750.000,00 para pagamentos de despesas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos Postos de Pousc e Recuperação em Pirapora e Monte Azul (*D.C.*, 11-9, pág. 478).

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a primeira discussão do projeto que institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o impôsto único sôbre energia elétrica, altera a legislação do Impôsto de Consumo e dá outras providências; em virtude das emendas apresentadas, volta às Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Economia e de Finanças (*D.C.*, 9-9, págs. 1.328-42).

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado ao pagamento de indenização devida a Zucolli Despachos Marítimos (*D.C.*, 10-9, pág. 1.388).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que autoriza abertura de crédito especial para ressarcimento das despesas efetuadas pelos componentes da comissão especial incumbida de examinar o programa de aumento geral de salários e tarifas das emprêsas do Grupo Light (*D.C.*, 11-9, pág. 1.409).

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr$ 4.836.450,00 destinado a indenizar o Estado de Goiás (*D.C.*, 10-9, pág. 460).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que inclui o Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Rio Grande do Sul entre os órgãos importadores no gôzo de isenção alfandegária (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

Foi a imprimir o projeto que prorroga a vigência da Lei n.º 419, de 1943, que concede isenção de direitos de importação para animais destinados à reprodução (*D.C.*, 10-9, pág. 1.369).

O Deputado Guilhermino de Oliveira apresentou projeto que concede isenção de direitos de importação para materiais importados por Forjas Brasileiras S. A. (*Diário do Congresso*, 10-9, pág. 1.373).

Aprovados os seguintes projetos: concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela firma Heraud Freres; idem para materiais religiosos destinados à Catedral de São Paulo; idem para asfalto a ser importado pelo Estado de Alagoas; idem para um órgão destinado à Comunidade Evangélica de Ibiruba, Cruz Alta, R.S.; idem para material importado pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, M.G.; idem para seis sinos de bronze destinados ao Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro (*D.C.*, 10-9, pág. 1.369).

Com emendas do Senado, foi lido o projeto que concede isenção e outras facilidades aos operários e trabalhadores para efeito de obtenção de patentes de invenção (*D.C.*, 11-9 pág. 1.409).

Aprovado em primeira discussão o substitutivo ao projeto que isenta do pagamento de direitos de importação materiais médico-hospitalares destinados à instalação do Hospital dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco (*D.C.*, 11-9, pág. 1.458).

Foi a imprimir, com pareceres, o projeto que concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fábrica Brasileira de Arame e Aço para Cabos e Molas "Fabará", em fase de instalação em São Paulo (*D.C.*, 11-9, pág. 1.472).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede à Comissão Federal de Abastecimento e Preços isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, para importação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e dos artigos de indispensável consumo popular (*D.C.*, 9-9, pág. 448).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: *a*) que concede isenção de direitos para hidrômetros "Kent" em favor da Prefeitura de Campo Grande em M.T.; *b*) idem a dois conjuntos Diesel e Kiel de 120 H.P. e 75 KW e respectivos pertences, destinados à reforma do serviço de fôrça e luz, mantido pela Prefeitura de Cametá, Pa.; e c) idem exclusive taxa de previdência social sôbre material para usina hidrelétrica do município de Canópolis, M.G., pela Sociedade Brasileira de Eletricidade Simes Sebuckest (*D.C.*, 9-9, pág. 449).

Foi a imprimir, com parecer das Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que concede ao Estado de Minas Gerais isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social para os materiais importados pela Rádio Inconfidência (*D.C.*, 10-9, pág. 459).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para máquinas e material destinados à Sociedade Anônima, Indústrias Votorantim, de São Paulo (*D.C.*, 10-9, pág. 460).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que concede isenção de tributos exclusive a taxa de previdência social a materiais importados para iluminação elétrica por várias Prefeituras dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Paraíba (*D.C.*, 11-9, pág. 473).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: *a*) que isenta a Prefeitura Municipal de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul ao pagamento dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras exclusive de previdência social, relativa às máquinas importadas para a usina hidrelétrica daquele Município; e *b*) idem para 4 *scrapers*, Modêlo LS. 3 *tournapulls* com "carryal scraper" e motor comum Diesel, de 150 HP., transportado pelos navios *Scania* e *Mark Hanna* e *Feanris* destinados ao Departamento Autônomo de Estrada de Rodagem do Estado do Rio Grande do Sul (*D.C.*, 12-9, págs. 485-6).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que modifica o art. 22 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 7.036, de 1944 (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

O Deputado Aarão Steinbruch apresentou projeto que dá nova redação a dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (*D.C.* 12-9, pág. 1.512).

ORÇAMENTO DAS AUTARQUIAS

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Tarso Dutra apresentou projeto que provê sôbre o regime de orçamento e contas das entidades autárquicas ou paraestatais da União (*D.C.*, 10-9, pág. 1.370).

ORÇAMENTO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Publicada em suplemento ao *D.C.* 9-9, a redação final do Anexo n.º 26, do Poder Judiciário (*D.C.*, 9-9, página 1.315). Aprovada a redação final do anexo (*Diário do Congresso*, 10-9, pág. 1.378).

Publicada a redação final do Anexo n.º 20 — Ministério da Guerra (*D.C.*, 10-9, pág. 1.363). Aprovada a redação final (*D.C.*, 11-9, pág. 1.457).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o Anexo n.º 24 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (*D.C.*, 11-9, pág. 1.413).

Aprovado na sessão noturna de 10 de setembro o Anexo n.º 16 — Ministério da Aeronáutica (*D.C.*, 11-9, pág. 1.480).

Publicado em suplemento ao *Diário do Congresso* de 12 de setembro o Anexo n.º 18 — Ministério da Educação e Saúde (*D.C.*, 12-9, pág. 1.511).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

Publicado para estudo o projeto que introduz modificações na organização judiciária do Distrito Federal (*D.C.*, 10-9, pág. 1.355).

Aprovado o parecer da Comissão de Justiça que opinou pela inconstitucionalidade da Mensagem do Poder Executivo apresentando emenda ao projeto em curso na Câmara dos Deputados (*D.C.*, 10-9, pág. 1.382).

Aprovada a designação de comissão especial para relatar o projeto que dispõe sôbre a administração do SESI e do SESC (*D.C.*, 10-9, pág. 1.387).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que extingue a Comissão Executiva Têxtil e dá outras providências (*D.C.*, 11-9, pág. 1.407).

O Deputado Hildebrando Bisaglia apresentou projeto que modifica o inciso IV do Art. 65 da Lei n.º 1.341, de 1951, que dispõe sôbre a organização do Ministério Público da União (*D.C.*, 11-9, pág. 1.438).

O Deputado Dilermando Cruz apresentou projeto que cria Alfândegas sêcas nas cidades de Belo Horizonte, Juiz de Fora e outras de Minas Gerais (*D.C.*, 12-9, pág. 1.512).

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que cria novos órgãos da Justiça e do Trabalho (*D.C.*, 10-9, pág. 460).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Breno da Silveira apresentou projeto que inclui no Quadro de Extranumerários Mensalistas do Ministério da Saúde os servidores da Campanha Nacional contra a Tuberculose (*D.C.*, 9-9, pág. 1.317).

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação aos servidores do M.J.N.I.; idem suplementar para pagamento de gratificação adicional aos servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

Encerrada a primeira discussão do projeto que autoriza abertura de crédito suplementar e especial para ocorrer às despesas decorrentes da alteração do quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (*D.C.*, 9-9, pág. 1.345).

Publicado o projeto e respectivo relatório, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário da União (*D.C.*, 10-9, pág. 1.359).

Aprovados os seguintes projetos: abre ao Congresso Nacional crédito suplementar para as despesas de pessoal da Secretaria da Câmara dos Deputados; manda aplicar no cômputo do tempo de serviço dos funcionários aposentados antes de 18-1-46, o disposto no art. 192 da Constituição (*D.C.*, 10-9, págs. 1.378 e 1.388). A redação para segunda discussão do primeiro projeto foi publicada na página 1.391.

Rejeitados os seguintes projetos: reclassifica o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; transforma cargo isolado de Taquígrafo do Quadro da mesma Secretaria em carreira; e autoriza abertura de créditos suplementar e especial para atender a despesas decorrentes da alteração do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (*D.C.*, 10-9, págs. 1.383-1.387).

Aprovado em primeira discussão o projeto que extingue no Q.S. do M.J.N.I. um cargo de Diretor (*D.C.*, 11-9, pág. 1.468).

Lidos na hora do expediente os seguintes projetos do Poder Executivo: autoriza abertura de crédito suplementar em refôrço às dotações para atender às despesas com ajuda de custo e passagens do pessoal dos escritórios de propaganda no exterior; e idem especial para pagamento de gratificação relativa ao exercício de 1951, ao Químico Agrícola Omar Viana, do Ministério da Agricultura (*D.C.*, 11-9, pág. 1.475).

O Deputado Maurício Joppert apresentou projeto que altera, para aposentadoria dos funcionários do sexo feminino, os limites de idade fixados na Lei n.º 1.711, de 28-10-52 (*D.C.*, 11-9, pág. 1.476).

Lidos na hora do expediente da sessão de 10 de setembro os seguintes projetos do Senado: manda computar, como serviço público da União, o tempo de serviço dos extranumerários da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina; e dispõe sôbre o pagamento do salário-família (*D.C.*, 12-9, pág. 1.511).

No Senado Federal

Volta à Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei da Câmara que modifica o art. 2.º do Decreto-lei n.º 8.249, de 29-11-45 (*D.C.*, 9-9, pág. 54).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr$ 27.890,00 para atender ao pagamento de honorários de professôres integrantes de comissões examinadoras (*D.C.*, 9-9, pág. 54).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que concede aos auditores de primeira entrância e aos advogados de ofício da Justiça Militar acréscimo de vencimento por tempo de serviço (*D.C.*, 10-9, pág. 460).

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, os seguintes projetos de lei da Câmara: *a*) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.C., o crédito especial de Cr$ 11.600,00, para atender ao pagamento de diferença de vencimentos ao professor falecido Álvaro Osório de Almeida; *b*) que promove a transferência para a União, como extranumerário, dos empregados brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana (*D.C.*, 11-9, pág. 473).

Lido e enviado às Comissões Técnicas o projeto de resolução que cria o quadro da garagem do Senado, suprindo-se os cargos vagos decorrentes do aproveitamento de serventes e contínuos (*D.C.*, 11-9, pág. 474).

Foi a imprimir a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Exe-

cutivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito de Cr$ 1.756.974,31 suplementar à Verba 1 — III — 13-04-06, Anexo n.º 26 do Orçamento Geral da República (*D.C.*, 12-9, pág. 486).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Coutinho Cavalcanti apresentou projeto que promove ao pôsto imediato os militares que tomaram parte na Campanha Acreana em 1908 (*D.C.*, 9-9, página 1.318).

Aprovado em segunda discussão o projeto que cria cargos de capelães militares na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (*D.C.*, 9-9, página 1.326). Idem o que determina matrícula de Sargentos do Exército diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército (pág. 1.328).

Com parecer pela inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre as atribuições das Polícias Militares dos Estados, dos Territórios da União e do Distrito Federal (*D.C.*, 11-9, pág. 1.412).

Publicada a redação final dos seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificações no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; e cria, no Exército, o Quadro de Auxiliares de Administração (*D.C.*, 11-9, pág. 1.436). Aprovadas as redações finais (*D.C.*, 12-9, pág. 1.519).

O Deputado André Fernandes apresentou projeto que estende aos oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde das Fôrças Armadas o disposto no art. 3.º da Lei n.º 1.350, de 10-2-51, que trata da reforma dos oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (*D.C.*, 12-9, pág. 1.513).

O Deputado Dilermando Cruz apresentou projeto que permite a matrícula de Sargentos do Exército, diplomados em veterinária, no Curso da Escola de Veterinária do Exército (pág. 1.514).

No Senado Federal

Publicado para estudo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sôbre o projeto de lei da Câmara que regula a inatividade dos militares (*D.C.*, 9-9, página 438).

Aprovada a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucuí, Príncipe da Beira e Clevelândia (*D.C.*, 10-9, pág. 464).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de lei do Senado que concede aos oficiais e praças graduados ou não, sobreviventes dos cercos de Bagé e da Lapa, promovidos ou comissionados por atos de bravura ou por serviços relevantes, passam a perceber, desde a vigência desta lei, como se efetivos fôssem, os vencimentos na base de 30% da tabela atual (*D.C.*, 11-9, página 473).

PETROBRÁS

Na Câmara dos Deputados

Com parecer da Comissão especial para êsse fim criada, foram a imprimir as emendas do Senado ao projeto que dispõe sôbre a Política Nacional do Petróleo, define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A., e dá outras providências (*D.C.*, 9-9, págs. 1.227-41). Iniciada a votação das emendas do Senado (*D.C.*, 11-9, página 1.483). Prosseguiu a votação (*D.C.*, 12-9, pág. 1.519).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Leoberto Leal apresentou projeto que concede pensão especial à viúva do ex-oficial do Impôsto de Consumo, Custódio de Ferreira Bandeira (*D.C.*, 10-9, pág. 1.373).

Aprovada a designação de comissão especial para relatar o projeto que fixa a contribuição para o montepio militar e altera a tabela de meio sôldo dos membros das Fôrças Armadas (*D.C.*, 10-9, pág. 1.387).

Em discussão única, foi aprovada a emenda do Senado ao projeto que concede pensão especial a viúva e filho inválido do ex-delegado Afrânio Palhares (*D.C.*, 10-9, pág. 1.388).

Com emenda do Senado é lido o projeto que dispõe sôbre as contribuições para o montepio civil (*D.C.*, 11-9, pág. 1.407).

Publicada a redação para a segunda discussão do projeto que concede pensão especial ao neto do Tenente Antônio João Ribeiro, herói de Dourados (*D.C.*, 11-9, página 1.412).

O Deputado Paulo Fleury apresentou projeto que modifica a legislação vigente sôbre as Caixas de Assistência aos Advogados (*D.C.*, 11-9, pág. 1.477).

REFORMA ADMINISTRATIVA

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora de expediente da sessão de 8 de setembro o projeto de iniciativa do Poder Executivo que reorganiza a administração federal, cria os Ministérios da Indústria e Comércio, das Minas e Energia e dos Serviços Sociais e dá outras providências (*D.C.*, 9-9, págs. 1.281-1.314).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que institui a Campanha Nacional contra a Esquistossomose (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

SEGURO AGRÍCOLA

Na Câmara dos Deputados

Publicado para estudo o projeto que dispõe sôbre a organização de uma Companhia Nacional de Seguro Agrícola (*D.C.*, 11-9, pág. 1.402).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: cria dois Distritos de 1.ª Classe no Departamento Nacional de Obras de Saneamento; dá o nome de "Presidente Epitácio Pessoa" à rodovia Transnordestina; e autoriza abertura de crédito especial destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951, e arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sôbre as tarifas (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

Aprovados os seguintes projetos: denomina "Dois de Julho" o aeroporto de Ipitanga, na cidade de Salvador, Bahia; e permite a admissão de pessoas jurídicas nas Cooperativas de Transportes de Passageiros e de Cargas (*D.C.*, 10-9, págs. 1.392-93).

Com parecer favorável, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar para atender às despesas decorrentes da intensificação das Obras de Saneamento no Rio Grande do Sul (*D.C.*, 11-9, pág. 1.412).

Aprovado em segunda discussão o projeto que autoriza o Poder Executivo a ampliar as concessões em vigor para a exploração do serviço telegráfico interior, por emprêsas que possuam cabos submarinos ou subfluviais (*D.C.*, 11-9, pág. 1.458).

O Deputado Dilermando Cruz apresentou projeto que autoriza abertura de crédito especial para construção de adutora própria para o Quartel do Exército localizado em Juiz de Fora (*D.C.*, 12-9, pág. 1.513).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres da Mesa, foi a imprimir o projeto que reorganiza o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (*D.C.*, 9-9, págs. 1.241-80).

O Deputado João Cabanas apresentou projeto que permite aos bacharéis em Direito, inscritos na Ordem dos Advogados, retirarem autos de cartório por 24 horas, a fim de contestarem, arrazoarem, recorrerem, bem como tôdas as vêzes que tenham que falar (*D.C.*, 9-9, pág. 1.319).

Aprovadas as seguintes redações finais: estende aos Territórios do Acre, Amapá e Rio Branco dispositivos da Lei n.º 1.455-A, de 1951, que dispõe sôbre alienação de imóveis; dispõe sôbre atribuições conferidas às autoridades policiais para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros; autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas da confecção de dois painéis que o Govêrno Brasileiro oferecerá à sede da Assembléia Geral da O.N.U.; e determina que a Mesa da Câmara remeterá cópias do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre as atividades da Comissão Central de Preços ao Presidente da República e ao Procurador Geral da República (*D.C.*, 9-9, pág. 1.326).

Publicada a redação final do projeto que dispõe sôbre o uso de retratos nos títulos eleitorais (*D.C.*, 10-9, página 1.369). Aprovada a redação final (*D.C.*, 11-9, pág. 1.457).

Os Deputados Aarão Steinbruch, Cunha Bueno e Afonso Arinos apresentaram, respectivamente, os projetos: estende à Justiça do Trabalho a ação rescisória; autoriza emissão de selos postais comemorativos do Centenário da Fundação de Botucatu, S.P.; e institui a aliança partidária com transferência de votação (*D.C.*, 10-9, página número 1.370).

Aprovado o projeto que cria uma comissão especial para substituir as comissões permanentes no que concerne ao exame das emendas do Senado aos projetos originários da Câmara dos Deputados (*D.C.*, 10-9, pág. 1.378).

Aprovados os requerimentos de designação de comissão especial para os seguintes projetos: regula a ação popular instituída pelo art. 141 da Constituição; solicita o restabelecimento da comissão especial de inquérito para apurar o racionamento de energia elétrica; e estende aos vereadores municipais, dentro dos seus respectivos Estados ou Territórios, as imunidades parlamentares (*D.C.*, 10-9, pág. 1.369).

Com emenda do Senado, é lido o projeto que dispõe sôbre a impressão de todos os trabalhos de autoria do inventor e grande descobridor patrício Alberto Santos Dumont (*D.C.*, 11-9, pág. 1.407).

Com parecer favorável, foi a imprimir o projeto que modifica o art. 140 do Código de Processo Civil (*D.C.*, 11-9, pág. 1.411).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que cria uma comissão parlamentar de inquérito para substituir as comissões permanentes no que concerne ao exame das emendas do Senado aos projetos originários da Câmara (*D.C.*, 11-9, pág. 1.413).

Publicada a redação final do projeto que institui o Fundo Partidário e regula a sua distribuição (*D.C.*, 11-9, pág. 1.436). Aprovada a redação final (*D.C.*, 12-9, página 1.519).

O Deputado Adahil Barreto apresentou projeto que altera o art. 20 do Decreto-lei n.º 9.022, de 1946, que dispõe sôbre o funcionamento da Caixa de Crédito da Pesca (*D.C.*, 11-9, pág. 1.438).

Aprovado em primeira discussão o projeto que cria a Medalha Naval de Serviços Distintos (*D.C.*, 11-9, página 1.468).

O Deputado Dilermando Cruz apresentou projeto que concede adiantamento em dinheiro a um Sindicato de Juiz de Fora (*D.C.*, 12-9, pág. 1.512).

No Senado Federal

Publicado para estudo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sôbre o projeto de lei da Câmara que provê sôbre a argüição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (*D.C.*, 9-9, pág. 437).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito de Cr$ 2.000.000,00, a fim de erigir-se na cidade do Rio Branco, Território Federal do Acre, um monumento em memória do Coronel José Plácido de Castro, e dos chefes das insurreições acreanas (*D.C.*, 9-9, pág. 448).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr$ 200.000,00, para a ereção de um busto do saudoso Senador Salgado Filho, na Estação do Aeroporto Santos Dumont (*D.C.*, 9-9, pág. 448).

Foram aprovados os seguintes projetos de lei da Câmara: *a*) que autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo M.V.O.P. — D.C.T., uma série de selos postais comemorativos do cinqüentenário da fundação do Colégio Interno de São José e do 25.º aniversário da criação do Colégio Externo de São José; e *b*) o parecer da Comissão de Redação, em discussão única, do projeto que autoriza o Poder Executivo a mandar coligir e editar, em volumes, todos os trabalhos do Dr. Epitácio da Silva Pessoa (*D.C.*, 9-9, págs. 453 e 455).

Foi rejeitado o projeto de lei da Câmara que autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr$ 554.495,80, para ocorrer às despesas com o fornecimento de notas de papel-moeda (*D.C.*, 9-9, pág. 453).

Lido e apoiado o projeto de resolução que modifica o art. 52, parágrafo único do art. 166, do Regimento Interno do Senado (*D.C.*, 10-9, pág. 461).

Foi a imprimir a redação final das emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara que trata do pecúlio destinado ao sentenciado (*D.C.*, 11-9, pág. 473).

Adiada a votação em primeira discussão do projeto que declara de interêsse social os direitos autorais das obras do escritor Machado de Assis (*D.C.*, 11-9, pág. 478).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de decreto legislativo que autoriza o Poder Executivo assinar, com os governos dos Estados da Bahia e de Minas Gerais, um convênio para aproveitamento de potenciais hidráulicos (*D.C.*, 12-9, pág. 485).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 8 de setembro, os seguintes Deputados: Waldemar Rupp, sôbre alienação de imóveis pertencentes à Rêde Viação Paraná-Santa Catarina; Saulo Ramos, a respeito da primeira Exposição Agro-Avícola no Estado de Santa Catarina; Aarão Steinbruch, sôbre os serviços da Light; Vieira Lins, a respeito do Congresso realizado em Curitiba pelos jornalistas; Brígido Tinoco, sôbre problemas políticos do Estado do Rio; Heitor Beltrão, sôbre fato ocorrido com o Sindicato dos Trabalhadores em Estiva de Minérios do Pôrto do Rio de Janeiro; Frota Aguiar, sôbre a Telefônica e a COFAP; Coutinho Cavalcanti, a respeito do Dr. Raul Briquet; Vieira de Melo, sôbre a sessão de encerramento da convenção do P.S.D.; Lameira Bittencourt, para encaminhar a votação do projeto que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1953; Lima Figueiredo, para encaminhar a votação do projeto que determina a matrícula de Sargentos do Exército diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no curso de formação de oficiais da Escola de Saúde do Exército; Dilermando Cruz, sôbre a instituição do fundo federal de eletrificação; e Brochado da Rocha, sôbre o substitutivo ao projeto de lei que altera a incidência do impôsto de consumo.

Falaram, na sessão de 9 de setembro, os Deputados: Aarão Steinbruch, sôbre os extraordinários serviços que vem prestando a Assistência Médica do I.A.P.I.; Celso

Peçanha, para ler memorial dos ferroviários da Leopoldina; Dilermando Cruz, dando conhecimento à Câmara de instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito; Berbert de Castro, sôbre o falecimento do Dr. Herbert Parente Fortes; Roberto Morena, a respeito do atentado à liberdade de imprensa ocorrido no Estado de Goiás; José Joffily, acêrca do Embaixador Hugo Bethlem; Brígido Tinoco, sôbre violências policiais verificadas na cidade de Rio Bonito; Teodorico Bezerra, sôbre os produtores e exportadores de braços nordestinos; Joel Presídio, a respeito da greve da Light; Coutinho Cavalcanti, acêrca do 5.714 ano da era Judaica; Heitor Beltrão, a respeito do falecimento do Sr. Luís Camilo; Vieira de Melo, sôbre a política cambial do País; Brochado da Rocha, para ler telegrama sôbre o assassinato do Sr. Gibson de Azevedo Ferreira; Fernando Ferrari, para encaminhar a votação do projeto de resolução que cria comissão especial para substituir as comissões permanentes no que concerne ao exame das emendas do Senado; Ulisses Guimarães, Plácido Olímpio, Dilermando Cruz e Ubirajara Kentnedjian, para encaminharem a votação do requerimento que solicita o restabelecimento da comissão especial de inquérito para apurar o racionamento de energia elétrica nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal; e Aliomar Baleeiro, sôbre o projeto que visa assegurar a indenização a indivíduos prejudicados por aquilo que o jurista da Casa chama de falta de serviço público.

Falaram, na sessão de 10 de setembro, os Deputados: Adahil Barreto, sôbre obras literárias recentemente publicadas; Ubirajara Kentnedjian, sôbre arrecadação do I.A.P.I. e aplicação dessa arrecadação no Estado que representa o orador; Medeiros Neto, para o necrológico do Dr. Orlando Valeriano de Araújo; Paulo Sarasate, sôbre o pagamento de abono ao pessoal pago em regime de acôrdos; Frota Aguiar, sôbre inclusão de produto no regime de câmbio livre; Celso Peçanha, sôbre serviços de assistência do I.A.P.I. em Campos; Clemente Medrado, para comunicar que a comissão designada para representar a Câmara no Centenário da Cidade de Teófilo Otoni, havia cumprido a sua missão; Olintho Fonseca, para o necrológico do Dr. Louis Ensch; Arruda Câmara, sôbre critério para a discussão do orçamento; Wolfram Metzler, sôbre comissões parlamentares de inquérito e reforma agrária no Brasil; Daniel Faraco, sôbre o projeto em discussão que concede isenção de direitos; Celso Peçanha, a respeito da economia açucareira; Campos Vergal, a respeito de projeto de concessão de subvenção; Eurico Sales, sôbre processo a que estaria respondendo o Deputado Filadelfo Garcia sem a indispensável licença da Câmara; Campos Vergal, sôbre a assinatura do armistício na Coréia; Aliomar Baleeiro, Lima Figueiredo, Raimundo Padilha e Lúcio Bittencourt, sôbre o projeto da Petrobrás.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 8 de setembro, os Senadores: João Vilasboas, sôbre os acontecimentos ocorridos no município de Caxias; Gomes de Oliveira, lendo o discurso do Sr. Presidente da República; Djair Brindeiro, sôbre o alevantamento moral, cultural e econômico da classe média.

Falaram, na sessão de 9 de setembro, os Senadores: Gomes de Oliveira, sôbre o movimento econômico que estamos atravessando; Atílio Vivacqua, a respeito dos cafeicultores e Kerginaldo Cavalcanti, acêrca do aniversário do jornal "O Mundo".

Falaram, na sessão de 10 de setembro, os Senadores: Ezequias da Rocha, fazendo o necrológico do Dr. Orlando Valeriano de Araújo; Pereira Pinto, a respeito do falecimento de Acy Nascimento Pais e Domingos Velasco, a respeito da ameaça de greve dos trabalhadores em carris da Light.

Falaram, na sessão de 11 de setembro, os Senadores: Walter Franco, sôbre a nomeação do Dr. Josaphat Carlos Borges, para a direção da Estrada de Ferro Leste Brasileiro e Ivo d'Aquino, a respeito do falecimento do Engenheiro Louis Ensch.

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 11 de setembro, os Deputados: Saulo Ramos, apelando para que se construa uma agência do D.C.T. na cidade de Xapecó, no Estado de Santa Catarina; Plínio Cavalcanti, sôbre o discurso de posse do Presidente do Banco do Brasil; Aarão Steinbruch, sôbre problemas de direito sindical; Celso Peçanha, a respeito do não pagamento de abono aos servidores das Inspetorias Regionais e aos agentes municipais por parte do I.B.G.E.; Manuel Peixoto, sôbre ato da Secretaria de Finanças do Govêrno de Minas Gerais; Frota Aguiar, acêrca do falecimento do Sr. Pacheco de Andrade; Fernando Ferrari, a respeito do problema do reflorestamento do País; Paulo Sarasate, sôbre o atraso em que se encontra o I.B.G.E. com os funcionários do interior do País, no tocante ao abono de emergência; Antunes de Oliveira, a respeito do financiamento a longo prazo e a juros baixos aos agricultores, criadores e juteiros que foram vítimas das enchentes do Amazonas; Aliomar Baleeiro, em tôrno do discurso do Presidente da República e para mostrar impropriedade de expressão do Dr. Luthero Vargas; Nestor Jost, para encaminhar a votação de requerimento de destaque para a Emenda n.º 12 do projeto da Petrobrás e Aluísio Alves, a respeito dos problemas do jornal "Última Hora".

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Marinha, sôbre cursos compulsórios realizados pela Escola de Guerra Naval; do Ministério da Agricultura, sôbre crédito autorizado para auxílio à Associação Rural de Cruz Alta; do mesmo, sôbre projeto da lei que promove a extinção das favelas do Rio de Janeiro; do Ministério do Trabalho, sôbre o mesmo assunto e apenso ao anterior; do Ministério da Agricultura, sôbre projeto que eleva de 20 para 50% a cota obrigatória do consumo de carvão nacional; do Ministério da Aeronáutica, sôbre compras da Aeronáutica no exterior; do mesmo sôbre projeto de lei que dispõe a respeito de contagem de tempo de vôo (*D.C.*, 9-9, págs. 1.221-25).

Deferidos os seguintes requerimentos: do Deputado Tarso Dutra, sôbre a missão do Sr. Milton Marcondes, líder bancário paulista, na cidade de Pôrto Alegre; do Deputado Mourão Vieira, sôbre produção e consumo de juta e fibras similares; do Deputado Paulo Lauro, sôbre a situação de diversos pedidos de licença para importação; do Deputado Aliomar Baleeiro, sôbre importação de material para imprensa por emprêsas que especifica; do Deputado Heráclito Rêgo, sôbre os elementos que credenciaram o Sr. Maurício Filchtiner para missão na Itália e qual a natureza dessa missão; do Deputado Fernando Ferrari, sôbre processo de inquérito de Miguel Teixeira, realizado no Banco do Brasil e a sua entrada no D.F.S.P.; do mesmo sôbre prédios e terrenos do Patrimônio da União, ocupados por repartições públicas, seus servidores ou particulares; do Deputado Muniz Falcão, sôbre irregularidades praticadas pelo ex-interventor do I.A.P.C., Sr. Antônio Ribeiro Duarte, em processo de financiamento de imóveis; do mesmo sôbre os motivos da demissão, em abril de 1946, de José Cosmos dos Santos, servidor do S.N.M. — Seção de Alagoas; do mesmo sôbre ocorrências administrativas verificadas no Conselho Nacional de Geografia; e do Deputado Armando Falcão, sôbre irregularidades administrativas no S.A.P.S. (*D.C.*, 9-9, págs. 1.315-17).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sôbre situação de servidor falecido em face da previdência social; do mesmo, sôbre doação de imóvel da União; do mesmo, sôbre subvenção consignada no orçamento a favor de entidade assistencial; do mesmo, sôbre amparo a produtores de gêneros alimentícios; do mesmo, sôbre crédito destinado às despesas com atêrro de área na Avenida Brasil; ainda do mesmo, sôbre aproveitamento de jazidas de manganês de urucum (*D.C.*, 10-9, págs. 1.361 e 1.362).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Agricultura, sôbre trabalhos para avaliação rigorosa das jazidas minerais brasileiras; do Ministério da Fazenda, sôbre projeto de lei que dispõe sôbre a situação funcional dos Conselheiros das Caixas Econômicas (*D.C.*, 11-9, página 1.406).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Educação, sôbre pessoal do Serviço Nacional de Febre Amarela; e do mesmo, sôbre projeto de lei que concede auxílio financeiro para a realização de congresso de professôres (*D.C.*, 12-9, pág. 1.506).

No Senado Federal

Recebidas as informações do Ministério da Fazenda, relativas aos seguintes requerimentos do Senador Alencastro Guimarães: sôbre a CEXIM e a COFAP.

Recebidas as informações do Sr. Prefeito do Distrito Federal ao requerimento do Senador Mozart Lago, relativo às desapropriações levadas a efeito por ocasião da abertura da Avenida Rio Branco.

Resumo das atividades do Congresso Nacional, na semana de 26 a 30 de outubro, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

ACIDENTES DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Aarão Steinbruch apresentou os seguintes projetos: altera os parágrafos 1.º do art. 57, único do art. 64 e acrescenta um parágrafo ao art. 57, do Decreto-lei n.º 7.036, de 1944 (Lei de Acidentes do Trabalho); e dá nova redação ao parágrafo único do art. 19 do Decreto-lei n.º 7.036, de 1944 (Lei de Acidentes do Trabalho) (D.C. 29-10, pág. 3538).

ABONO DE NATAL

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Gurgel do Amaral apresentou três projetos que concedem abono de Natal aos empregados em atividades econômicas; aos servidores da União; e aos aposentados, pensionistas e licenciados pelos IAP e CAP (D.C. 29-10, pág. 3507).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre a exportação de pedras preciosas e semipreciosas (D.C. 28-10, pág. 3465).

ASSISTÊNCIA AOS NORDESTINOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza a abertura de crédito especial para as despesas com a execução da primeira etapa do plano de assistência econômica e social aos pescadores nordestinos (D.C. 27-10, pág. 3403). Encerrada a segunda discussão (D.C. 30-10, pág. 3580).

Encerrada a segunda discussão do projeto que constitui Comissão Mista de Deputados e Senadores para estudar o problema da assistência aos trabalhadores empregados na extração da borracha (D.C. 31-10, pág. 3623).

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que estende à União Postal Telegráfica do Ceará os benefícios da Lei n.º 1.134, de 1950, que faculta representação perante as autoridades administrativas e a Justiça ordinária aos associados da classe que especifica (D.C. 28-10, pág. 3460). Encerrada a primeira discussão (D.C. 31-10, pág. 3623).

AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de contribuição do Brasil destinado à manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acôrdo de Cooperação Agrícola, firmado entre o Brasil e os E.U.A. (D.C. 27-10, pág. 3403). Encerrada a segunda discussão (D.C. 30-10, pág. 3580).

Aprovada uma das emendas do Senado ao projeto que concede a inclusão da Pontifícia Universidade Católica do R.G.S. na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (D.C. 27-10, pág. 3404).

Publicado o pronunciamento do M.Aer. a respeito do projeto que concede contribuição financeira às emprêsas de transporte aéreo que exploram linhas dentro do país (D.C. 28-10, pág. 3438).

Com pareceres às emendas de primeira discussão, foi a imprimir o projeto que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (D.C. 28-10, pág. 3461). Aprovado com emenda (D.C. 31-10, pág. 3633).

Aprovada a redação final do projeto que inclui as faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia, de Juiz de Fora, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal com a subvenção que especifica (D.C. 28-10, pág. 3478).

Encerrada a discussão do projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento da contribuição do Brasil para o Programa Ampliado da Assistência Técnica da O.N.U. (D.C. 29-10, pág. 3540). Aprovado em 1.ª discussão (D.C. 31-10, pág. 3640).

Com parecer favorável, foi a imprimir o projeto que concede um auxílio financeiro ao II Congresso Sul-Americano de Angiologia, a realizar-se em São Paulo (D.C. 30-10, pág. 3565).

O Deputado Iris Meinberg apresentou projeto que autoriza a concessão de auxílio para a realização da Conferência Internacional de Agricultura, em São Paulo, no próximo ano (D.C. 31-10, pág. 3602).

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.C., o crédito especial de Cr$ ..... 100.000,00, para auxiliar a realização do II Congresso Nacional de Anatomia e Ciências Afins (D.C. 27-10, página 1185).

Encerrada a discussão única e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que concede, por intermédio do M.E.S., o auxílio anual de Cr$ 1.500.000,00 à Policlínica Geral do Rio de Janeiro (D.C. 27-10, pág. 1193).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.C., o crédito especial de Cr$ 300.000,00 para auxiliar a realização, na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, de um Congresso Eucarístico e dos Festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Corrêa (D.C. 28-10, pág. 1199).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito de Cr$ 24.000.000,00 para subvencionar a E.F. Leopoldina no exercício de 1953 (D.C. 28-10, pág. 1203).

Foi aprovado com emenda em discussão única o projeto de lei da Câmara que concede por intermédio do M.E.S., o auxílio anual de Cr$ 1.500.000,00 à Policlínica Geral do Rio de Janeiro (D.C. 29-10, pág. 1215).

Foi à Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas em discussão única o projeto de lei da Câmara

que autroiza o Poder Executivo a abrir pelo M.V.O.P. o crédito de Cr$ 24.000,00,00 para subvencionar a E.F. Leopoldina no exercício de 1953. (D.C. 29-10, página 1215).

Foram aprovadas as redações finais dos seguintes projetos de lei: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo M.E.C. o crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 para custear as despesas com a participação do Brasil na 3.ª Semana Internacional de Esportes Universitários, b) idem pelo M.E.C. o crédito especial de Cr$ 14.000,00 para pagamento do auxílio ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiros, SP, c) que abre ao M.E.C. o crédito especial de Cr$ 200.000,00 para realização do V Congresso de Jornalistas e d) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.A., o crédito especial de Cr$ 5.000.000,00 para pagamento da parte da contribuição do Govêrno Federal, à Caixa de Crédito da Pesca para constituição do seu capital (D.C. 29-10, págs. 1217-18).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza a abrir, pelo M.E.C., o crédito especial de Cr$... 1.000.000,00 para custear as despesas com as festividades do Cinqüentenário da Fundação do Centro Acadêmico XI de Agôsto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (D.C. 30-10, pág. 1246).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Economia o projeto de lei da Câmara que modifica os artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 1.103, de 30-11-44, que concede auxílio à Associação de Normas Técnicas (D.C. 31-10, página 1255).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovados em primeira discussão os seguintes projetos: aprova o acôrdo celebrado entre o Govêrno da União e o Estado de São Paulo, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo; e idem celebrado entre o M.A. e Raimundo Augusto de Lima, para obras de irrigação em propriedade agrícola (D.C. 27-10, pág. 3412). Encerrada a segunda discussão (D.C. 30-10, pág. 3580).

Publicada a redação final do projeto que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e o Doutor Cláudio Pacheco, para fins de irrigação agrícola (D.C. 28-10, página 3471).

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: mantém a decisão do T.C. contrária ao registro do têrmo aditivo ao contrato celebrado entre o M.Aer. e Luis Haroldo Dirickson; idem entre o T.R.E. de São Paulo e a firma I.B.M.; e aprova o têrmo de ajuste celebrado entre o D.C.T. e a firma J. Ferreira Marques (D.C. 28-10, pág. 3478).

Encerrada a primeira discussão do projeto que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e o Sr. Leontino de Souza Rolim, para irrigação de terras de sua propriedade (D.C. 29-10, pág. 3541). Aprovado em primeira discussão (D.C. 31-10, pág. 3640).

Foi a imprimir o projeto da Comissão de Tomada de Contas que mantém a decisão do T.C. contrária ao registro do contrato celebrado entre a União e o Sr. Cláudio de Sá e Silva, para prestar serviços no M.Aer. como técnico especializado em mecanização (D.C. 30-10, página 3574).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato — escritura — celebrado entre a Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a firma Mavoroy S.I.F. Ltda., (D.C. 28-10, página 1199).

Foram a imprimir com pareceres das comissões técnicas os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o contrato celebrado entre o M.Aer. e Carlos Eurico de Breny Montenegro, b) que mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória do têrmo de acôrdo celebrado entre o M.E.S. e o Estado de Minas Gerais, e c) que mantém a decisão do T.C. denegatória do têrmo de contrato celebrado entre o D.C.T. e José Rodrigues Pereira (D.C. 29-10, págs. 1209-12).

Foram aprovados os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o têrmo de renovação de contrato celebrado entre o Govêrno do Território Federal do Guaporé e Alberto Josuá, b) que aprova o contrato celebrado entre o D.F.C. e a firma Biyngton e Cia.; e c) que aprova o têrmo aditivo ao contrato celebrado entre o M.E.C. e o Institute of Inter-American Affairs (D.C. 30-10, págs. 1246-47).

Foi rejeitado o projeto de decreto legislativo que aprova o registro de contrato celebrado entre a Divisão de Obras do M.E.S. e a firma Tedesco e Cia. Ltda. (D.C. 30-10, pág. 1246).

Foram a imprimir as redações finais dos seguintes projetos de decretos-legislativos: a) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Pirelli S.A. companhia Industrial Brasileira para fornecimento de 241.744 quilos de fio de cobre com alma de aço, b) que aprova os têrmos da decisão dos contratos celebrados entre o D.C.T. e a firma construtora Richard D. Bloch para construção dos prédios destinados às agências postais telegráficas das cidades de Lins e Marília, SP, c) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Biyngton para fornecimento de 16 conjuntos amplificadores para rádio, d) que mantém a decisão por que o T.C. denegou registro à rescisão e ao contrato celebrado entre o M.J.N.I. e a firma Lino Amorim & Cia. para fornecimento a repartições dependentes do referido Ministério; e) que aprova o têrmo aditivo de contrato celebrado entre o M.V.O.P. e a S.A. Rádio Tupi, para estabelecimento de uma estação radiodifusora no D.F., e f) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Sonak Sociedade de Engenharia Limitada para construção da Agência Postal em Indaiatuba, SP (D.C. 31-10, págs. 1252-53).

Foram a imprimir com pareceres das comissões técnicas os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o têrmo aditivo celebrado entre a Diretoria da Aeronáutica Civil e a Real S.A. Transportes Aéreos, b) que aprova o têrmo aditivo do contrato celebrado entre o M.Aer. e John Putmam Webber, c) que mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Estado do Rio de Janeiro, e José Borges, d) que aprova o contrato celebrado entre o M.Aer. e Jacek Piotr Goreci, e) que aprova o contrato celebrado entre o M.Aer. e Ciro Paulino de Camargo, f) idem entre o M.Aer. e Dalton Ramos Brandão e g) idem entre a Diretoria Regional dos C.T. de Pernambuco e a firma construtora J. Ferreira Marques (D.C. 31-10, págs. 1251-61).

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Standard Elétrica S.A. (D.C. 31-10, pág. 1260).

EDUCAÇÃO E CULTURA

No Senado Federal

Foi aprovado, em discussão única, com emendas, o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre o desdobramento dos Cursos de Geografia e de História nas faculdades de Filosofia (D.C. 29-10, pág. 1218).

Foram a imprimir, com pareceres das comissões técnicas, os seguintes projetos: a) que aprova o têrmo do convênio celebrado entre a Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e b) que considera válido o curso realizado pelos professôres normalistas nas faculdades de filosofia da Universidade do R.G.S. e da Pontifícia Universidade Católica do R.G.S. (D.C. 31-10, págs. 1256 e 1260).

ELETRIFICAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o impôsto único sôbre energia elétrica, altera a legislação do impôsto de consumo

e dá outras providências (D.C. 28-10, pág. 3470). Aprovada a redação final (D.C. 29-10, pág. 3517).

EX-COMBATENTES

Na Câmara dos Deputados

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que assegura prioridade aos ex-combatentes nas admissões de diaristas e mensalistas do Serviço Público (D.C. 27-10, pág. 3412).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que dispõe sôbre registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e o exercício profissional (D.C. 27-10, página 3407). Encerrada a segunda discussão (D.C. 30-10, página 3580).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar às verbas que especifica e relativas ao anexo n.º 19, do vigente Orçamento (D.C. 27-10, pág. 3404). Encerrada a segunda discussão (D.C. 30-10, pág. 3580).

Em segunda discussão, foram aprovados os seguintes projetos: abre ao Congresso Nacional crédito especial destinado a ocorrer às despesas com a Delegação da Câmara à 42ª Conferência Interparlamentar a realizar-se em Washington; aprova as despesas efetuadas pela Secertaria da Câmara por conta do saldo do subsídio dos Deputados, no mês de agôsto de 1953; e autoriza o Poder Executivo a empregar determinada importância na aquisição de terreno para a Escola Industrial de Aracaju (D.C. 27-10, páginas 3409 e 3412). Publicada a redação final do primeiro projeto (pág. 3412).

Publicada a redação final do projeto que aprova as despesas efetuadas pela Secretaria da Câmara, por conta do saldo do subsídio dos Deputados, no mês de agôsto de 1953 (D.C. 28-10, pág. 3471).

O Deputado Hildebrando Bisaglia apresentou projeto que concede financiamento aos motoristas profissionais para aquisição de automóveis, caminhões, tratores e máquinas de terraplenagem, necessários ao exercício profissional (D. C. 28-10, pág. 3472).

Aprovada a redação final do projeto que dispõe sôbre a substituição de comprovantes de contribuição para subscrição compulsória de obrigações de guerra, com base no impôsto de renda (D.C. 28-10, pág. 3478).

Com pareceres favoráveis, foram a imprimir os seguintes projetos: autoriza a abertura de crédito suplementar em refôrço a verba destinada ao pagamento de reposições; e idem especial para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do General Anastácio Somoza (D.C. 30-10, pág. 3566).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Judiciário que autoriza a abertura de crédito suplementar para despesas na Justiça do Trabalho (D.C. 30-10, página 3575).

No Senado Federal

Foi aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito especial de Cr$ 600.000,00 para atender às despesas decorrentes da realização no Brasil de um seminário internacional de Serviço Social Rural (D.C. 30-10, pág. 1243).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr$ 5.600.000,00 para ocorrer às despesas com a delegação da mesma Câmara à 42ª Conferência Interparlamentar a reunir-se no corrente ano, em Washington, E.U. América (D.C. 31-10, pág. 1251).

Foram a imprimir com pareceres das comissões técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização no Brasil do V Período de Sessões da CEPAL, b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.F., o crédito especial de Cr$ 128.508,10 destinado ao pagamento de trabalhos executados pelo D.I.N. para a Comissão do Vale do São Francisco, e c) idem pelo M. Aer. o crédito especial de Cr$ 401.240,20 para pagamento de despesas extracontratuais verificadas na construção de um grupo de casas residenciais na base aérea de Natal, R.G.N. (D.C. 31-10, págs. 1252-54).

FINANCIAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Com parecer, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais e estabelece outras providências (D.C. 30-10, pág. 3572).

IMPÔSTO DE RENDA

Na Câmara dos Deputados

Publicado o parecer sôbre as emendas de primeira discussão apresentadas ao projeto que dispõe sôbre alterações na legislação do Impôsto de Renda (D.C. 27-10, pág. 3393).

Encerrada a primeira discussão do projeto que manda cancelar os lançamentos "ex-officio" do impôsto de renda iniciados ou em fase de cobrança administrativa ou judicial com base nos exercícios fiscais até 1952 inclusive, e proíbe revisões posteriores (D.C. 27-10, pág. 3402). Em virtude de emenda, volta às comissões.

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de indenização devida a firmas que venceram ação ordinária contra o Lóide Nacional S.A. (D.C. 30-10, pág. 3563).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.T.I.C., o crédito especial de Cr$.. 15.300,00, para ressarcimento das despesas efetuadas por Armando de Oliveira Fernandes e outros, quando componentes da Comissão Especial incumbida de examinar o programa de aumento geral de salários e tarifas das Emprêsas do grupo Light (D.C. 29-10, pág. 1211).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda; e dá outras providências (D.C. 31-10, pág. 1251).

INDÚSTRIA SIDERÚRGICA

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a discussão única da emenda do Senado ao projeto que localiza a usina siderúrgica de que trata a Lei n.º 1.886, de 1953, na bacia carbonífera do Estado de Santa Catarina (D.C. 29-10, pág. 3540). Aprovada a emenda (D.C. 31-10, pág. 3640).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Tesouro Nacional a garantir empréstimo a ser contraído pela Companhia Siderúrgica Nacional para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda (D.C. 31-10, pág. 1211).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Com parecer favorável, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Secretaria da Fazenda de Goiás (D.C. 28-10, pág. 3457). Encerrada a discussão única (D.C. 31-10, pág. 3623).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que concede isenção de direitos de importação para material a ser importado pela firma Heraud Freres, para instalação de uma fábrica de caldeiras (D.C. 28-10, página 3464). Encerrada a segunda discussão (D.C. 31-10, página 3623).

O deputado Cunha Bueno apresentou projeto que concede isenção de direitos de importação para um teclado importado pela Igreja Santa Terezinha, de Higienópolis, SP (D.C. 29-10, pág. 3540).

Com parecer, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que concede isenção de direitos de importação para um ônibus rural e outros materiais importados pela Sociedade Padres Oblatos de Maria Imaculada (D.C. 30-10, pág. 3562).

Foi a imprimir, com pareceres favoráveis, o projeto que concede isenção de direitos de importação para 10.000 toneladas de fosfato monosódico ou anidrido fosfórico, no interêsse do desenvolvimento industrial do país (D.C. 30-10, pág. 3562).

No Senado Federal

Foi aprovado com rejeição da emenda n.º 4 o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos e taxas aduaneiras a materiais importados pela Companhia Siderúrgica Manesman, e destinado à construção, instalação e funcionamento de uma usina siderúrgica em Belo Horizonte, MG. Nessa oportunidade falaram os senadores: Kerginaldo Cavalcanti, Ismar de Gois, Melo Viana, Assis Chateaubriand. Falaram, ainda, durante a votação do primeiro destaque, que se refere à palavra "funcionamento", os senadores Kerginaldo Cavalcanti, Ismar de Gois, e Melo Viana (D.C. 27-10, pág. 1188).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social e do impôsto de consumo para materiais destinados ao Estado do R.G.S. (D.C. 29-10, página 1211).

Foram aprovados, em discussão única, os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que isenta de pagamento de importação e demais taxas aduaneiras o rebocador "Lady Rosemaire" importado por Wilson Sons e Cia. Ltda., e b) idem para a cidade miniatura denominada "Raywaylandia" importada pelo Instituto de Pesquisas sôbre o Câncer (D.C. 29-10, págs. 1218-19).

Foram aprovados em discussão única os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que concede isenção de direitos de importação à Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para material da linha de transmissão e outros equipamentos, nessa oportunidade falou o Senador Ismar de Gois e b) que concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego do Brasil (D.C. 30-10, págs. 1243-44).

LAVOURA CAFEEIRA

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre o financiamento das lavouras cafeeiras (D.C. 28-10, pág. 1198).

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre o financiamento das lavouras do Café. Nessa oportunidade falaram os senadores Atilio Vivacqua, Euclides Vieira e Oton Mader (D.C. 29-10, pág. 1215).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que modifica dispositivos da consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 31-10, página 1258).

MATERIAL DE GUERRA

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado à fabricação, pela Indústria Nacional de Armas S.A. de submetralhadores "Madsen" (D.C. 27-10, pág. 3404). Encerrada a segunda discussão (D.C. 30-10, pág. 3579).

Aprovada a redação final do projeto que autoriza abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de dois cruzadores adquiridos do Govêrno dos E.U.A. (D.C. 28-10, pág. 3478).

ORÇAMENTO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Com parecer pela Comissão de Finanças, foi a imprimir o anexo n.º 1 — Receita (D.C. 27-10, pág. 3399).

Prosseguiu a discussão do anexo n.º 17 — M.Agr. (D.C. 28-10, pág. 3478). Idem na sessão de 28 (D.C. 29-10, pág. 3517). Idem na sessão noturna de 28 (D.C. 29-10, pág. 3542). Idem na de 29 (D.C. 30-10, página 3581). Concluída a votação (D.C. 31-10, pág. 3624).

Com parecer às emendas do Senado Federal, foi a imprimir o anexo n.º 23 — M.R.E. (D.C. 29-10, página 3504).

Publicada a redação final do anexo n.º 18 — M.E.C. (D.C. 29-10, pág. 3506). Em virtude de emendas de redação, vai à C.R. (D.C. 30-10, pág. 3581).

Publicada uma retificação do anexo n.º 15 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (D.C. 29-10, pág. 3506). Encerrada a discussão (D.C. 29-10, pág. 3540). Concluída a votação (D.C. 31-10, pág. 3627).

Aprovada a redação final do anexo n.º 21 — M.J.N.I. (D.C. 29-10, pág. 3542).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o anexo n.º 5, do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 27-10, pág. 1186).

Foram lidas e apoiadas várias emendas do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 — anexo número 20, M.G. Voltam à Comissão de Finanças o projeto e as emendas (D.C. 28-10, pág. 1203).

Foi aprovada, em discussão única, a redação final das emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara — anexo n.º 5 — D.A.S.P. — que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 29-10, pág. 1218).

Foi aprovado, em discussão única, o anexo n.º 16 — M.Aer. — do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954. Nessa oportunidade falou o Senador Alfredo Neves (D.C. 29-10, pág. 1220).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 — anexo n.º 9 — Comissão do Vale do São Francisco (D.C. 30-10, pág. 1237).

Volta à Comissão de Finanças o anexo n.º 24 — M.T.I.C. — do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954. Foram lidas e apoiadas várias emendas. Encerrada a discussão dos projetos e das emendas. (D.C. 30-10, pág. 1245).

Foi aprovada, em discussão única, a redação final, das emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara — anexo n.º 19 — T.C. — que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954. (D.C. 30-10, pág. 1247).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovados em primeira discussão os seguintes projetos: cria duas Contadorias Seccionais, uma na E.F. Mossoró Souza, RN, e outra na D.R. dos Correios e Telégrafos de Bauru, SP; e dispõe sôbre a organização cooperativista (D.C. 27-10, págs. 3403 e 3405). Encerrada a segunda discussão do primeiro projeto (D.C. 30-10, página 3580).

O deputado Achiles Mincaroni apresentou projeto que autoriza a abertura de crédito especial destinado à criação e instalação de uma agência postal em São José do Ouro, RS (D.C. 29-10, pág. 3511).

Publicada a redação final do projeto que altera as atribuições da Comissão Especial de Mudança da Capital da República (D.C. 29-10, pág. 3538).

Encerrada a discussão única das emendas do Senado ao projeto que cria a Escola de Agronomia de Manaus (D.C. 29-10, pág. 3540). Aprovadas as emendas (D.C. 31-10, pág. 3640).

Encerrada a segunda discussão do projeto que autoriza o Poder Executivo a criar uma agência postal-telegráfica em São José dos Campos, SP (D.C. 30-10, pág. 3579).

Com emendas do Senado, foi encaminhado à Comissão Especial o projeto que cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (D.C. 31-10, pág. 3611).

Foi a imprimir, com parecer às emendas, o projeto que cria o Instituto Nacional de Cinema (D.C. 31-10, pág. 3612).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto que dispõe sôbre o Tribunal Marítimo Administrativo (D.C. 31-10, pág. 3634).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Educação e Cultura o projeto de lei do Senado que dispõe sôbre a Universidade Rural de Minas Gerais (D.C. 29-10, página 1211).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir o projeto que abre ao Congresso Nacional créditos especial e suplementar para atender a despesas com o pagamento de salário-família, gratificação adicional, vencimentos, representação do Senado Federal à 36ª Conferência do Trabalho em Genebra e outras despesas (D.C. 27-10, pág. 3399). Encerrada a primeira discussão (D.C. 30-10, pág. 3580).

Publicada a redação final do projeto que dispõe sôbre a contagem do tempo de serviço para efeito de aposentadoria, do Dr. José Gabriel de Lemos Brito (D.C. 27-10, pág. 3399). Aprovada a redação final (D.C. 29-10, página 3517).

Aprovados, em primeira discussão, os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Co, para o Ministério da Guerra; idem para atender ao pagamento de gratificação de 40% a que fizeram jus servidores do M. Agr., e idem suplementar destinado ao pagamento de gratificação adicional a médico do mesmo Ministério (pág. 3403); e em segunda discussão, o que estende aos conferentes das C.E. os favores da Lei n.º 403, de 1948, que reestruturou os cargos de tesoureiros e ajudantes de tesoureiros (pág. 3409); em discussão única, as emendas do Senado ao projeto que dispõe sôbre a situação jurídica dos procuradores das autarquias (D.C. 27-10, pág. 3411). Publicada a redação final dêste último projeto (D.C. 30-10, pág. 3579). Encerrada a segunda discussão dos dois primeiros (pág. 3579). Com parecer, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que autoriza abertura de crédito destinado ao pagamento de gratificação de representação aos funcionários da carreira de Diplomata do Q.P. do M.R.E. (D.C. 28-10, pág. 3457).

Foi a imprimir, com parecer favoráver, o projeto que autoriza abertura de crédito especial a fim de atender ao pagamento de gratificações de magistério (D.C. 28-10, pág. 3460).

Com pareceres contrários, foi a imprimir o projeto que considera a aposentadoria do ex-diretor da Taquigrafia da Secretaria da Câmara dos Deputados como concedida nesse cargo, incorporando-se aos seus proventos a gratificação de função que percebia e o tempo da mesma aposentadoria (D.C. 28-10, pág. 3463).

Aprovada a redação final do projeto que autoriza abertura de créditos suplementar e especial para atender despesas com o pagamento de gratificação adicional prevista em lei (D.C. 28-10, pág. 3478).

O deputado Cunha Bueno apresentou projeto que dispõe sôbre a contagem, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço dos associados das CAP (D.C. 29-10, pág. 3510).

O deputado Aarão Steinbruch apresentou projeto que acrescenta um artigo à Lei n.º 1711, de 1952 (E.F.P.C.U.), incorporando 20% ao vencimento do servidor público por qüinqüênio vencido a contar da última promoção à classe final da carreira ou série funcional (D.C. 29-10, página 3539).

Encerrada na sessão noturna de 28 de outubro a discussão dos seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Co. para o M.G.; efetiva tesoureiros e assistentes dos serviços de caixa do IAPI que contarem mais de cinco anos de exercício efetivo a partir da data da promulgação desta lei; e autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas com o pagamento da gratificação de magistério concedida a determinado professor. O segundo projeto volta às comissões em virtude de emendas. (D.C. 29-10, página 3540). Aprovados o primeiro e o terceiro projetos (D.C. 31-10, pág. 3633).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 264, de 1948, que fixou os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar (D.C. 30-10, pág. 3564).

Publicado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça que opina pela inconstitucionalidade do Ofício do T.R. do Trabalho da 3.ª Região, em que pleiteia a criação de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos, para instalação da 3.ª Junta de Conciliação de Julgamento de Belo Horizonte (D.C. 30-10, pág. 3576).

Encerrada a primeira discussão do projeto que abre crédito especial para pagamento de proventos a servidores em inatividade da Secretaria da Câmara dos Deputados; e em discussão prévia o que concede prerrogativas a funcionários que, por mais de 20 anos exercem ou exerceram cargos técnicos em repartições municipais, estaduais e federais (D.C. 30-10, pág. 3580).

Lida na hora do expediente a emenda do Senado ao projeto que institui gratificação de representação aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho (D.C. 31-10, pág. 3611).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar para atender a despesas de pessoal no Superior Tribunal Militar (D.C. 31-10, página 3618).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Judiciário que autoriza abertura de crédito suplementar para atender a despesas de pessoal no Tribunal Federal de Recursos (D.C. 31-10, pág. 3622).

O Deputado José Bonifácio apresentou projeto que dispõe sôbre a situação dos servidores da Comissão do Impôsto Sindical e da Comissão Técnica de Orientação Sindical (D.C. 31-10, pág. 3623).

Encerrada a discussão única das emendas do Senado ao projeto que autoriza abertura de crédito para atender ao pagamento de gratificação de representação aos funcionários da carreira de Diplomata (D.C. 31-10, página 3623).

No Senado Federal

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — J.T. — T.R. Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr$ 14.186,40, para pagamento de gratificação aos vogais da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, b) que reestrutura o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio G. do Sul, e c) que dispõe sôbre contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria prestado por Antônio Joaquim da Costa, zelador da Casa Rui Barbosa (D.C. 29-10, págs. 1209-10).

Foram aprovados os seguintes projetos de lei: a) que dispõe sôbre o ingresso na carreira de "Diplomata"; b) que dispõe sôbre o vencimento dos juízes quando convocados para funcionar no T.J. do D.F.; c) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr$ 7.090,00 para pagamento de diferença de vencimentos ao Professor Delamare São Paulo, e d) que altera com redução de despesas o quadro de pessoal da Comissão do Vale do São Francisco. Nessa oportunidade falaram os senadores Francisco Gallotti, e Joaquim Pires. (D.O. 29-10, págs. 1216 a 1220).

Foi aprovado o projeto de resolução que concede aposentadoria ao Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, Júlio Barbosa de Matos Correia. Nessa oportunidade falaram os senadores: Francisco Gallotti, Georgino Avelino, Álvaro Adolfo, Gomes de Oliveira, Djair Brindeiro e Atílio Vivacqua. (D.C. 29-10, pág. 1233).

Foi a imprimir a redação final do substitutivo do Senado ao projeto de lei da Câmara que cria cargos isolados de provimento efetivo no Q.P. do M.G. (D.C. 30-10, pág. 1237).

Foi rejeitado o projeto de lei da Câmara que fixa o honorário dos funcionários públicos civis e servidores das entidades autárquicas e paraestatais que exercem função médica e odontológica. Nessa oportunidade falou o senador Aluízio de Carvalho (D.C. 30-10, pág. 1246).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que assegura a inclusão na T.U. de Extranumerários Mensalistas, do M.T.I.C., na função de identificador, aos servidores que exerçam aquêle cargo a título precário. (D.C. 31-10, pág. 1251).

Foram a imprimir com pareceres das comissões técnicas os seguintes projetos: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao C.I.C., o crédito especial de Cr$.... 6.500,00 para pagamento de salário-família, b) idem ao M.J.N.I., o crédito especial de Cr$ 238.272,10, para pagamento de gratificação aos servidores daquele ministério, c) idem pelo M.F. o crédito especial de Cr$..... 350.000,00 para pagamento de gratificação adicional aos servidores do T.C.; d) idem ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, T.R.T. da 4.ª Região — o crédito especial de Cr$ 15.101,70, para pagamento de vencimento a suplentes de juízes, presidentes de Juntas e suplentes de Juízes classistas, e e) idem pelo M.J.N.I. o crédito especial de Cr$ 21.888,00, para pagamento de gratificação ao médico Vitorino de Luna, f) idem pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr$ 142.616,50, para pagamento da gratificação adicional aos servidores dos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, g) que estende aos auditores da 1.ª Entrância e aos advogados da Justiça Militar o direito a gratificação adicional por tempo de serviço, previsto no artigo 13, § 2.º, da Lei n.º 116, de 15-10-47, e h) que manda o cidadão chamado a exercer função pública ou administrativa de relevante importância, fazer declaração circunstanciada de seus bens (D.C. 31-10, páginas 1252-1261).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

O deputado Humberto Moura apresentou projeto que efetiva os capelães militares que serviram na F.E.B. e concede reformas, nos têrmos das leis militares, aos que se invalidarem por acidente ou moléstia incurável ou contagiosa adquirida em serviço (D.C. 29-10, pág. 3507).

O deputado Lopo Coelho apresentou projeto que regula a situação dos Aspirantes da Escola Naval, oriundos do Curso Prévio e do Colégio Naval (D.C. 29-10, página 3511).

Encerrada a discussão do projeto que estabelece o pôsto a que devem ser promovidos os alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva vitimados por acidentes de instrução e no serviço. Volta às comissões com emenda (D.C. 29-10, pág. 3540).

Os deputados Benjamin Farah e Brochado da Rocha apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: assegura aos sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do D.F. promoção ao pôsto de 2.º tenente, ao passarem para a inatividade; e determina o cancelamento de punições disciplinares impostas a militares (D.C. 31-10, págs. 3601 e 3602).

Com parecer favorável, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições que especifica (D.C. 31-10, página 3611).

No Senado Federal

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr$ 44.469,00 para pagamento do abono de Natal a que se refere a Lei n.º 974, de 17-12-949, aos primeiros tenentes do Corpo de Bombeiros do D.F. (D.C. 27-10, pág. 1215).

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr$ 44.469,00 para pagamento do abono de Natal aos primeiros tenentes do Corpo de Bombeiros do D.F. (D.C. 29-10, pág. 1215).

Foi rejeitado por inconstitucional o projeto de lei do Senado que concede aos oficiais da Marinha Mercante do Brasil, vantagens por serviços de guerra (D.C. 29-10, pág. 1246).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr$ ..... 1.284.140,00 para pagamento de gratificações militares ao Corpo de Bombeiros do D.F. (D.C. 31-10, página 1253).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir, com pareceres, o projeto que fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera a tabela de meio-sôldo dos oficiais das Fôrças Armadas (D.C. 28-10, pág. 3442).

Com pareceres, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que autoriza abertura de crédito especial para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana (D.C. 28-10, pág. 3456). Encerrada a discussão única (D.C. 31-10, pág. 3623).

O deputado Cunha Bueno apresentou projeto que revigora a lei n.º 1.239-A, de 1950, que dispõe sôbre as contribuições em atraso devidas às instituições de previdência social (D.C. 29-10, pág. 3510).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que concede pensão especial à viúva do ex-Deputado Federal José Gaudêncio Correia de Queiroz (D.C. 30-10, pág. 3565).

O deputado Janduhy Carneiro apresentou projeto que concede pensão ao jornalista e educador patrício Jaci do Rêgo Barros (D.C. 31-10, pág. 3622).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que concede pensão especial de Cr$ 2.000,00 a Ezequiel Pompeu Ribeiro de Siqueira, neto do tenente Antônio João Ribeiro (D.C. 28-10, página 1199).

Foram aprovadas, em discussão única, as redações finais dos seguintes projetos de lei da Câmara: a) que concede

a pensão especial de Cr$ 1.000,00 mensais a Evelina Costa Pereira, filha do Ministro do Império, Costa Pereira, b) idem de Cr$ 2.000,00 mensais a Hilda Carvalho de Abreu, viúva do ex-coletor federal Alberto Henrique de Abreu e c) idem de Cr$ 1.500,00 mensais a Maria Pegado Zschommler, viúva de Rudolph Zschommler, mensalista da seção comercial da Fábrica Presidente Vargas (D.C. 29-10, págs. 1217-18).

Foi aprovado com emendas e lido o parecer da Comissão de Justiça ao projeto de lei da Câmara que concede a pensão especial de Cr$ 3.000,00 à viúva de Aureliano Silveira, ex-agente do Impôsto de Consumo (D.C. 30-10, 1244).

Foram a imprimir com pareceres das comissões técnicas os seguintes projetos de lei: a) que releva de prescrição o direito dos herdeiros de Manoel Pio Correia à percepção do respectivo Montepio, b) que concede a pensão especial de Cr$ 1.500,00 mensais a Waldomiro Pereira Marmith, e c) que altera o limite máximo do valor do imóvel para financiamento de moradia dos associados dos Institutos, Caixas de Aposentadoria e Pensões (D.C. 31-10, págs. 1252-56).

PROJETOS REJEITADOS

Na Câmara dos Deputados

Na sessão de 26 de outubro foram rejeitados os seguintes projetos: autoriza o Poder Executivo a criar Escolas de Iniciação Agrícola no Estado do Maranhão (página 3405); reconhece como de utilidade pública a Associação Cristã Feminina, entidade sediada no D.F. (pág. 3407); destaca determinada importância a fim de constituir um fundo especial para ser aplicado na assistência à Pecuária e Pesca da Amazônia (pág. 3407); determina a construção, pela Fundação da Casa Popular, de casas para os destacamentos da Polícia Militar de MG. (pág. 3407); dispõe sôbre a extinção dos cargos de capitães médicos da Polícia Militar do D.F. (pág. 3408); autoriza o Poder Executivo a transferir para a Diocese de Natal, o próprio da União situado na Praia de Ponte Negra (pág. 3408); regula a extinção do condomínio rural (pág. 3408); assegura aos servidores das emprêsas concessionária de serviços públicos, que tenham sido incorporados às fôrças que participaram de operações de guerra ou tenham servido na zona delimitada e definida pelo Decreto n.º 10.490-A, de 1942, o direito de aposentadoria aos trinta anos de serviço (pág. 3408); efetiva serventuários da Justiça interinos a partir da publicação desta lei, mediante indicação de seus nomes pelo Corregedor da Justiça (pág. 3408); autoriza o Poder Executivo a instalar a Escola Agrícola da Zona Oeste no R.G.N. (pág. 3409); cria o Conselho Nacional de Organização Cooperativista (pág. 3409); autoriza a União a promover a formação de núcleos coloniais nas terras de várzea do Amazonas (pág. 3411); cria um cargo na classe M da carreira de Biologista do Q.P. do M.Aer. para ser provido por determinado cidadão em virtude de decisão judicial (pág. 3411). (D.C. 27-10).

Rejeitado na sessão noturna de 30 de outubro o projeto que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Coletoria Federal em São José do Norte, RS (D.C. 31-10, pág. 3641).

PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a discussão prévia do projeto que autoriza o Poder Executivo a emitir determinada importância para a construção e instalação de Postos de Puericultura, Jardins de Infância e Parques Infantis em todos os Municípios do País (D.C. 30-10, pág. 3580).

SALÁRIO DOS MÉDICOS

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre o salário mínimo dos médicos (D.C. 28-10, página 3450). Encerrada a primeira discussão (D.C. 31-10, página 3623).

SAÚDE PÚBLICA

No Senado Federal

Foi aprovada a redação final do projeto de decreto-legislativo que aprova o têrmo do acôrdo celebrado entre o M.E.S. e o Estado do Espírito Santo para intensificação da assistência psiquiátrica no mesmo Estado (D.C. 29-10, pág. 1217).

Foi a imprimir a redação final do substitutivo do Senado ao projeto de lei da Câmara que modifica o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 9.267, de 20-5-46, que considera insalubre a zona de Barra Bonita, SP (D.C. 31-10, página 1252).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que estabelece que os serviços de construção, pavimentação e conservação do trecho Rio-São Paulo da Rodovia BR-2, só poderão ser adjudicados obedecidas as normas para a adjudicação de serviços a cargo do D.N.E.R. (D.C. 28-10, pág. 3457).

Foi a imprimir, com parecer pela inconstitucionalidade, o projeto que abre os portos nacionais a vapores de qualquer país estrangeiro, permite o livre comércio com firmas estrangeiras e autoriza o estabelecimento de firmas estrangeiras comerciais em todo o território nacional (D.C. 28-10, pág. 3462). Encerrada a discussão prévia (D.C. 31-10, pág. 3623).

O Deputado Nelson Omegna apresentou projeto que autoriza a abertura de crédito especial para construção das rêdes de água e esgotos de Lindóia, SP (D.C. 29-10, página 3510).

Encerrada a primeira discussão do projeto que dá a denominação de General José Artigas à parte da nova rodovia internacional de Bagé a Aceguá (D.C. 29-10, página 3541). Aprovado (D.C. 31-10, pág. 3640).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que autoriza a todos os concessionários e às administrações de portos a cobrar juros de mora sôbre dívidas provenientes de serviços prestados (D.C. 30-10, pág. 3562).

No Senado Federal

Foi rejeitado, em primeira discussão, o projeto de lei do Senado que autoriza o Poder Executivo a constituir uma Comissão para estudar as necessidades e problemas da Construção Naval da Marinha Mercante. Fêz declaração de voto o Senador Atilio Vivacqua. (D.C. 29-10, página 1214).

Foram a imprimir com pareceres das comissões técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo M.J.N.I. o crédito especial de Cr$ 2.000.000,00 destinado a auxiliar o término da construção e equipamento do novo edifício do Abrigo Francisco de Paula, e b) que dispõe que o consêrto de carga e descarga nos postos organizados será feito, com exclusividade, por profissionais matriculados na Delegacia do Trabalho Marítimo (D.C. 31-10, pág. 1262).

VETO DO PREFEITO DO D.F.

Lido e foi a imprimir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sôbre o veto do Senhor Prefeito do D.F. pôsto parcialmente ao projeto de lei Municipal que dispõe sôbre a construção na zona sul da cidade de um Mercado Municipal e dá outras providências (D.C. 30-10, pág. 1242).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovados em primeira discussão os seguintes projetos: dispõe sôbre a concessão da medalha naval "Serviços de Guerra" aos oficiais e tripulantes da Marinha Mercante Nacional que, no período indicado, tenham sofrido ato de agressão no mar; modifica a pena de receptação, prevista no Código Penal; e suprime os artigos 69 a 72 do Código Nacional do Trânsito (D.C. 27-10, págs. 3404 e 3407). Encerrada a segunda discussão dêstes projetos (D.C. 30-10, pág. 3580).

Em segunda discussão, foram aprovados os seguintes projetos: considera de utilidade pública a Sociedade de Assistência e Amparo aos Tuberculosos de Joinville; e modifica dispositivos do Código de Processo Civil (D.C. 27-10, pág. 3412).

Aprovada a redação final do projeto que autoriza abertura de crédito especial para ocorrer às despesas com um monumento a ser oferecido à cidade de Nova Iorque (D.C. 28-10, pág. 3478).

O Deputado Sá Cavalcanti apresentou projeto que autoriza abertura de crédito especial para coligir e editar todos os trabalhos de João Capistrano de Abreu e dá outras providências (D.C. 29-10, pág. 3508).

Encerrada a discussão prévia do projeto que autoriza a importação de carros de passeio no valor que especifica, por médicos que exerçam a profissão (D.C. 29-10, página 3541). Rejeitado (D.C. 31-10, pág. 3640).

O Deputado Breno da Silveira apresentou projeto que altera dispositivos dos Decretos ns. 18.527, de 1928, 32.493, de 1946, que dispõem sôbre fiscalização e defesa dos direitos autorais. (D.C. 31-10, pág. 3601).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que dispõe sôbre novo prazo para a concessão de Medalha de Guerra (D.C. 31-10, pág. 3622).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr$..... 2.000.000,00 a fim de erigir-se na cidade de Rio Branco, capital do Território Federal do Acre, um monumento em memória do Coronel José Plácido de Castro (D.C. 28-10, pág. 1199).

Foram aprovados, em discussão única, os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito especial de Cr$... 2.800.000,00, para atender às despesas da confecção dos dois painéis que o Govêrno Brasileiro oferecerá à Sede da A.G.O.N.U. e b) que dispõe sôbre o uso de retrato nos títulos eleitorais (D.C. 29-10, pág. 1233).

Lido, apoiado e enviado à Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei do Senado que dispõe sôbre aplicação do art. 64 da Constituição Federal (D.C. 30-10, pág. 1240).

Foram a imprimir com pareceres das comissões técnicas os seguintes projetos de lei: a) que provê sôbre argüição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e b) que modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação do documento e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao Domínio da União (D.C. 31-10, págs. 1252-53).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 26 de outubro, os seguintes Senhores Deputados: Ulisses Guimarães, para exaltar a memória de Júlio de Castilhos; Alberto Deodato para homenagear a Organização das Nações Unidas, no aniversário da sua fundação; Flores da Cunha, sôbre Júlio de Castilhos; Gustavo Capanema, no encaminhamento da votação de requerimento de convocação de Ministro; Brígido Tinoco, João Agripino e Flores da Cunha, no mesmo sentido em relação a projeto sôbre os conferentes das Caixas Econômicas; Dolor de Andrade, sôbre moratória aos cafeicultores e outros assuntos correlatos; Mendonça Júnior, sôbre a situação da Estrada Rio-Bahia; Luis Compagnoni, sôbre praga que atingiu arrozais e trigais no Sul; Raul Pila, sôbre a posição do P.L. no pleito para Senador pelo Maranhão; Armando Falcão, sôbre a proibição de uma passeata de estudantes; Ostoja Roguski, sôbre pedido de financiamento da lavoura do café atingida pelas geadas; Roberto Morena, sôbre intervenção nos sindicatos e outros assuntos de interêsse da classe operária; Celso Peçanha, sôbre projeto de lei de sua autoria que institui a Comissão Especial da Baixada Fluminense; Altamirando Requião, sôbre tramitação de projetos; e Aarão Steinbruch sôbre projeto de sua autoria que não permite a recondução de vogais da Justiça do Trabalho.

Ocuparam a tribuna, na sessão de 27 de outubro, os seguintes Senhores Deputados: Loureiro Júnior, sôbre a personalidade de Antônio Carlos de Sales Júnior; Daniel de Carvalho, sôbre o mesmo assunto; Herbert Levy, sôbre a nova política cambial; Nestor Jost e Lauro Lopes, na discussão do orçamento para 1954.

Na sessão diurna de 28 de outubro, falaram: Heitor Beltrão, sôbre a situação do pessoal do SAPS; Ari Pitombo, sôbre a situação de jornal de sua propriedade; Ostoja Roguski, sôbre queixas dos cafeicultores prejudicados pelas geadas; Brígido Tinoco, sôbre a fundação da Associação Brasileira de Ex-Libris; Dioclécio Duarte, sôbre requerimento de sua autoria a respeito de tratores adquiridos pelo M.A.; Aarão Steinbruch, sôbre indenizações por morte; Nelson Omegna, sôbre projeto de interêsse dos sargentos das Fôrças Armadas; Celso Peçanha, sôbre aposentadoria dos bancários; Luis Compagnoni, sôbre resposta a requerimento de informações de sua autoria; Galeno Paranhos, sôbre o momento político nacional; Fernando Ferrari, José Augusto, Henrique Pagnonceli, José Bonifácio e Moura Andrade, na discussão do orçamento para 1954.

Falaram, na sessão noturna de 28 de outubro: Carvalho Sobrinho, sôbre projeto de importação de carros de passeio; Wanderley Júnior, José Bonifácio, Aliomar Baleeiro e Henrique Pagnoncelli, na discussão do orçamento para 1954.

Ocuparam a tribuna, na sessão diurna de 29 de outubro, os seguintes Senhores Deputados: Crepory Franco, sôbre violências contra políticos no Maranhão; Armando Falcão, sôbre a comemoração do dia 29 de outubro; Eurico Sales, no mesmo sentido; Afonso Arinos, idem.

Compareceu à Câmara, no dia 29 de outubro, para prestar esclarecimentos constantes do requerimento de convocação, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Falaram, na sessão diurna de 30 de outubro: o Ministro da Fazenda, para prestar esclarecimentos constantes do requerimento de convocação; Luís Viana, Tristão da Cunha e Carmelo D'Agostino, para as interpelações; Saulo Ramos, para anunciar a assinatura de acôrdo na indústria carbonífera de Santa Catarina; Firman Neto, sôbre o problema das geadas no Paraná; Ostoja Roguski, sôbre o falecimento do Deputado Estadual do Paraná, Dr. Joaquim Linhares de Lacerda; Heitor Beltrão, sôbre violências contra os marítimos; Oswaldo Orico, sôbre o acôrdo para aumento dos salários dos jornalistas; Breno da Silveira, sôbre propalada nomeação de líder sindical para a presidência do IAPM; Joel Presídio, sôbre a situação dos ferroviários baianos aposentados e pensionistas; Roberto Morena, sôbre o Congresso dos Servidores Públicos no Paraná; Aarão Steinbruch, sôbre artigo de "O Cruzeiro" a respeito de "as mulheres e o impôsto de renda"; Machado Sobrinho, sôbre a nova política cambial; Benjamin Farah, sôbre projeto de benefício aos herdeiros dos militares que atuaram na guerra de 1914; Waldemar Rupp, sôbre a economia de Santa Catarina; e Herbert Levy, sôbre a indústria cinematográfica e outros assuntos.

Na sessão noturna de 30 de outubro, falaram os Deputados Ostoja Roguski, Gustavo Capanema e José Bonifácio, na discussão do Orçamento para 1954.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 26 de outubro, os seguintes Senadores: Kerginaldo Cavalcanti, sôbre a Ata na parte referente ao discurso que pronunciou sôbre a situação do petróleo no Brasil; Ivo D'Aquino acêrca de entrevista conce-

dida a jornal desta capital pelo Coronel Hélio Braga; Antônio Baima para ler telegrama do senador Vitorino Freire; Joaquim Pires, acêrca do transcurso do aniversário do Senhor Washington Luiz e Oton Mader a respeito dos efeitos da geada que caiu nos cafezais dos Estados do Paraná e São Paulo.

Falaram, na sessão de 27 de outubro, os seguintes Senadores: Marcondes Filho, em homenagem à memória do Dr. Antônio Carlos Sales Júnior; Oton Mader sôbre o projeto de lei da Câmara que institui o Fundo Partidário e Gomes de Oliveira ainda sôbre o mesmo assunto.

Falaram, na sessão de 28 de outubro, os seguintes Senadores: Gomes de Oliveira sôbre a concessão de licença para importação e Alfredo Neves sôbre a interpretação dada à resolução n.º 18 que versa sôbre o Orçamento.

Falaram, na sessão de 29 de outubro, os seguintes Senadores: Alfredo Neves, sôbre a política financeira do Senhor Oswaldo Aranha; Marcondes Filho, sôbre a Comissão Especial do Código Comercial; Hamilton Nogueira, sôbre a data de 29 de outubro assinalada na história política do Brasil; Oton Mader sôbre o falecimento do doutor Joaquim Linhares de Lacerda e Ismar de Gois a respeito do projeto que isenta de impostos a companhia de eletricidade do Médio Rio Doce.

Falaram, na sessão de 30 de outubro, os seguintes Senadores: Vitorino Freire, para comunicar ao Senado como se está desenvolvendo no Maranhão a luta política e Bernardes Filho, sôbre o projeto chamado dos Jornalistas Profissionais.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sôbre o arrendamento de partes da Fazenda Nacional de Saicã e da Coudelaria de Rincão, R.S.; do mesmo, sôbre o inquérito relativo à concessão de marinha em S. Vicente, SP; do mesmo ainda, sôbre servidores do Impôsto de Renda; do Ministério da Viação, sôbre projeto de lei que isenta de certas taxas os livros impressos remetidos pelo reembôlso postal (D.C. 27-10, págs. 3395-98).

Rejeitado o requerimento de convocação do Ministro das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos sôbre discurso do Presidente da República (D.C. 27-10, página 3405).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Guerra, sôbre o cumprimento de dispositivos do Estatuto, por parte dêsse Ministério; do mesmo, sôbre projeto que dispõe a respeito da contagem de tempo de serviço de segundos e terceiros sargentos; do Ministério da Viação, sôbre a aquisição, pelo SNAAPP de gêneros alimentícios para os seus navios; do mesmo, sôbre obras no SNAAPP; do mesmo, sôbre projeto que autoriza o loteamento de terrenos marginais às E.F. Leopoldina e Central do Brasil; do mesmo, sôbre projeto que regula o serviço de rádio-amadorismo no território nacional; e do mesmo, sôbre projeto que inclui no orçamento dotações para execução dos projetos aprovados e relativos a construção ferroviárias (D.C. 28-10, págs. 3440-42).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Legislação Social, sôbre audiência da Fundação da Casa Popular, para o projeto que cria a Comissão Nacional para Construção da Casa Própria do Trabalhador; da mesma, sôbre audiência do M.T.I.C., para o projeto que dispõe sôbre um fundo para aquisição e construção de sedes sindicais; da Comissão de Serviço Público Civil, pedindo aos Ministérios e ao D.A.S.P. a relação completa dos atuais cargos em comissão e funções gratificadas; da primeira, sôbre a Caixa de Crédito da Pesca; do Deputado Paulo Neri, sôbre o serviço de instalação e tratamento d'água iniciado pelo SESP em Manaus; do Deputado Lauro Cruz, sôbre escolas de enfermagem mantidas pela União; do Deputado Henrique Pagnoncelli, sôbre a importação de trigo; do mesmo, sôbre a produção de trigo nacional; do Deputado Bilac Pinto, sôbre as vendas de café, realizadas em agôsto, setembro e outubro do corrente ano, pelo I.B.C.; do Deputado Fernando Ferrari, sôbre a autoridade responsável pelo uso indevido do carro 8-58-60, do M.E.C.; do Deputado Bilac Pinto, sôbre os débitos dos Poderes Públicos ao Banco do Brasil e às Caixas Econômicas Federais; do Deputado Ostoja Roguski, sôbre as conseqüências da nova política cambial sôbre os contratos firmados pela União (D.C. 28-10, pág. 3472).

Recebidas as seguintes informações: da Secretaria da P.R., sôbre o IBGE; do Ministério da Fazenda, sôbre o processo da Alfândega de Pelotas; do Ministério da Viação, sôbre projetos de lei de obras públicas; e do Ministério da Fazenda, sôbre a situação da dívida da União para com os IAP e CAP (D.C. 29-10, pág. 3503).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sôbre declarações de renda do jornalista Raimundo de Magalhães; do mesmo, sôbre benefícios resultantes de aviso da Carteira de Câmbio em relação à Marinha Mercante e do Ministério da Viação, sôbre doação de terreno (D.C. 29-10, pág. 3538).

Deferidos os seguintes requerimentos: do Deputado Herbert Levy, sôbre o que consta no cadastro do D.O.P.S. de São Paulo, a respeito do cidadão Miguel J. Nicolau, residente em São João da Boa Vista, SP; e do mesmo, sôbre os gêneros entregues pela COFAP a dirigentes de partidos políticos locais para distribuição abaixo dos preços de custo (D.C. 30-10, pág. 3567).

Deferidos os seguintes requerimentos da Comissão de Constituição e Justiça: de audiência do IBGE, para projeto que revoga legislação referente a impôsto sôbre diversões públicas; do M.T.I.C., para projeto que regulamenta a profissão de músico; do mesmo, para projeto que estende à Justiça do Trabalho a ação rescisória; do M.V.O.P., para projeto que autoriza o Govêrno a ajustar com o Banco do Brasil a transferência da Rádio Clube do Brasil para o M.E.C.; do M.G., para projeto que conta em dôbro o tempo de serviço prestado nas condições que especifica; e C.N.E., para projeto de concessão de isenções (D.C. 30-10, pág. 3579).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério do Trabalho, sôbre viagem ao sul do líder sindical Milton Marcondes; do mesmo, sôbre financiamento para construção de imóveis; do Ministério da Educação, sôbre pagamento de vantagens no M.E.C. (D.C. 31-10, página 3600).

Deferido o requerimento do Deputado Rui Almeida, sôbre a arrecadação do impôsto sôbre rádios e sua aplicação (D.C. 31-10, pág. 3601).

Deferido o requerimento do Deputado Francisco Macedo que solicita informações ao Poder Judiciário sôbre o volume de reclamações individuais e dissídios coletivos do trabalho formulados perante a Junta de Conciliação e Julgamento de Aracaju (D.C. 31-10, pág. 3622).

No Senado Federal

Recebidas as informações do Suprémo Tribunal Federal sôbre requerimento formulado pelo Procurador-Geral da República para os efeitos do disposto no artigo 64 da Constituição Federal e a cópia autêntica das notas taquigráficas e do venerando Acórdão proferido por êste Tribunal.

Resumo das atividades do Congresso Nacional, na semana de 2 a 6 de novembro, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

ACIDENTES DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Aarão Steinbruch apresentou projeto que acrescenta um parágrafo ao artigo 67 do Decreto-lei número 7.036, de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho (D.C. 4-11, pág. 3672).

ACÔRDOS, CONVENÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que aprova o Convênio Cultural entre o Brasil e a Nicarágua (D.C. 5-11, pág. 3734).

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final do projeto de decreto legislativo que aprova o têrmo aditivo ao contrato celebrado entre o M.E.C. e o The Institute of Inter-American Affairs para a realização de um programa de cooperação educacional (D.C. 7-11, pág. 1319).

AGENTE FISCAL DO IMPÔSTO DE RENDA

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre a carreira de Agente Fiscal do Impôsto de Renda (D.C. 4-10, pág. 180).

ASSISTÊNCIA AOS NORDESTINOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que autoriza abertura de crédito especial para as despesas com a execução da primeira etapa do plano de assistência econômica e social aos pescadores do Nordeste (D.C. 4-11, pág. 3693). Idem o que constitui uma Comissão Mista de Deputados e Senadores para estudar o problema de assistência aos trabalhadores na extração da borracha (página 3696). Publicada a redação final do último (D.C. 6-11, pág. 3801).

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que estende à União Postal Telegráfica do Ceará as prerrogativas, conferidas em lei, para representação perante as autoridades administrativas e a Justiça ordinária dos seus associados (D.C. 4-11, pág. 3698). Aprovado também em segunda discussão. Vai à Comissão de Redação (D.C. 6-11, página 3818).

AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Com parecer da Comissão Especial, foi a imprimir o projeto que dá nova redação aos parágrafos 1.º e 2.º do art. 11 da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, que dispõe sôbre o pagamento de auxílios e subvenções (D.C. 4-11, pág. 3669). Em virtude de emendas, volta às comissões (D.C. 6-11, pág. 3810).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento da contribuição do Brasil destinada à manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acôrdo para a execução de um programa de cooperação agrícola firmado entre o Brasil e os E.U.A. (D.C. 4-11, página 3693).

Publicada a redação final do projeto que concede a inclusão das Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas e Econômicas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Católica de Pernambuco, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (D.C. 5-11, pág. 3733).

Aprovado em primeira discussão o projeto que concede auxílio ao II Congresso Sul-Americano de Angiologia, a realizar-se em São Paulo (D.C. 5-11, pág. 3752).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento da contribuição do Brasil para o programa de Assistência Técnica da ONU em 1953 (D.C. 6-11, página 3818).

Com emenda do Senado, foi encaminhado à Comissão Especial o projeto que concede auxílio financeiro para realização do V Congresso Nacional dos Jornalistas (D.C. 7-11, pág. 3842).

No Senado Federal

Foram aprovados, em discussão única, os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr$ 2.000.000,00 destinado a auxiliar o término da construção e equipamento do novo edifício do Abrigo Francisco de Paula, b) idem pelo M.E.C. de Cr$ 100.000,00 para auxiliar a realização do 2.º Congresso Nacional de Anatomia e Ciências Afins, c) idem de Cr$ 300.000,00 para auxiliar a realização na Cidade de Cuiabá, Estado de M. Grosso, de um Congresso Eucarístico e dos festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de D. Aquino Corrêa. (D.C. 4-11, págs. 1285-86).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que inclui as Faculdades de Direito de Farmácia e Odontologia, de Juiz de Fora — Estado de Minas Gerais, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal, com a subvenção de Cr$ ..... 2.500.000,00 cada um e b) que concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora entre os estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal. (D.C. 5-11, pág. 1291).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que concede à Academia Brasileira de Filologia com sede no D. Federal a subvenção anual de Cr$ 300.000,00 (D.C. 5-11, pág. 1296).

Foi rejeitado, em discussão única, o projeto acima indicado (D.C. 6-11, pág. 1313).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei da Câmara que concede, por intermédio do M. Saúde, o auxílio anual de Cr$ 1.500.000,00 à Policlínica Geral do Rio de Janeiro (D.C. 7-11, pág. 1318).

BENS DA UNIÃO

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terreno pertencente à Viação Férrea do R.G.S. por outra igual de propriedade da Firma Xavier Irmãos S.A. (D.C. 5-11, pág. 1920).

CAPITAL BANCÁRIO

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que dispõe sôbre a elevação do capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento (D.C. 5-11, pág. 3733).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e Raimundo Augusto de Lima, para execução de obras necessárias à irrigação de terras (D.C. 4-11, pág. 3695).

Publicada a redação final dos seguintes projetos que aprovam os contratos celebrados entre: o M.V.O.P. e a S.A. Rádio Tupi, para transferência de concessão da Rádio Tamandaré; o D.C.T. e a firma Standard Elétrica, para fornecimento de terminais telegráficos; o mesmo e a firma Construtora Salvador Ltda., para construção de um prédio em Salvador; o E.M.E. e José Alves de Oliveira, para desempenhar as funções de mecânico-técnico em máquinas de contabilidade; o D.C.T. e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda., para construção de uma linha de dutos subterrâneos; o mesmo e a firma Paulo Augusto Goyana, para construção de dois compartimentos destinados a instalação de energia elétrica em Maraponga, Ceará; o mesmo e a firma Standard Elétrica, para fornecimento de transmissores-receptores anímicos; o M.A. e o Estado do Espírito Santo, para execução dos serviços de defesa sanitária vegetal; o M.A. e o Estado de Santa Catarina, para administração e exploração de rêde de armazens existentes no mesmo Estado; o M.A. e Hercílio de Paiva Rocha, para fins de irrigação agrícola em propriedade dêste; o

mesmo e Francisco Moreno da Silva, para o mesmo fim; o mesmo e Francisco de Assis Cajazeiras para o mesmo fim; o mesmo e Santino Rodolfo de Melo, para o mesmo fim; o mesmo e José Bezerra da Costa, para o mesmo fim; o mesmo e Francisco Ferreira Passos, para o mesmo fim; o mesmo e a Prefeitura Municipal de Teresina, para execução de trabalhos de inseminação artificial; publicada também a redação final dos seguintes projetos que mantêm as decisões do T.C. contrárias ao registro dos contratos celebrados entre: o M.V.O.P. e a Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, para estabelecer, na capital da República, uma estação de TV; o M.A. e a Açucareira Pôrto Real S.A., para fins de irrigação agrícola; o D.C.T. e o engenheiro Murilo de Faria Becker, para desempenhar funções de conferência de cálculo de concreto armado e de contrôle de construções; o M.V.O.P. e a Rádio Clube do Brasil, para estabelecer uma estação difusora com freqüência modulada; o M.Aer. e a Prefeitura Municipal de Campos, para construção do campo de pouso dessa cidade; a Delegacia do Patrimônio da União no Estado do Rio e o I.A.P.I., para locação de salas de propriedade dêste (D.C. 5-11, págs. 3733-35).

Aprovado em primeiro discussão o projeto que mantém a decisão do T.C. contrária ao registro do contrato celebrado entre a União Federal e Cláudio de Sá e Silva, para técnico especializado em mecânica (D.C. 5-11, página 3752).

Publicada a redação final dos seguintes projetos: aprova o têrmo de desapropriação onerosa de uma faixa encravada em uma propriedade situada no Município de Campina Grande, Paraíba; e idem o contrato celebrado entre o Govêrno Federal e o Govêrno do Estado de Alagoas e outras entidades (D.C. 6-11, pág. 3801).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e Leontino de Souza Rolim, para irrigação de terras de propriedade dêste (D.C. 6-11, pág. 3820).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Distribuidora de Papéis e Artes Gráficas S.A., b) idem entre o D.A. do M.Agr. e Joaquim Alves de Brito e sua mulher, Pedro Alves de Brito e sua mulher e Decio Peres Cartaxo e sua mulher, e c) que mantém o ato do T.C. denegatório ao registro de têrmo do contrato celebrado entre o M.Agr. e Marcelo Miraglia (D.C. 5-11, pág. 1291).

Encerradas as discussões e adiadas as votações dos seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o contrato-escritura celebrado entre a Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a firma Maveroy S. Indústrias Frigoríficas Ltda. e b) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda. (D.C. 5-11, pág. 1296).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e A. Martins Mendes & Cia., b) idem entre o D.C.T. e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e c) que mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro do têrmo de contrato celebrado entre o M. da Educação e Cultura e a firma F. Pereira & Carvalho Ltda. (D.C. 5-11, pág. 1301).

Foram aprovados os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda., b) que aprova o contrato celebrado entre o M. Aer. e Carlos Eurico de Breyne Montenegro, c) que mantém a decisão do T.C. denegatória do registro do têrmo de contrato celebrado entre o D.C.T. e José Rodrigues Pereira, e d) idem entre o M.E.S. e o Estado de Minas Gerais (D.C. 6-11, págs. 1313-316).

Foram a imprimir as redações finais dos seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o têrmo de renovação do contrato celebrado entre o Govêrno Federal do Território do Guaporé e Alberto Jusuá e b) idem entre o D.F.C. e a firma Byington & Cia. (D.C. 7-11, página 1319).

COOPERATIVISMO

Na Câmara dos Deputados

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que aprova o contrato celebrado entre o Govêrno da União e o Estado de São Paulo, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo (D.C. 4-11, pág. 3695).

CRIAÇÃO DE CARGOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que cria cargos na carreira de Diplomata do Q.P. do Ministério das Relações Exteriores (D.C. 5-11, pág. 3733).

No Senado Federal

Foi aprovada a redação final do substitutivo do Senado ao projeto de lei da Câmara que cria cargos isolados de provimento efetivo no Q.P. do M.G. (D.C. 4-11, pág. 1287).

DESPESAS COM PESSOAL

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente da sessão de 3 de novembro o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito suplementar em refôrço de subconsignação destinada ao pagamento de passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens (D.C. 4-11, pág. 3671).

Aprovados, em segunda discussão, os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento da gratificação adicional de 40% a que fizeram jus os servidores do M.Agr.; idem suplementar destinado ao pagamento de gratificação devida a médico do mesmo Ministério; e idem suplementar em refôrço da verba de pessoal do M.F.; em primeira discussão, o que autoriza abertura de crédito especial a fim de atender ao pagamento de gratificações de magistério no M.E.C.; idem para pagamento a aposentados da Secretaria da Câmara dos Deputados; idem suplementar e especial, para atender a despesas com o pagamento de salário-família, gratificação adicional, vencimentos e outras despesas no Congresso Nacional; em discussão única, a emenda do Senado ao projeto que autoriza abertura de crédito suplementar para atender ao pagamento de gratificação de representação aos funcionários da carreira de Diplomata do M.R.E. (D.C. 5-11, págs. 3693, 94, 95 e 96). Os projetos desta nota aprovados em 1.ª discussão foram também aprovados em segunda (D.C. 6-11, pág. 3819).

Com parecer favorável à emenda do Senado, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para despesa com o pagamento de gratificação de magistério a determinado professor (D.C. 6-11, pág. 3784).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Judiciário que autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de abono de emergência nos Tribunais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento; e idem do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito suplementar para refôrço de dotações destinadas ao pagamento de tarefeiros (D.C. 6-11, págs. 3795 e 3800).

Publicada a redação final do projeto que autoriza abertura de créditos suplementar e especial para pagamento de adicionais ao pessoal das Auditorias da Justiça Militar (D.C. 6-11, pág. 3801).

Lido na hora do expediente projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial destinado ao pagamento de gratificação de magistério a professôres civis do Magistério Militar (D.C. 7-11, pág. 3842).

No Senado Federal

Foram aprovados os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, à Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de quinze mil cruzeiros para pagamento de salário-família e b) idem de duzentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta

e dois cruzeiros e dez centavos ao M.J.N.I. para pagamento de gratificação aos servidores daquele Ministério (D.C. 4-11, pág. 1287).

DIVERSAS DESPESAS

Na Câmara dos Deputados

Em primeira discussão, foram aprovados os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito suplementar em reforço da verba destinada ao pagamento de "Reposições e Restituições"; e idem especial para atender a despesas com a visita ao Brasil do Presidente da Nicarágua (D.C. 5-11, pág. 3752).

Lidos na hora do expediente os seguintes projetos: do Poder Executivo, o que autoriza a abertura de crédito suplementar em reforço de verbas consignadas ao Anexo do M.M., para 1953; do Poder Judiciário, o que autoriza abertura de crédito suplementar à Justiça do Trabalho; do Poder Executivo, o que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de despesas decorrentes de arrendamento de Armazém pertencente à Administração do Pôrto do Rio de Janeiro (D.C. 6-11, págs. 3788-89-90).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar destinado ao reforço da verba de Serviços e Encargos do M.F. (D.C. 7-11, pág. 3842).

Publicada a redação final do projeto que autoriza ao Poder Executivo a aplicar determinada importância na aquisição de terreno destinado à Escola Industrial de Aracaju (D.C. 7-11, pág. 3844).

DIPLOMACIA

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente o ofício do M.R.E. que transmite comunicação do Presidente do Grupo da Câmara dos Deputados ora participando de uma reunião interparlamentar em Washington (D.C. 4-11, pág. 3665).

No Senado Federal

Chegam ao Senado as seguintes mensagens do Poder Executivo: a) que aprecia a nomeação do Sr. Adolfo Cardoso de Alencastro Guimarães para o cargo de Embaixador Plenipotenciário do Brasil junto ao Govêrno da República da Áustria, b) idem do Sr. Frank de Mendonça Moscoso para o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Govêrno da Polônia, c) idem do Sr. Themistocles da Graça Aranha para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Sua Majestade a Rainha da Polônia, d) idem do Sr. Antônio Mendes Viana junto a Sua Majestade Imperial o Xainxá do Iran, e e) do Sr. Vicentes Cantuaria junto ao Govêrno da União Sul-Africana (D.C. 5-11, pág. 1290).

DOAÇÕES

No Senado Federal

Encerrada a discussão única e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que faz doação de imóvel à Cruz Vermelha Brasileira, para funcionamento de serviços assistenciais de sua filial no R.G. Norte (D.C. 5-11, página 1296).

Foi aprovado em discussão única o projeto acima indicado (D.C. 6-11, pág. 1313).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a promover a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina. Nessa oportunidade falou o Senador Francisco Galloti (D.C. 6-11, pág. 1315).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que dispõe sôbre o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e o exercício profissional (D.C. 4-11, pág. 3695).

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia (D.C. 7-11, pág. 1319).

EX-COMBATENTES

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que assegura prioridade aos ex-combatentes nas admissões de tarefeiros do Serviço Público (D.C. 6-11, pág. 3801).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Na Câmara dos Deputados

Publicado o parecer do deputado Lopo Coelho ao projeto que dispõe sôbre a profissão de atuário e dá outras providências (D.C. 6-11, pág. 3778).

EXTRANUMERÁRIOS DA UNIÃO

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente da sessão de 3 de novembro o projeto do Poder Executivo que dispõe sôbre os extranumerários da União (D.C. 4-11, pág. 3670).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

No Senado Federal

Com parecer favorável, foram a imprimir as emendas do Senado ao projeto que retifica a Lei n.º 1.757, de 1952, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1953 (D.C. 4-11, pág. 3666).

FINANCIAMENTOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada parte das emendas do Senado ao projeto que assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais (D.C. 5-11, pág. 3742).

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o impôsto único sôbre a energia elétrica, altera a legislação do impôsto de consumo e dá outras providências (D.C. 4-11, página 1279).

IMPÔSTO DE RENDA

Na Câmara dos Deputados

Lida na hora do expediente uma representação da Federação das Indústrias de São Paulo a respeito do projeto que estabelece a incidência de cem por cento, durante cinco anos, nos rendimentos líquidos de pessoa física superiores a um milhão de cruzeiros (D.C. 4-11, pág. 3665).

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primiera discussão o projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de indenização devida a Zeki Shirato & Cia. e Merhy & Jacomel, correspondente a ação ordinária que moveram contra o Loyd Nacional S.A. (D.C. 5-11, pág. 3751).

No Senado Federal

Encerrada a discussão única e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.T.I.C. o crédito especial de Cr$..... 15.300,00 para ressarcimento das despesas efetuadas por Armando de Oliveira Fernandes e outros, quando componentes da Comissão Especial incumbida de examinar o programa de aumento geral de salário e tarifas das emprêsas do Grupo Light (D.C. 5-11, pág. 1296).

Foi aprovado, em discussão única, o projeto acima mencionado (D.C. 6-11, pág. 1313).

INSTITUTO DOS ECONOMIÁRIOS

Na Câmara dos Deputados

Publicado o parecer da Comissão de Legislação Social ao projeto que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Economiários e dá outras providências (D.C. 4-11, pág. 3660).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Rui Santos apresentou projeto que estende às emprêsas editôras ou impressoras de livros os favores concedidos às emprêsas jornalísticas, relativos à importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa (D. C. 4-11, pág. 3673). Iniciada a primeira discussão. Publicados os pareceres (D.C. 6-11, págs. 3810 e 3823).

Em discussão única, foi aprovada a emenda do Senado ao projeto que concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás. Em segunda discussão, foi aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que concede isenção de direitos de importação para material a ser importado pela firma Heraud Frère (D.C. 4-11, página 3696). Publicada a redação final do primeiro projeto (D.C. 6-11, pág. 3801).

O deputado Arruda Câmara apresentou projeto que concede isenção de direitos de importação para um altar de mármore destinado ao Noviciado de São João de Água Preta, Pernambuco (D.C. 5-11, pág. 3737).

Aprovado e enviado à C.R. o projeto que concede isenção de direitos de importação para 10.000 toneladas de fosfato monosódico ou anidrido fosfórico no interêsse do desenvolvimento industrial do país (D.C. 5-11, página 3742).

Em discussão única, foi aprovada a emenda do Senado ao projeto que concede isenção de direitos de importação para um ônibus rural e máquinas importadas pela Sociedade Padres Oblatos de Maria Imaculada para Missões entre os Pobres (D.C. 5-11, pág. 3748).

Com parecer, foram a imprimir as emendas do Senado ao projeto que concede isenção de direitos de importação à Cia. Brasileira de Alumínio para material destinado à construção de uma fábrica (D.C. 6-11, pág. 3783).

No Senado Federal

Foi aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direito de importação e mais taxas aduaneiras para materiais destinados à Organização das Voluntárias, a Comunidade Evangélica Luterana e a Congregação da Missão de S. Vicente de Paula (D.C. 6-11, pág. 1315).

LAVOURA CAFEEIRA

Na Câmara dos Deputados

Os deputados Eurico Sales e Lacerda Werneck apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial para a restauração da lavoura cafeeira espírito-santense; e disciplina a formação de novas lavouras de café, condicionando o plantio à adoção do processo racional que promova a proteção do solo contra a erosão, estatui subsídio e dá outras providências (D.C. 6-11, pág. 3802).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente da sessão de 3 de novembro o projeto do Poder Executivo que dá nova redação ao art. 300 da Consolidação das Leis do Trabalho, que cuida da readaptação profissional dos trabalhadores em minas de subsolo atacados de moléstia profissional (D. C. 4-11, pág. 3672).

Com parecer contrário, foi a imprimir o projeto que assegura salário em dôbro ao trabalhador afastado do serviço por moléstia infecto-contagiosa (D.C. 6-11, página 3784).

Tendo parecer com substitutivo da Comissão de Legislação Social, foi a imprimir o projeto que revoga o § 1.º do art. 140 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sôbre pagamento de férias (D.C. 6-11, página 3788).

No Senado Federal

Lido, apoiado e enviado às comissões técnicas o projeto de lei do Senado que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 7-11, pág. 1322).

MATERIAL DE GUERRA

Na Câmara dos Deputados

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado à fabricação, pela Indústria Nacional de Armas S.A., de submetralhadoras Madsen M-46, calibre 45 (D.C. 4-11, página 3692).

MONTEPIO MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera a tabela de meio-sôldo dos oficiais das Fôrças Armadas (D.C. 4-11, pág. 3698).

ORÇAMENTO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Publicada em suplemento a redação final do Anexo n.º 15 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (D.C. 4-11, pág. 3672). Aprovada a redação final (D.C. 5-11, pág. 3741).

Aprovado em discussão única, com emenda, o Anexo n.º 1 — Receita (D.C. 4-11, pág. 3678). Publicada em suplemento a redação final (D.C. 6-11, pág. 3801). Aprovada a redação final. Vai ao Senado (D.C. 7-11, pág. 3849).

Aprovadas as emendas do Senado Federal, com parecer favorável, ao Anexo n.º 23 — M.R.E. (D.C. 4-11, pág. 3691).

Aprovada a redação final do Anexo n.º 18 — M.E.C. Vai ao Senado (D.C. 4-11, pág. 3692). Publicada a redação final do Anexo n.º 25 — M.V.O.P. (D.C. 7-11, pág. 3844).

Publicada a redação final do Anexo n.º 17 — M.Agr. (D.C. 7-11, pág. 3844).

No Senado Federal

Chega ao Senado o anexo n.º 21 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a depessa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 4-11, página 1271).

Chega ao Senado o anexo n.º 18A do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 6-11, página 1300).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças sôbre a redação final das emendas do Senado o anexo n.º 16 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 6-11, pág. 1301).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas, os anexos 2, 20 e 26 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 6-11, págs. 1304-06).

Encerrada a discussão e voltam à comissão de Finanças as emendas e projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 — anexo n.º 9 (D.C. 6-11, pág. 1314).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que cria duas Contadorias Secionais, uma na E.F. Mossoró-Souza, RN, e outra na D.R. dos Correios e Telégrafos de Bauru, SP (D.C. 4-11, pág. 3693).

Publicada a redação final do projeto que cria Coletorias Federais e dá outras providências (D.C. 5-11, página 3735).

Aprovado com emendas e enviado à Comissão de Redação o projeto que cria o Instituto Nacional do Cinema e dá outras providências (D.C. 6-11, pág. 3815).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei da Câmara que cria a Diretoria do Material Bélico da Aeronáutica. (D.C. 5-11, pág. 1292).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres contrários das comissões, foi a imprimir o projeto que autoriza a designação de Assistentes Jurídicos do M.F. para servirem nas Procuradorias Fiscais (D.C. 6-11, pág. 3784).

Publicada a redação final do projeto que estende aos Conferentes das Caixas Econômicas os favores da Lei número 403, de 1948, que reestruturou os cargos de Tesoureiro e Ajudantes de Tesoureiro (D.C. 6-11, pág. 3801).

Apresentados os seguintes projetos: pelo Deputado Celso Peçanha, o que dispõe sôbre a aposentadoria de servidores de emprêsas incorporadas e encampadas pela União; e pelo Deputado Altamirando Requião, o que concede, para efeito do § 4.º do art. 191 da Constituição Federal, vencimentos integrais aos professôres de curso primário, secundário ou superior, quando os mesmos houverem atingido vinte anos de serviço, sem gôzo de licença-prêmio (D.C. 6-11, pág. 3803 e 3804).

Com emenda do Senado, foi encaminhado à Comissão Especial o projeto que dispõe sôbre os vencimentos dos Juízes, quando convocados para funcionar no Tribunal de Justiça do D.F. (D.C. 7-11, pág. 3841).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre o processo de preenchimento dos cargos iniciais das carreiras de veterinário, químico, agrônomo e engenheiro civil do Quadro Permanente do M.Agr. (D.C. 6-11, pág. 1301).

Foi aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre a contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria prestado por Antônio Joaquim da Costa, zelador da Casa Rui Barbosa (D.C. 6-11, página 1316).

PESSOAL DAS EMPRÊSAS INCORPORADAS

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio da União (D.C. 4-10, pág. 1282).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

O deputado Fernando Ferrari apresentou projeto que dispõe sôbre a antiguidade de Oficial dos 2.º tenentes da reserva de 1.ª classe convocados que concluíram cursos de formação de escolas militares, classificados em 1.º ou 2.º lugar (D.C. 5-11, pág. 3737).

Em discussão única, foi aprovada a emenda do Senado ao projeto que dispõe sôbre vantagens concedidas a militares que servem nas guarnições especificadas (D.C. 6-11, pág. 3818).

Com parecer às emendas de segunda discussão, foi a imprimir o projeto que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália e concluiram até 28-3-47 o curso de comandante de pelotão, seção ou equivalente, os benefícios da promoção ao pôsto de 2.º tenente (D.C. 7-11, pág. 3840).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que altera a Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950, que se refere ao Corpo de Saúde do Exército na parte relativa ao Quadro de Oficiais Dentistas do Exército (D.C. 7-11, pág. 3844).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a emenda do Senado ao projeto que autoriza abertura de crédito especial para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana, no ano de 1951 (D.C. 4-11, pág. 3696).

Com emenda, foi aprovado o projeto que concede pensão especial à viúva do ex-deputado José Gaudêncio Correia de Queiroz (D.C. 5-11, pág. 3752).

No Senado Federal

Lido e apoiado o substitutivo ao projeto de lei da Câmara que concede pensão especial a Maria de Lourdes de Melo da Silva e Araci Pinto de Oliveira Santos voltando o mesmo para às comissões técnicas. Nessa oportunidade falou o senador Durval Cruz (D.C. 4-11, página 1255).

Lido e apoiado, enviado às comissões técnicas o projeto de lei do Senado que isenta de contribuição obrigatória para mais de um Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões do portador de carteira de motorista profissional (D.C. 7-11, pág. 1319).

PROJETOS REJEITADOS

Na Câmara dos Deputados

Na sessão de 3 de novembro, foram rejeitados os seguintes projetos: autoriza o Poder Executivo a instalar uma agência postal telegráfica em São José dos Campos, SP; concede prerrogativas a funcionário que por mais de 20 anos exerce ou exerceu cargo técnico em repartições públicas municipais, estaduais e federais; autoriza a emissão de determinada importância para a instalação em todos os municípios brasileiros de postos de puericultura, jardins de infância e parques infantis; considera em novas condições a aposentadoria de ex-funcionários da Secretaria da Câmara; abre os portos nacionais a vapores de qualquer país estrangeiro, permite o livro comércio com firmas estrangeiras e dá outras providências; e dispõe sôbre a exportação de pedras preciosas e semipreciosas (D.C. 4-11, págs. 3695, 96, 97 e 98).

QUADRO DE PESSOAL

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que reestrutura o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do R.G.S. (D.C. 6-11, pág. 1315).

REDAÇÕES FINAIS APROVADAS

Na Câmara dos Deputados

Foram aprovadas as seguintes redações finais: altera as atribuições da Comissão Especial de Mudança da Capital da República; dispõe sôbre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais; aprova as despesas efetuadas pela Secretaria da Câmara dos Deputados, por conta do Saldo do Subsídio dos Deputados, no mês de agôsto de 1953; e aprova o contrato celebrado entre o M.A. e o Doutor Cláudio Pacheco e sua mulher (D.C. 4-11, pág. 3678).

SALÁRIO MÍNIMO DOS MÉDICOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o substitutivo da Comissão de Legislação Social ao projeto que dispõe sôbre o salário mínimo dos médicos (D.C. 4-11, pág. 3697).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Em virtude de emendas, volta às comissões o projeto que estabelece que os serviços de construção, pavimentação e conservação da rodovia Rio-São Paulo só poderão ser adjudicados obedecidas as "Normas para a adjudicação de serviços a cargo do D.N.E.R." (D.C. 5-11, página 3748).

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza a todos os concessionários das administrações de portos a cobrar juros de mora sôbre dívidas provenientes de serviços prestados (D.C. 5-11, pág. 3751).

Com parecer pela inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto que autoriza a Divisão de Águas do M.A. a auxiliar o Município de Mambacuri (MG) na execução dos serviços de fôrça e luz de Vila de São Jorge (D.C. 6-11, pág. 3787).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que dá a denominação de General José Artigas a parte da nova rodovia internacional de Bagé a Aceguá (D.C. 6-11, pág. 3820).

VENCIMENTO DE MINISTRO DO T.C.

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara, em discussão única, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr$ 385.000,00, para pagamento do acréscimo de vencimentos concedidos aos Ministros Ruben Machado da Rosa e Antônio Cezário de Faria Alvim Filho (D.C. 4-11, pág. 1276).

VETO DO PREFEITO DO D.F.

No Senado Federal

Foi aprovado o veto do prefeito ao projeto de lei municipal que dispõe sôbre o horário de funcionamento tanto nos dias úteis como nos domingos e feriados dos estabelecimentos existentes no mercado municipal (D.C. 4-11, pág. 1287).

OUTROS PROJETOS

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que dispõe sôbre a concessão da medalha naval "Serviços de Guerra" a oficiais e tripulantes da Marinha Mercante Nacional nas condições que especifica (D.C. 4-11, página 3694).

Em segunda discussão, foram aprovados e enviados à C.R. os seguintes projetos: modifica a pena de receptação, prevista no Código Penal; e suprime os arts. 69 a 72 do Código Nacional do Trânsito (D.C. 4-11, pág. 3695).

Publicado o parecer do deputado Lúcio Bitencourt ao projeto que dispõe sôbre novo código de falência (D.C. 5-11, pág. 3724).

Publicada a redação final dos seguintes projetos: modifica disposições do Código do Processo Civil e do Código do Processo Penal; e declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência e Amparo aos Tuberculosos de Joinville (D.C. 5-11, pág. 3733).

Publicado para estudo o parecer às emendas do Senado ao projeto que autoriza abertura de crédito especial para a colocação de um busto do Senador Salgado Filho na estação do Aeroporto Santos Dumont (D.C. 6-11, página 3779).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que concede novo prazo para a concessão de Medalha Militar (D.C. 6-11, pág. 3820).

No Senado Federal

Encerrada a discussão única e volta às comissões para opinar sôbre as emendas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J., o crédito especial de dois milhões de cruzeiros, a fim de erigir, na Cidade do Rio Branco, Capital do Território do Acre, um monumento em memória do Coronel José Plácido de Castro (D.C. 4-11, pág. 1286).

Foi a imprimir com parecer da comissão técnica o projeto de lei da Câmara que oficializa o primeiro Congresso Mundial e V Congresso Brasileiro de Homeopatia.

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Na sessão de 3 de novembro, falaram os seguintes senhores Deputados: Dioclécio Duarte para justificar requerimento de sua autoria sôbre projeto que dispõe a respeito de transportes rodoviários; Carlos Roberto, sôbre assunto que diz respeito à sua vida pública; Felix Valois, para congratular-se com o procurador Alceu Barbedo, pela insígnia com que foi agraciado pelo Vaticano; Leoberto Leal, sôbre assinatura de contrato coletivo de trabalho na indústria carbonífera do Estado de Santa Catarina; José Guiomar, para ler comunicação de um seringalista sôbre a situação da indústria extrativa da borracha; Aarão Steinbruch, sôbre a revogação de medida que onerava o café exportado pelc Estado do Rio; Vasconcelos Costa, sôbre a greve que ora se verifica em Nova Lima e Raposos, MG; Muniz Falcão, sôbre o projeto do Executivo e relativo ao pessoal extranumerário; Jarbas Maranhão, sôbre o falecimento do Desembargador Genaro de Meira Freire; Clovis Pestana, para discorrer sôbre a mensagem do Executivo relativa à reforma administrativa; Fernando Nóbrega, na discussão do orçamento de 1954; Tristão da Cunha, sôbre elaboração orçamentária; Aliomar Baleeiro, sôbre política orçamentária; Aarão Steinbruch, sôbre depósito de custas; Lima Figueiredo, para ler carta do Almirante Pena Boto; e Loureiro Júnior, para ler correspondência de Sorocaba sôbre construção de hospital.

Ocuparam a Tribuna, na sessão de 4 de novembro, os seguintes oradores: Dioclécio Duarte, para falar sôbre a personalidade de Jackson de Figueiredo; Monteiro de Castro, no mesmo sentido; Frota Aguiar, sôbre as atividades da Comissão de Inquérito do caso "Ultima Hora"; Clodomir Millet, a respeito de violências contra correligionários no Maranhão; Raul Pila, para saudar o Deputado André Le Troquer, da Assembléia Francesa; êste, em agradecimento; Vasco Filho, sôbre a atual administração do D.N.E.R.

Falaram, na sessão de 5 de novembrc, os seguintes senhores Deputados: Dioclécio Duarte, sôbre a economia açucareira; Hermes de Souza, sôbre o estado atual da rodovia BR-2; Ari Pitombo, sôbre política estadual; Breno da Silveira, sôbre autópsias no Instituto Médico Legal; Dilermando Cruz, sôbre medidas adotadas pelo Govêrno do Estado do Rio e consideradas prejudiciais à economia de MG; Celso Peçanha, sôbre a situação dos trabalhadores da indústria açucareira de Campos; Brígido Tinoco, sôbre reivindicações de trabalhadores da Leopoldina; Adahil Barreto, sôbre violências policiais em Fortaleza; Vitorino Correia, sôbre a sêca no sul de Piauí; Lacerda Werneck, para falar sôbre a lavoura tritícola; Arruda Câmara, sôbre o abono de emergência ao pessoal de obras; Gurgel do Amaral, para discorrer sôbre os seus projetos de abono de Natal; Fernando Ferrari, para examinar a nova política cambial; Muniz Falcão, sôbre projeto que dispõe a respeito da concessão de auxílios e subvenções; Adahil Barreto sôbre o mesmo assunto; Dioclécio Duarte, para elogiar o Sr. Júlio Barbosa; Saturnino Braga, sôbre decreto relativo a construção de rodovia; Leopoldo Maciel, sôbre pagamento de seguro de vida devido a determinado cidadão; e Tenório Cavalcanti, sôbre os acontecimentos que envolveram a sua pessoa em São Paulo.

Na sessão de 6 de novembro, falaram os seguintes senhores deputados: Muniz Falcão, sôbre a ação do chamado "Rapa" da Prefeitura contra vendedores ambulantes; Ostoja Roguski, sôbre reclamações procedentes do Leste do Paraná, contra o mau funcionamento dos serviços de correios e telégrafos; Vieira Lins, para transmitir apêlo de bancários de Londrina no sentido de ser ali instalada uma subdelegacia ou agência de primeira classe do IAPB; Celso Peçanha, sôbre a lavoura cafeeira fluminense; Firman Neto, sôbre projeto de sua autoria para socorrer vítimas de enchentes no Paraná; Aarão Steinbruch, sôbre teoria do crédito no direito do trabalho; Galeno Paranhos, sôbre plano de abastecimento de carne; Vasconcelos Costa, sôbre reivindicações do pessoal do D.C.T.; e Gurgel do Amaral, para prosseguir nas suas considerações em defesa de seus projetos de abono de Natal.

Na mesma sessão, o ministro da Marinha, atendendo a requerimento de convocação, prestou esclarecimentos sôbre assuntos de sua administração. Interpelaram o titular da Marinha os deputados Brígido Tinoco, Breno da Silveira, Mário Palmério, Diniz Gonçalves, Augusto do Amaral Peixoto, Tenório Cavalcanti e Maurício Joppert.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 3 de novembro, os seguintes senadores: Ivo D'Aquino sôbre a aposentadoria do Dr. Júlio Barbosa; Gomes de Oliveira acêrca da política cambial do Sr. Osvaldo Aranha e Onofre Gomes a respeito da semana da economia e da política do M.F.

Falaram, na sessão de 4 de novembro, os seguintes senadores: Ivo D'Aquino acêrca do acôrdo comercial com a Argentina, Abelardo Jurema a respeito da vida cultural e política do país; Bernardes Filho para saudar a representação do povo francês e Mme. Jacqueline Patenôtre, Senadora Francesa, em agradecimento; Flávio Guimarães sôbre ação patriótica do Ministro da Justiça voltada à proteção de menores; Gomes de Oliveira e Vitorino Freire a respeito de carta do Sr. Henrique de La Roque Almeida, lida pelo primeiro.

Falaram, na sessão de 5 de novembro, os seguintes senhores senadores: Hamilton Nogueira em homenagem à memória de Jackson de Figueiredo; Flávio Guimarães sôbre projeto de lei enviado pelo publicista paulista Mário Pinto Serva e Vitorino Freire acêrca da campanha política no Maranhão.

Falaram, na sessão de 6 de novembro, os seguintes senadores: Vitorino Freire, para rebater acusações feitas ao Govêrno do Estado do Maranhão; Francisco Galloti para ler telegrama do Município de Brusque no Estado de Sta. Catarina acêrca de enchentes ali verificadas; Ismar de Góes a respeito do regimento interno no que toca a Comissão Especial da Câmara de Deputados que examina as emendas aprovadas pelo Senado e Hamilton Nogueira sôbre escolha dos chefes de delegações diplomáticas.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as seguintes informações: do M.E., sôbre verbas com que foram contemplados diversos hospitais e outras entidades, através da C.N.C.T.; do M.V., sôbre plano de emergência destinado ao socorro das populações atingidas pelas sêcas; e do mesmo Ministério sôbre concessão de benefício à viúva de determinado servidor (D. C. 5-11, págs. 3728-33).

Recebidas as seguintes informações: do M.J.N.I., sôbre diligência policial efetuada no Rio pela polícia fluminense; do mesmo, sôbre horário de serviço dos guardas do Presídio do D.F.; e do M.Agr., sôbre a Colônia de Pescadores de Alagoas (D.C. 6-11, pág. 3781).

Deferidos os seguintes requerimentos: do Deputado Fernando Ferrari, sôbre o uso de carro oficial DF 8-88-80, com especificação da repartição a que pertence e da autoridade por êle responsável; do mesmo, sôbre processo relativo ao crédito autorizado pela Lei n.º 1.394, para pagamento à Cia. Melhoramentos Ferroviários; do deputado Aliomar Baleeiro, sôbre o funcionamento da Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro; do deputado Firman Neto, sôbre a proteção dos cafezais nas zonas que estão revelando infestação da broca no Paraná; e do deputado Parsifal Barroso, sôbre dívida das obras de emergência do D.N.E.R. no Ceará (D.C. 6-11, pág. 3801).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sôbre providências tomadas pelo mesmo Ministério para cumprimento de legislação protetora da borra-

cha nacional; do mesmo, sôbre o amparo, pelo Banco do Brasil, a emprêsas jornalísticas; do mesmo, sôbre projeto que isenta de direitos alfandegários os navios adquiridos para o serviço de cabotagem; do Ministério da Marinha, sôbre movimentação de oficiais generais; do M.G. sôbre pedido de certidão de serviço; do M.V.O.P., sôbre diminuição de faixa asfaltada de estrada de rodagem em Alagoas; do M.J.N.I. sôbre projeto que autoriza abertura de crédito para pagamento de dívidas de exercícios findos, do M.Agr., sôbre projeto que autoriza doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Palmeira dos Indios; do M.E., sôbre projeto que autoriza criação de Juntas Municipais de Proteção à Maternidade (D.C. 7-11, págs. 3838-40).

Deferido o requerimento do deputado Lacerda Werneck, que solicita informações, sôbre importação de trigo e as medidas de amparo ao triticultor nacional (D.C. 7-11, pág. 3844).

No Senado Federal

Recebidas as informações do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas sôbre abertura de inquérito administrativo entre um parlamentar e o Chefe da Agência do Correio de Copacabana.

Recebidas as informações do Sr. Ministro da Agricultura relativas a requerimento sôbre a natureza de técnicos com exercício no Instituto de Biologia Animal.

Resumo das atividades do Congresso Nacional, na semana de 9 a 13 de novembro, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

REDAÇÕES FINAIS

Na Câmara dos Deputados

Aprovadas as seguintes redações finais na sessão de 9 de novembro: modifica disposições do Código do Processo Civil e do Código de Processo Penal; mantém as decisões do Tribunal de Contas contrárias ao registro dos seguintes contratos entre: o M.V.O.P. e a Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional; o M.A. e a Açucareira Pôrto Real S.A.; o D.C.T. e o Engenheiro Murilo de Faria Becker; o M.V.O.P. e a Rádio Clube do Brasil S.A., o M.Ae. e a Prefeitura Municipal de Campos; a Delegacia do Patrimônio da União e o IAPI; aprova os contratos celebrados entre o M.V.O.P. e a Sociedade Anônima Rádio Tupi; o D.C.T. e a firma Standard Elétrica S.A. o mesmo e a firma Construtora Salvador Ltda.; o Estado-Maior do Exército e José Alves de Oliveira; o D.C.T. e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda.; o D.C.T. e a firma Paulo Augusto Goiano; o D.C.T. e a firma Standard Elétrica S.A.; o M.A. e o Estado do Espírito Santo; o mesmo e o Estado de Santa Catarina; o M.A. e Hercílio de Paiva Furtado; o mesmo e Francisco Moreno da Silva; o mesmo e Francisco de Assis Cajazeiras; o mesmo e a Prefeitura do Município de Teresina; o mesmo e Santino Rodolfo de Melo; o mesmo e José Bezerra da Costa; o Govêrno Federal, o Govêrno do Estado de Alagoas, o IAA e a Cooperativa dos Usineiros de Alagoas Ltda.; o M.A. e Francisco Ferreira Passos; concede a inclusão das Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas e Econômicas, da Pontifícia Universidade Católica do R.G.S. e da Universidade Católica de Pernambuco, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal; declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência e Amparo aos Tuberculosos de Joinville; dispõe sôbre a elevação do capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento; cria cargos na carreira de Diplomata do Q.P. do M.R.E.; aprova o convênio cultural entre o Brasil e a Nicarágua; estende aos Conferentes das Caixas Econômicas os favores da Lei número 403, de 1948, que reestruturou os cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro; assegura prioridade aos ex-combatentes nas admissões de tarefeiros do Serviço Público; concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Secretaria da Fazenda do E. de Goiás; aprova o têrmo de desapropriação onerosa de uma faixa de terra encravada no lugar denominado "Beija Flor", município de Campina Grande, E. da Paraíba; autoriza abertura de créditos suplementar e especial para pagamento de adicionais ao pessoal das Auditorias da Justiça Militar; constitui Comissão Mista de Deputados e Senadores para estudar os problemas de assistência aos trabalhadores empregados na extração da borracha. Os projetos que concedem subvenção às Faculdades que especifica e o que concede isenção de direitos de importação à Secretaria da Fazenda de Goiás vão à sanção, o que cria a Comissão Mista de Deputados e Senadores vai à promulgação e os demais vão ao Senado (D.C. 10-11, pág. 3878).

Publicadas as seguintes redações finais: cria a Escola de Agronomia de Manaus; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério ao professor que indica; concede isenção de direitos de importação para material destinado à Sociedade Padres Oblatos de Maria Imaculada; modifica o art. 180 do Código Penal; concede isenção de direitos de importação para fosfato monosódico ou anidrido fosfórico, até o limite de 10.000 toneladas métricas; autoriza abertura de crédito especial para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana; idem para pagamento de gratificação de representação ao pessoal da carreira de Diplomata; idem para pagamento de gratificação adicional a servidores do M.Agr.; idem para atender as despesas com a execução da primeira etapa do plano de assistência econômica e social aos pescadores nordestinos; localiza a usina siderúrgica de que trata a Lei n.º 1.886, de 1953, na bacia carbonífera do Estado de Santa Catarina; autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento da contribuição do Brasil para a manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, executor do Acôrdo para a execução de um programa de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos da América; suprime os artigos 69 a 72 do Código Nacional do Trânsito; autoriza abertura de crédito suplementar para reforço de dotações do Anexo n.º 19 do vigente Orçamento; idem especial para atender ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization para o M.G.; aprova o têrmo do acôrdo celebrado entre o Govêrno da União e o Estado de São Paulo; e idem quanto ao contrato celebrado entre o M.Agr. e Raimundo Augusto de Lima (D.C. 11-11, págs. 4026-28). Os três primeiros projetos, o sexto, o sétimo e o décimo vão à sanção e os demais ao Senado (D.C. 13-11, pág. 4130).

Aprovada a redação final do projeto que autoriza o Poder Executivo a empregar determinada importância na aquisição de terreno para a Escola Industrial de Aracaju. O projeto vai ao Senado (D.C. 11-11, pág. 4034).

Publicadas as seguintes redações finais: dispõe sôbre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições que especifica; concede isenção de direitos de importação para material destinado à firma Heraud Frères; estende à União Postal Telegráfica do Ceará os benefícios da Lei n.º 1.134, de 1950; cria uma contadoria secional junto à E.F. Mossoró-Souza, RN; autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de contribuição do Brasil para o Programa de Assistência Técnica da O.N.U.; idem para pagamento de gratificação adicional ao médico Edmundo Bruzzi; denomina Rodovia General José Artigas parte da nova rodovia que liga o Brasil com o Uruguai; e dispõe sôbre registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e o exercício profissional (D.C. 13-11, pág. 4119).

Publicadas as seguintes redações finais: assegura o financiamento, a longo prazo, de serviços públicos municipais e estabelece outras providências; autoriza abertura de crédito especial destinado à fabricação de submetralhadoras Madsen M 46, calibre 45; dispõe sôbre o Tribunal Marítimo; dispõe sôbre a concessão da medalha naval "Serviços de Guerra" a oficiais e tripulantes da Marinha Mercante Nacional nas condições que especifica; aprova o contrato celebrado entre o M.Agr. e Leontino de Souza Ro-

lim; e estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o curso de comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, benefícios consignados em lei (D.C. 14-11, pág. 4196).

PROJETOS REJEITADOS

Rejeitado na sessão de 9 de novembro o projeto que revigora o prazo para aplicação de crédito especial aberto com o fim de atender à instalação de uma usina hidrelétrica na Colônia Agrícola Nacional do Maranhão (D.C. 10-11, pág. 3888).

Rejeitado, em primeira discussão, o projeto que revoga o artigo 23 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, impeditivo da concessão do abono de emergência aos funcionários interinos e aos mensalistas admitidos em caráter provisório (D.C. 14-11, pág. 4207).

ABONO DE NATAL

Publicado o relatório do Deputado Paulo Couto ao projeto que concede abono de Natal aos empregados em atividades econômicas (D.C. 14-11, pág. 4176).

ACIDENTES DO TRABALHO

O Deputado Aarão Steinbruch apresentou projeto que acrescenta um parágrafo único ao art. 102 do Decreto-lei n.º 7.036, de 1944 (Lei de Acidentes do Trabalho) (D.C. 10-11, pág. 3865). Ainda o mesmo Deputado apresentou projeto que acrescenta um parágrafo único ao artigo 87 do mesmo decreto-lei (D.C. 12-11, pág. 4080). Apresentou também outro projeto que acrescenta dois parágrafos ao art. 100 do mesmo decreto-lei (D.C. 13-11, pág. 4121).

Lido na hora do expediente da sessão de 12 de novembro o projeto do Poder Executivo que concede aos IAP dos Bancários, Comerciários e dos Industriários, exclusividade na cobertura dos riscos de acidentes de trabalho, das atividades sujeitas aos respectivos regimes, e dá outras providências (D.C. 13-11, pág. 4117).

AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

O Deputado Firman Neto apresentou projeto que autoriza abertura de crédito especial para socorrer as populações das Municipalidades de União da Vitória, PA, e Pôrto União, SC (D.C. 10-11, pág. 3866).

O Deputado Henrique Pagnoncelli apresentou projeto que autoriza abertura de crédito especial para socorrer as populações flageladas pela enchente do município de Erechim, RS (D.C. 11-11, pág. 4029).

Com pareceres às emendas de segunda discussão, foi a imprimir o projeto que concede auxílio ao Município de Santo André para as comemorações do 4.º centenário de sua fundação (D.C. 12-11, pág. 4059). Aprovado com emendas e enviado à C.R. (D.C. 13-11, pág. 4132).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que concede inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do R. Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (D.C. 12-11, pág. 4065). Em virtude de emenda, volta às comissões (D.C. 14-11, pág. 4207).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que concede a inclusão da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (pág. 4065). Aprovado e enviado à C.R. (D.C. 13-11, pág. 4136).

Com parecer contrário da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que concede auxílio ao Gabinete de Leitura Rui Barbosa, em Jundiaí, SP, para ampliação de sua sede (D.C. 13-11, pág. 4113).

O Deputado Leoberto Leal apresentou os seguintes projetos: concede auxílio à Associação Rural de Concórdia, para a realização da I Exposição de Suinocultura; e idem aos Municípios de Itajaí, Brusque, Tijucas, Jaraguá, Guaramirim, e Araquari, SC (D.C. 13-11, pág. 4120).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que concede auxílio ao Ballet da Juventude (D.C. 13-11, pág. 4145).

Com pareceres, foram a imprimir os projetos que incluem entre os estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal os seguintes institutos de ensino: Escola de Engenharia e Faculdade de Arquitetura, do Instituto Mackenzie e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (D.C. 13-11, pág. 4146).

Foi a imprimir, com parecer favorável, o projeto que dispõe sôbre a concessão de auxílio para a instalação de serviços de abastecimento de água no Polígono das Sêcas (D.C. 14-11, pág. 4186).

Tendo parecer com substitutivo, foi a imprimir o projeto que abre crédito especial para auxiliar a construção da central hidrelétrica de Quartéis, RJ (D.C. 14-11, página 4193).

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Concedida urgência para o projeto que altera os valores dos símbolos referentes ao padrão de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas (D.C. 10-11, página 3888). A Comissão de Serviço Público Civil apresentou mais emendas (D.C. 13-11, pág. 4140).

CONSIGNAÇÕES EM FÔLHA

O Deputado Benjamin Farah apresentou projeto que suspende no mês de dezembro todos os descontos ou consignações em fôlha de pagamento dos servidores públicos civis e dos militares (D.C. 11-11, pág. 4030).

COTA-PARTE DE PERCENTAGENS

Com parecer pela inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto que fixa em 2% sôbre a arrecadação do impôsto de consumo, a percentagem que será repartida em partes iguais entre todos os fiscais do impôsto de consumo nos Estados e no D.F. (D.C. 12-11, pág. 4051).

CRIAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES DE EXTRANUMERÁRIO

O Deputado Muniz Falcão apresentou projeto que revoga os arts. 39 a 41 do Decreto-lei n.º 5.175, de 7 de janeiro de 1943, que dispõe sôbre a admissão de pessoal extranumerário e dá outras providências (D.C. 11-11, página 4030).

Com emendas do Senado, foi a imprimir o projeto que cria cargos isolados de provimento efetivo no Q.P. do M.G. (D.C. 13-11, pág. 4144).

DESPESAS COM PESSOAL

Aprovada em discussão única a emenda do Senado ao projeto que autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério à professôra Danuzia de Menezes Brandão Aires (D.C. 13-11, página 4154).

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Publicados o relatório e parecer ao anteprojeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (D.C. 11-11, página 3966).

DIVERSAS DESPESAS

Lidos na hora do expediente os seguintes projetos do Poder Executivo: autoriza abertura de crédito especial destinado ao pagamento à Administração do Pôrto do Rio de Janeiro de despesas correspondentes à permanência de volumes descarregados durante o exercício de 1950; idem para pagamento à firma Henrique Leuthold, de serviços prestados durante o exercício de 1943; e idem para indenização por danos causados em imóveis alugados pelo Exército, em Recife, Pernambuco, durante o último conflito mundial (D.C. 12-11, pág. 4055).

DOAÇÕES

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que autoriza a doação ao Serviço de Obras Sociais do imóvel sito à rua do Lavradio número 48 (D.C. 14-11, pág. 4193).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Com parecer pela inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto que cria curso obrigatório, denominado "Mãe" para moças maiores de 15 anos e menores de 20 anos de idade (D.C. 12-11, pág. 4054).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio (D.C. 12-11, pág. 4057).

ESTABILIDADE

Com parecer pela inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto que estende os benefícios dos artigos 23 e 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos inspetores do ensino federal dispensados de suas funções por exercerem outro cargo público (D.C. 12-11, pág. 4053).

EX-COMBATENTES

Foi a imprimir o projeto que determina a doação de imóvel à família do expedicionário que venha a falecer em conseqüência das causas fixadas no Decreto-lei n.º 8.794, de 23 de janeiro de 1946 (D.C. 10-11, pág. 3863).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Com parecer da Comissão Especial, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre a profissão de atuário (D.C. 14-11, pág. 4183).

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS

Com parecer às emendas de primeira discussão, foi a imprimir o projeto que proíbe a exportação de minério de manganês com teor metálico acima de 44%, das jazidas que especifica (D.C. 12-11, pág. 4066). Aprovado o substitutivo da Comissão de Economia (D.C. 13-11, pág. 4136). Rejeitadas as emendas (D.C. 14-11, pág. 4206).

IMPÔSTO DE RENDA

Aprovado em primeira discussão o substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto que manda cancelar os lançamentos "ex-officio" do Impôsto de Renda iniciados ou em fase de cobrança administrativa ou judicial, com base nos exercícios fiscais até 1952, inclusive, e proíbe revisões posteriores (D.C. 10-11, pág. 3879). Em virtude de emendas, volta às Comissões (D.C. 12-11, pág. 4989).

IMPÔSTO SÔBRE ENERGIA ELÉTRICA

Com pareceres pendentes, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre a distribuição e a aplicação das cotas do impôsto sôbre energia elétrica pertencentes aos Estados, D.F. e Municípios (D.C. 12-11, pág. 4069). Aprovado o substitutivo da Comissão de Transportes (D.C. 13-11, pág. 4154). Em segunda discussão foram apresentadas diversas emendas, indo o projeto às respectivas comissões (D.C. 14-11, pág. 4207).

INDENIZAÇÕES

O Deputado Fernando Ferrari apresentou projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado ao pagamento de indenização à Sociedade Agrícola Pastoril de Santa Maria, R.G.S., pelo uso de seu parque e alojamento de tropas militares, durante a última guerra (D.C. 11-11, pág. 4029).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de indenização devida às firmas que especifica em virtude de ação judicial que moveram contra o Lóide Nacional S.A. (D.C. 14-11, pág. 4192).

ISENÇÕES DE DIREITOS

O Deputado Paulo Neri apresentou projeto que concede isenção de direitos de importação para materiais consignados às Obras dos Padres Redentoristas da Amazônia (D.C. 10-11, pág. 3864).

Aprovado em primeira discussão o projeto que estende às emprêsas editôras ou impressoras de livros os favores concedidos às emprêsas jornalísticas pela legislação que regula a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa (D.C. 10-11, pág. 3885). Publicada a redação para segunda discussão (D.C. 11-11, pág. 4026). Aprovado em segunda discussão e enviado à Comissão de Redação (D.C. 11-11, pág. 4035). Aprovado também em redação final. Vai ao Senado (D.C. 12-11, pág. 4087).

O Deputado Oscar Carneiro apresentou projeto que concede isenção de direitos de importação para um equipamento destinado aos "Bancos de Sangue", instalados pela Sociedade Filantrópica Professor Otávio de Freitas, em Recife (D.C. 11-11, pág. 4028).

Com pareceres às emendas de segunda discussão, foi a imprimir o projeto que concede isenção de direitos de importação para aparelhagem destinada à montagem de uma fábrica para concentração e pulverização de leite, a ser importada pela CCPL (D.C. 12-11, pág. 4061). Aprovado com emenda. Vai à CR. (D.C. 13-11, pág. 4136).

Em discussão única, foram aprovadas parte das emendas do Senado ao projeto que concede isenção de direitos de importação para material destinado à construção de uma fábrica de alumínio da Companhia Brasileira de Alumínio (D.C. 13-11, pág. 4154).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que concede isenção de direitos de importação para artigos religiosos destinados à Irmã Berchmens Zuchetto (D.C. 14-11, página 4192). Idem para mármores destinados ao Colégio Regina Coeli, nesta capital.

O Deputado Lucílio Medeiros apresentou projeto que isenta de direitos de importação por dez anos o minério de gêsso procedente da Bolívia a ser consumido nas indústrias brasileiras (D.C. 14-11, pág. 4198). O Deputado Miguel Couto Filho apresentou projeto no mesmo sentido para um aparelho de Raios X destinado ao Hospital de São Marcos (pág. 4199).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Com parecer às emendas de segunda discussão, foi a imprimir o projeto que retifica a Lei n.º 1.757, de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa para 1953, relativo a subvenções consignadas a diversas entidades (D.C. 11-11, pág. 4024). Aprovado com emendas. Vai à C.R. (D.C. 14-11, pág. 4206).

Aprovadas, em discussão única, as emendas do Senado ao projeto que retifica a Lei n.º 1.757, de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1953 (D.C. 13-11, pág. 4153).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre os securitários considerados autônomos, estendendo-lhes os benefícios da legislação do trabalho (D.C. 14-11, 4185).

Também com parecer favorável, foi a imprimir o projeto que altera o parágrafo único do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 14-11, pág. 4193).

Idem com relação ao que altera a redação do artigo 878 da Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 14-11, pág. 4195).

O projeto que considera como de serviço efetivo o período em que o empregado está afastado do trabalho em virtude de prestação de serviço militar, gôzo de benefício por parte de instituição de previdência social e acidente de trabalho foi a imprimir com parecer (D.C. 14-11, página 4195).

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, foi a imprimir o projeto que estabelece normas especiais para a locação de imóveis rurais, e dá outras providências (D.C. 12-11, pág. 4049).

ORÇAMENTO PARA 1954

Aprovada a redação final dos Anexos ns. 17 a 25, respectivamente M.Agr. e M.V.O.P. Êsses anexos vão ao Senado (D.C. 10-11, pág. 3878).

Com parecer às emendas do Senado, foi a imprimir o Anexo n.º 3 — T.C. (D.C. 11-11, pág. 4026). Aprovadas em parte as emendas (D.C. 13-11, pág. 4130).

Com parecer às emendas do Senado, foram a imprimir os Anexos ns. 4, 6 e 22 respectivamente da Presidência da República, do Estado-Maior das Forças Armadas e do M.M. (D.C. 12-11, pág. 4056). Aprovadas em parte as emendas (D.C. 13-11, pág. 4130).

Em discussão única, foram aprovadas, em parte, as emendas do Senado aos Anexos mencionados.

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Em virtude de emenda, volta à Comissão de Redação a redação final do projeto que cria Coletorias Federais e dá outras providências (D.C. 10-11, pág. 3878).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que cria o Museu Nacional de Imigração e Colonização na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina (D.C. 11-11, página 4022).

Foi a imprimir, com parecer pelo arquivamento, o projeto que cria Coletorias Federais nos Estados de Minas Gerais e R.G.S. (D.C. 12-11, pág. 4053). Idem em Pacaembu, São Paulo (pág. 4054). O último projeto vai para o arquivo (D.C. 13-11, pág. 4142).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que cria a Faculdade de Engenharia do Ceará, com sede em Fortaleza (D.C. 14-11, pág. 4190).

PATRULHA COSTEIRA

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que institui a Patrulha Costeira e dá outras providências (D.C. 11-11, pág. 4021).

PESSOAL CIVIL

Chega à Câmara, já aprovado pelo Senado, o projeto que dispõe sôbre o ingresso na carreira de Diplomata (D.C. 12-11, pág. 4055).

Com pareceres às emendas de segunda discussão, foi a imprimir o projeto que efetiva Tesoureiros e Assistentes dos Serviços de Caixa do IAPI, que contarem mais de cinco anos de efetivo exercício, a partir da data da promulgação da lei (D.C. 12-11, pág. 4062). Aprovado com emenda (D.C. 13-11, pág. 4134).

Publicado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sôbre a legalidade do art. 3.º do Decreto número 31.477, de 18 de setembro de 1952, em face do disposto na Lei n.º 1.584, de 27 de março de 1952 (D.C. 14-11, página 4178).

O Deputado Lucílio Medeiros apresentou projeto que institui aos Oficiais Administrativos do Q.P. do M.V.O.P. a privatividade do exercício da função gratificada de Chefe de Turma de Administração e integra no referido Quadro na classe "K" os atuais servidores que vêm desempenhando essa função por mais de cinco anos ininterruptamente (D.C. 14-11, pág. 4199).

PESSOAL MILITAR

Aprovado em segunda discussão, com emendas, e enviado à Comissão de Redação o projeto que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália e concluíram até 28-3-47 o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da promoção ao pôsto de segundo tenente (D.C. 12-11, pág. 4088).

O Deputado Fernando Ferrari apresentou projetou que regula o aproveitamento, no serviço ativo do Exército, das enfermeiras que integraram a F.E.B. (D.C. 13-11, pág. 4121).

PLANO DE APROVEITAMENTO ECONÔMICO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Com pareceres às emendas de primeira discussão, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre o plano geral de aproveitamento econômico do Vale do São Francisco (D.C. 11-11, pág. 3974).

PRESCRIÇÃO

Com parecer pela inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto que releva a prescrião em que incorreu o direito de Lucila Calero de Carvalho Lopes, a fim de pleitear os benefícios a que se julga com direito, junto ao M.G. (D.C. 12-11, pág. 4054).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Deputado Campos Vergal apresentou projeto que concede pensão mensal a viúva do engenheiro João de Araújo Amora (D.C. 10-11, pág. 3864).

Com pareceres às emendas de segunda discussão, foi a imprimir o projeto que dispõe sôbre os recursos financeiros para o SAPS e o SAMDU (D.C. 12-11, pág. 4058). Aprovado e enviado à C.R. (D.C. 13-11, pág. 4135).

O Deputado Carvalho Sobrinho apresentou projeto que concede uma pensão especial a Benedito Cândido de Oliveira Dória (D.C. 12-11, pág. 4080).

Com pareceres contrários, foi a imprimir o projeto que transfere para o IPASE a filiação das costureiras da Intendência da Guerra (D.C. 14-11, pág. 4184).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que concede pensão especial a Oda Brisabel de Queiroz (D.C. 14-11, pág. 4195).

QUADROS DE PESSOAL

O Deputado Celso Peçanha apresentou projeto que reorganiza o Quadro do Instituto Brasileiro de Estatística e dá outras providências (D.C. 12-11, pág. 4079).

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA

Iniciada a segunda discussão do projeto que reforma o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (D.C. 13-11, pág. 4152). Prosseguiu na sessão noturna (página 4155).

SAÚDE PÚBLICA

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado à realização de estudos e medidas de combate à leishmaniose visceral (kalazar) (D.C. 13-11, página 4116).

SEGURO AGRÁRIO

Com substitutivo da Comissão de Economia e pareceres de outras comissões foi a imprimir o projeto que estabelece normas para a instituição do seguro agrário (D.C. 11-11, pág. 3972). Em virtude de emendas apresentadas, volta à comissões (D.C. 13-11, pág. 4148).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

O Deputado Dilermando Cruz apresentou projeto que fixa o prazo para conclusão da construção e pavimentação da BR-3, trecho Barreira do Triunfo-Belo Horizonte (D. C. 11-11, pág. 4028).

O Deputado Bias Fortes apresentou projeto que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial para a realização do aumento da distribuição da rêde de abastecimento de água, esgotos e luz da cidade de Caxambu, MG (D.C. 13-11, pág. 4148).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para construção do edifício do D.C.T. de Manaus (D.C. 14-11, pág. 4183).

OUTROS PROJETOS

O Deputado Aarão Steinbruch apresentou projeto que proíbe o registro e publicação de textos e desenhos de histórias em quadrinhos que versarem sôbre assuntos que não sejam científicos, culturais, religiosos, históricos ou humorísticos e determina que essas histórias tenham pelo menos 50% de textos e desenhos de autores nacionais ou estrangeiros, que tenham, como único domicílio, o Brasil (D.C. 10-11, pág. 3866).

O Deputado Ari Pitombo e outros apresentaram projeto que garante, por fôrças federais a realização de eleições em todo o território nacional (D.C. 11-11, página 4029).

Com pareceres contrários, foi a imprimir o projeto que assegura direito patrimonial ao Município de Paranaguá, PA, sôbre os terrenos de marinha que especifica (D. C. 12-11, pág. 4050).

Foram a imprimir, com parecer favorável, as emendas do Senado ao projeto que autoriza emissão de selos postais comemorativos da fundação do Colégio Interno de São José (D.C. 12-11, pág. 4052).

O Deputado Dioclécio Duarte apresentou projeto que altera a redação do art. 85 do Código do Processo Civil, que confere ao inventariante a representação da herança em juízo (D.C. 12-11, pág. 4080).

Com pareceres, foram a imprimir as emendas do Senado ao projeto que autoriza abertura de crédito especial para a ereção de um busto do Senador Joaquim Pedro Salgado Filho; e idem para a construção em Pernambuco de um monumento a Agamemnon Magalhães (D.C. 13-11, pág. 4113).

O Deputado Nestor Duarte apresentou projeto que cria a sublegenda partidária (D.C. 13-11, pág. 4124).

Pelo Deputado Armando Falcão, foi apresentado projeto que concede facilidades de câmbio aos brasileiros que possuam curso superior e queiram aperfeiçoar seus conhecimentos em centros universitários europeus e americanos (D.C. 14-11, pág. 4199).

DISCURSOS

Na sessão de 9 de novembro, falaram os seguintes senhores deputados: Dioclécio Duarte, sôbre a distribuição do prêmio Teixeira de Freitas e a personalidade de Seabra Fagundes; Hermes de Souza, sôbre reivindicações de empregados da E.F. Jacuí; Roberto Morena, sôbre a situação dos pensionistas de previdência social; Aarão Steinbruch, sôbre as histórias em quadrinhos; Hugo Carneiro, sôbre a administração do Território do Acre; Muniz Falcão, para protestar contra as autoridades de Miami, no caso do Ministro Silvestre Péricles; Galeno Paranhos, para um apêlo às autoridades competentes no sentido de ser instalada uma Carteira imobiliária do IAPETC em Goiânia; Armando Falcão, para ler a Carta Pastoral de Dom Lustoza, Arcebispo de Fortaleza; Heitor Beltrão, sôbre a administração do SAPS; Dilermando Cruz, para uma reclamação regimental; Fernando Ferrari, para uma questão de ordem; Fernando Nóbrega, sôbre a atuação do Ministro João Goulart; Paulo Neri, sôbre o falecimento do Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves, ex-constituinte; Armando Falcão, para uma questão de ordem; Paulo Ramos, Celso Peçanha, Vasconcelos Costa, Brochado da Rocha, Alde Sampaio, Muniz Falcão e Mario Altino, na discussão do projeto que determina cancelamento de lançamentos de impôsto de renda feitos "ex-officio"; Loureiro Júnior, para criticar o seu colega Tenório Cavalcanti; Clodomir Millet, na discussão de projeto de lei.

Publicado o discurso proferido pelo Ministro da Fazenda, na sessão de 1 de outubro findo (D.C. 10-11, página 3890).

Ocuparam a tribuna, na sessão de 10 de novembro, os seguintes oradores: Benjamin Farah, sôbre projeto de sua autoria a respeito de consignações em fôlha de pagamento; Dioclécio Duarte, sôbre a esperada exposição do Ministro da Viação a respeito das obras no Nordeste; Galeno Paranhos, a respeito do falecimento do Dr. Carlos Alberto de Freitas; Aarão Steinbruch, para justificar requerimentos de sua autoria; Rui Araújo, para homenagear a memória do Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves; Vieira Lins, para congratular-se com o novo presidente do IAPC; Muniz Falcão, sôbre inquérito parlamentar relativo à CEXIM; Celso Peçanha, sôbre portaria do Secretário de Finanças do Estado do Rio; Ostoja Roguski, para justificar requerimentos de sua autoria, relativos a propriedades da União; Sá Cavalcanti, sôbre importação de vinhos; Arruda Câmara, a respeito do 50º aniversário da ordenação sacerdotal de Dom Carlos Chiarlo; Luiz Compagnoni, a respeito do "Esquema Aranha" e sua repercussão na lavoura tritícola e na importação do trigo.

O Ministro da Viação e Obras Públicas discursou para prestar os esclarecimentos solicitados em requerimento, sôbre assuntos de sua pasta. Interpelaram o titular da Viação os Deputados Armando Falcão, João Agripino e Paulo Sarasate.

Falaram, na sessão de 11 de novembro, os seguintes senhores deputados: Breno da Silveira, sôbre o projeto de abono de Natal; Plínio Cavalcanti, sôbre a CEXIM; Aarão Steinbruch, para um apêlo no sentido da aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social; Dioclécio Duarte, para justificar projeto de sua autoria que modifica dispositivo do Código do Processo Civil; Paulo Lauro, para falar sôbre o projeto de sua autoria que isenta o funcionalismo do pagamento do impôsto de renda; Vasconcelos Costa, sôbre andamento de projetos de amparo aos oficiais do Registro Civil; Osvaldo Orico, sôbre requerimento de sua autoria relacionado com a borracha amazônica, Vieira Lins, a respeito do problema dos transportes no Paraná; Fernando Ferrari, sôbre projeto que regulamenta a equivalência de cursos; Luis Compagnoni, para congratular-se com a ascensão do Sr. João Caruso ao Govêrno do R.G.S.; Paulo Sarasate, para ler telegrama que lhe foi enviado; Medeiros Neto, para ler pronunciamento favorável da Assembléia Legislativa de seu Estado a projeto de sua autoria; Celso Peçanha, para encaminhar à Mesa projeto sôbre o IBGE; Armando Correia, para ler memorial dos empregados das Plantações Ford de Belterra e Fordlândia; José Bonifácio, sôbre legislação relativa às atividades radiofônicas; Armando Correia, João Agripino, Ulisses Guimarães e Afonso Ari-

nos, na formulação de questões de ordem; êste Deputado, sôbre as próximas eleições no Maranhão; Alde Sampaio na discussão de projeto sôbre impôsto de renda; Brochado da Rocha, sôbre o mesmo assunto; Antônio Horácio e Armando Correia, idem; e Aarão Steinbruch, em explicação pessoal.

Na sessão diurna de 12 de novembro, ocuparam a tribuna os seguintes senhores deputados: Dilermando Cruz, sôbre o aumento do preço do leite; Muniz Falcão, sôbre a situação da Companhia Usinas Nacionais; Breno da Silveira, sôbre a autonomia do D.F. e projeto de sua autoria relativo a pessoal militar; Ostoja Roguski, sôbre a demora na construção da E.F. Apucarana-Maringá; Roberto Morena, sôbre a greve dos aeroviários da Aerovias Brasil; Heráclito Rêgo sêbre atraso no pagamento de pessoal do IAPETC; Aarão Steinbruch, sôbre a greve dos produtores de leite; Plínio Cavalcanti sôbre a nova orientação do M.F. em matéria financeira; Benjamin Farah, para apresentar projeto de sua autoria; Tenório Cavalcanti, para anunciar seu próximo discurso; Celso Peçanha, sôbre chuvas torrenciais no Estado do Rio; Saulo Ramos, sôbre o mesmo caso em Santa Catarina; Vasconcelos Costa, sôbre projeto relativo ao pessoal das coletorias; Carmelo D'Agostino, sôbre política estadual; Carvalho Sobrinho, idem; Gustavo Capanema, para esclarecer a sua posição como líder do Govêrno, frente aos dois discursos anteriores; Celso Peçanha, Lameira Bitencourt, Fernando Ferrari, João Agripino, Dolor de Andrade, Dantas Júnior, Campos Vergal, Dilermando Cruz, Carlos Valadares, Brochado da Rocha, Nestor Duarte, Aluísio de Castro, Armando Correia, Roberto Morena, João Cabanas e Nestor Jost na discussão de projetos constantes da ordem do dia e Tenório Cavalcanti em explicação pessoal.

Na sessão noturna de 12 de novembro, falaram: Carmelo D'Agostino, sôbre o momento político paulistano; Ponciano dos Santos, na discussão do projeto de reforma do Regimento Interno; Paulo Sarasate, Fernando Ferrari, Gustavo Capanema, Brochado da Rocha, Euzébio Rocha, Macedo Soares e Rui Almeida, na discussão de matéria constante da ordem do dia.

Falaram, na sessão de 13 de novembro, os seguintes senhores deputados: Aarão Steinbruch, sôbre o cumprimento da legislação trabalhista; Vieira Lins, sôbre a situação da lavoura cafeeira paranaense; Medeiros Neto, sôbre o Dia Nacional de Ação de Graças; Armando Falcão, para justificar projeto sôbre câmbio para estudantes no exterior; Getúlio Moura, para solidarizar-se com as vítimas da inundação de Itaguaí; Celso Peçanha sôbre demora em relatar projetos; Benjamin Farah, para um apêlo a favor de projeto; Roberto Morena, sôbre a greve dos empregados das Aerovias; Fernando Ferrari, sôbre o preço dos combustíveis destinados a máquinas agrícolas; Arnaldo Cerdeira, para um repto ao Deputado que teria documentos comprometodores à sua pessoa; Heitor Beltrão, para entregar à Mesa nota do CACO a respeito da alta do custo de vida; Leoberto Leal, a respeito das atividades da CEXIM; Lucílio Medeiros, sôbre a E.F. Brasil-Bolívia; Lopo Coelho, Lauro Lopes, Gurgel do Amaral, Muniz Falcão e Brochado da Rocha, na discussão de projeto de lei; Alberto Deodato, sôbre o atraso no pagamento do pessoal da E.F. Bahia-Minas; Aarão Steinbruch e Dermeval Lobão, em explicação pessoal.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Recebidas as informações do M.M., sôbre inquérito em que estêve envolvido um prático da barra do Rio de Janeiro (D.C. 10-11, pág. 3863).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Constituição e Justiça, para que seja ouvido o M.G. a respeito de projeto que dispõe sôbre vantagens a oficiais possuidores do Curso de Formação de C.P.O.R.; e do Deputado Lacerda Werneck, sôbre fixação de preço mínimo para o trigo nacional (D.C. 10-11, pág. 3864).

Lidas na hora do expediente da sessão de 10 de novembro as seguintes informações: do M.Aer., sôbre projeto de lei que dispõe a respeito do desligamento de cadetes do ar vitimados em acidentes de aviação; do mesmo, sôbre projeto que inclui na reserva de 3.ª categoria dos portadores de licenças de pilôto, navegador, mecânico de vôo e de manutenção e rádio-operador; e do M.F., sôbre execução de contrato relativo a financiamento de lavouras cafeeiras (D.C. 11-11, pág. 3971).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Finanças, sôbre a audiência do M.R.E. para o fim de fornecer a discriminação dos gastos com a visita do Sr. Milton Eisenhower e outros ao Brasil; da mesma, sôbre a audiência do M.S. para projeto que autoriza concessão de auxílio ao II Congresso Interamericano de Reumatologia; da mesma, sôbre audiência do M.E.C. para o projeto que autoriza concessão de auxílio para a realização do Congresso Mundial de Imprensa; e da Comissão de Legislação Social, sôbre audiência do M.T.I.C. para projeto que concede benefícios na previdência social (D.C. 11-11, pág. 4028).

Recebidas as seguintes informações: do M.Aer., sôbre emprêgo de verba destinada ao campo de pouso do Iraí, RS (D.C. 12-11, pág. 4048); do M.F., sôbre operações de câmbio no mercado de taxa livre e do M.R.E., sôbre ingresso de imigrantes procedentes de Hong-Kong (D.C. 12-11, pág. 4048).

Deferidos os seguintes requerimentos: do Deputado Ponciano dos Santos, sôbre a participação do cidadão Estêvão Alves da Silva na Campanha de Canudos; do Deputado Muniz Falcão, sôbre o incidente ocorrido em Miami, com o Ministro Silvestre Péricles de Goes Monteiro; e do Deputado Aluísio Alves, sôbre exposição de motivos do M.M. que sugere seja modificada a Lei n.º 1.338, de 1951 (D.C. 12-11, pág. 4079).

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Ostoja Roguski, sôbre os têrmos do acôrdo firmado entre o M.A. e a sociedade Clevelândia Industrial Territorial Ltda., quanto ao prosseguimento dos trabalhos de colonização a cargo da Colônia Agrícola Nacional General Osório, situada no Paraná; do mesmo, sôbre os têrmos do acôrdo que está sendo negociado entre a firma Indústrias Brasileiras de Papel S.A. e o M.F., em tôrno da Fábrica de Papel de Arapoti; e do Deputado Armando Falcão, sôbre a importação feita pela COFAP de 4.000 carneiros (D.C. 13-11, pág. 4120).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Justiça, sôbre o carro oficial n.º 9.15.86, do D.F.; do M.E., sôbre regulamentação da profissão de Assistente Social; do Tribunal Superior do Trabalho, sôbre a situação de processos em curso nessa Côrte da Justiça; e do Tribunal de Contas, sôbre contrato em exame na Comissão de Tomada de Contas (D.C. 14-11, pág. 4143).

Deferidos, na sessão noturna de 12 de novembro, os seguintes requerimentos: do Deputado Rui Almeida, sôbre o pagamento, pelos Senadores e Deputados, dos impostos, taxas e emolumentos decorrentes da importação de veículos autorizada pela Resolução n.º 85; do mesmo, sôbre pagamento de fretes devidos pelo transporte, em navios do Lóide Brasileiro, dos veículos importados de acôrdo com a mesma Resolução; do mesmo, sôbre o critério adotado pelo IAPB para a venda ou aluguel de imóveis de sua propriedade, bem como sôbre a compra de 400 lotes de terreno; do deputado Dioclécio Duarte, sôbre a importação e revenda de máquinas agrícolas; do Deputado Herbert Levy, sôbre a política do M.F. no que concerne às medidas adotadas para pôr côbro a violentas altas dos preços das utilidades; da Comissão de Finanças, sôbre projeto que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula na categoria dos estabelecimentos subvencionados pela União; da mesma, sôbre projeto relacionado com a sede do Tribunal Federal de Recursos; da mesma sôbre o mesmo assunto; e da Comissão de Legislação Social, sôbre projeto que dá nova redação a dispositivo da C.L.T. relativo a horários de trabalho (D.C. 13-11, pág. 4147).

Deferidos na sessão de 13 de novembro os seguintes requerimentos da Comissão de Constituição e Justiça: sôbre o projeto que doa terreno e prédio em construção à União Beneficente de Cariús, CE; sôbre projeto que dispõe a respeito da admissão, em caráter facultativo, ao Montepio Militar, dos oficiais que especifica; sôbre o projeto que

transfere para o Serviço Florestal do M.A. as atribuições de reflorestamento do I.N. Pinho; sôbre o projeto que dispõe a respeito da venda em leilão de bens da União; e sôbre o projeto que concede aos servidores públicos anistia de dívidas decorrentes de sentenças judiciais (D.C. 14-11, pág. 4198).

REDAÇÕES FINAIS

No Senado Federal

Foram aprovadas as redações finais dos seguintes projetos: a) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Pirelli S.A. Companhia Industrial Brasileira; b) que releva de prescrição os direitos dos herdeiros de Manoel Pio Correia à percepção do respectivo montepio; c) que provê sôbre argüição de inconstitucionalidade perante o S.T.F.; d) que aprova os têrmos dos contratos celebrados entre o D.C.T. e a Firma Construtora Richard de Block; e) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito especial de um milhão de cruzeiros para atender as despesas com à realização no Brasil do V Período de Sessões da CEPAL; f) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a Firma Biyngton & Cia., para fornecimento de 16 conjuntos amplificadores para rádio; g) que mantém a decisão por que o T.C. denegou registro à rescisão e ao contrato celebrado entre o M.J.N.I. e a Firma Lino Moreira & Cia.; h) que aprova o têrmo aditivo do contrato celebrado entre o M.V.O.P. e a S.A. Rádio Tupi; i) que aprova contrato celebrado entre o D.C.T. e a Firma Somag Sociedade de Engenharia Ltda.; e j) que modifica o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 9.267, de 20-5-43, pelo qual é considerada insalubre a zona de Barra Bonita, no Estado de São Paulo (D.C. 10-11, páginas 1332-34).

Foram aprovadas as redações finais dos seguintes projetos: a) que aprova o têrmo aditivo ao contrato celebrado entre o M.E.C. e The Institute of Inter-American Affairs para realização de um programa de cooperação educacional; b) que concede por intermédio do M.S. o auxílio anual de um milhão e quinhentos mil cruzeiros à Policlínica Geral do Rio de Janeiro; c) que dispõe sôbre o desdobramento dos cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia; d) que concede a pensão especial de três mil cruzeiros mensais à viúva de Aureliano Silveira, ex-agente do Impôsto de Consumo e e) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a Firma Biyngton & Cia. para fornecer um aparelho transmissor de radiodifusão (D.C. 11-11, págs. 1377-78).

Foi aprovada a redação final do projeto de decreto-legislativo que aprova o têrmo de renovação do contrato celebrado entre o Govêrno Federal do Território do Guaporé e Alberto Josuá (D.C. 12-11, pág. 1388).

Foram a imprimir as redações finais dos seguintes projetos: a) que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e Carlos Eurico Montenegro; b) que mantém a decisão por que o T.C. denegou registro ao têrmo do acôrdo celebrado entre o M.S. e o Estado de M. Gerais para intensificação da assistência psiquiatra naquele Estado; c) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao C.I.C., o crédito especial de seis mil e quinhentos cruzeiros para pagamento de salário-família; d) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda.; e) idem o contrato-escritura entre a Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a Firma Maveroy S. Indústrias Frigoríficas Ltda.; f) que mantém a decisão por que o D.C. denegou registro ao têrmo do contrato celebrado entre o D.C.T. e José Rodrigues Pereira (D.C. 13-11, pág. 1396).

PROJETOS REJEITADOS

Foi rejeitado o projeto de lei da Câmara que concede pensão especial de mil e quinhentos cruzeiros mensais a Waldomiro Pedro Marmith (D.C. 12-11, pág. 1388).

Foram rejeitados os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e Jack Piot Gorecki e b) idem e Ciro Paulino de Camargo (D.C. 12-11, págs. 1390-91).

Foi rejeitado o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e Dalton Ramos Brandão (D.C. 13-11, pág. 1409).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Foi aprovado em segunda discussão o projeto de lei da Câmara que proíbe por 2 anos a exportação de arroz (D.C. 10-11, pág. 1332).

ASSISTÊNCIA

Foram eleitos os Senadores Vivaldo Lima, Kerginaldo Cavalcanti, Abelardo Jurema e João Vilasboas para integrarem a comissão mista destinada a estudar o problema da assistência aos trabalhadores empregados na extração da borracha e elaborar projeto de lei regulando a matéria (D.C. 13-11, pág. 1409).

AUTONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

Foi aprovado o projeto de reforma constitucional que acrescenta dispositivos ao artigo 4.º do Ato Constitucional (D.C. 12-11, pág. 1387).

AUXÍLIO

Foi a imprimir com parecer da Comissão técnica o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de duzentos e quarenta milhões de cruzeiros para subvencionar a E.F. Leopoldina (D.C. 12-11, pág. 1386).

Encerrada a discussão e volta com emendas às comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que oficializa o 1.º Congresso Mundial e o V Congresso Brasileiro de Homeopatia. Nessa oportunidade falaram os senadores Aloísio de Carvalho e João Vilasboas (D.C. 12-11, página 1387).

Foi aprovado em discussão única o projeto acima indicado. Nessa oportunidade falou o Senador Othon Mader para encaminhar a votação (D.C. 12-11, pág. 1390. Sessão Noturna).

BENS DA UNIÃO

Foi aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a permutar área de terreno pertencente à Viação Férrea do R.G.S., por outra igual de propriedade da Firma Irmãos S.A. (D.C. 12-11, página 1388).

BÔLSA DE VALORES

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei do Senado que altera a legislação de Bôlsa de Valores e dá outras providências (D.C. 14-11, pág. 1422).

CONTRATOS

Foi aprovado em discussão única o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato-escritura celebrado entre o S.E.I. do Patrimônio Nacional e a firma Maveroy S. Frigorífica Ltda. (D.C. 10-11, pág. 1331).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o têrmo de ajuste celebrado entre a Diretoria do D.C.T. do Estado de Pernambuco e a Firma J. Ferreira Marques e b) que mantém o ato do T.C. denegatório ao registro de contrato celebrado entre o T.R.E. do Estado de São Paulo e a firma I.B.M. World Trad Corporation (D.C. 12-11, pág. 1384).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o contrato celebrado entre o M.Agr. e o Dr. Cláudio Pacheco e sua mulher Miriam de Nazareth Sampaio Pacheco; b) idem entre o D.F.C. e a Sociedade Mesbla S.A.; c) que mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro do têrmo aditivo ao contrato celebrado entre o D.F.S.P. e Ataualpa Alves Caldeira e d) idem ao registro do contrato celebrado entre o D.N.P.R.C. e o Laboratoire Dauphynois d'Hydraulique Neyrpic (D.C. 13-11, pág. 1396).

Foi aprovado em discussão única o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Standard Eletric S.A. (D.C. 13-11, pág. 1410).

DESPESAS COM PESSOAL

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza ao P.J. os créditos suplementar de Cr$ 1.922.131,80, em refôrço a verba 1 do anexo do orçamento da União e especial de Cr$ ..... 2.218.192,20 para pagamento da gratificação adicional aos servidores dos tribunais regionais eleitorais (D.C. 10-11, pág. 1327).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, ao C.I.C., o crédito especial de seis mil e quinhentos cruzeiros para pagamento de salário-família (D.C. 10-11, pág. 1332).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que abre ao Congresso Nacional — Senado Federal os créditos especial de Cr$ 453.319,40 e suplementar de Cr$ 661.236,90 para os fins que mencionam (D.C. 11-11, pág. 1342).

Foram aprovados os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.J., o crédito especial de Cr$ 142.616,50 para pagamento de gratificação adicional a servidores dos territórios federais; b) idem de Cr$ 21.888,00 para pagamento de gratificação ao médico Francisco Vitorino de Lima; c) idem pelo M.F. de Cr$ 128.508,10 destinado ao pagamento de trabalhos executados pelo D.I.N. para a Comissão do Vale do São Francisco; d) idem ao P.J. de Cr$ 15.101,70 para pagamento de vencimentos a suplentes de juízes e juízes presidentes de Junta e Suplentes de Juízes Classistas; e) idem pelo M.J. de Cr$ 1.284.140,00 para pagamento de gratificações militares ao Corpo de Bombeiros do D.F.; f) que revigora o inciso IX do § 6.º do art. 176 do Código Civil. Encerrada a discussão e volta às comissões técnicas com emendas do projeto de lei da Câmara que estende aos auditores de 1.ª entrância e advogados da J.M. o direito à gratificação adicional por tempo de serviço (D.C. 11-11, pág. 1348).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.A. o crédito especial de Cr$... 401.240,20, para pagamento de despesas extracontratuais verificadas na construção de um grupo de casas residenciais na Base de Natal, Estado do R.G.N. (D.C. 11-11, pág. 1368).

Chegam ao Senado os seguintes de lei da Câmara: a) que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.R.E. o crédito especial de Cr$ 250.000,00 para atender as despesas com a construção de um pedestal para estátua do Barão do Rio Branco e b) idem os créditos suplementar de Cr$ ..... 87.996.413,20 e especial de Cr$ 339.340.892,10 destinados no corrente exercício às despesas com o pagamento da gratificação adicional (D.C. 12-11, pág. 1384).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.R.E. o crédito especial de Cr$ 1.500.000,00 para ocorrer às despesas com um monumento a ser oferecido à Cidade de Nova Iorque (D.C. 13-11, pág. 1397).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões técnicas os seguintes projetos: a) que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.G. o crédito especial de um milhão de cruzeiros para atender ao pagamento das primeiras despesas relativas a remodelação do panteon e b) idem pelo M.J. o crédito especial de Cr$ 40.000,00 para pagamento de despesas de vestuários, uniformes e equipamento do Corpo de Bombeiros do D.F. (D.C. 13-11, págs. 1418 e 1423).

DIPLOMACIA

Chega ao Senado a mensagem presidencial que submete à apreciação da casa para fazer o Sr. Professor Ernesto de Moraes Leme delegado permanente do Brasil junto à ONU (D.C. 10-11, pág. 1327).

DOAÇÕES

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza a União a doar à Federação das Indústrias do Estado de Goiás, o lote de terra n.º 70 — 68 — 33 — 35, da quadra 69 setor central de Goiânia (D.C. 14-11, pág. 1418).

EDUCAÇÃO

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que considera válido o curso realizado pelos professôres normalistas nas Faculdades de Filosofia da Universidade do R.G.S. e da Pontifícia Universidade Católica do R.G.S. (D.C. 11-11, pág. 1375).

EXECUÇÃO PROFISSIONAL

Foi aprovado com emenda o projeto de lei da Câmara que determina que a vigilância dos navios será feita por profissionais matriculados nas delegacias do trabalho marítimo (D.C. 13-11, pág. 1409).

IMPÔSTO DE RENDA

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre a substituição de comprovantes de contribuição para subscrição compulsória de obrigações de Guerra, como Base de impôsto de renda (D.C. 12-11, pág. 1384).

INDENIZAÇÃO

Foi aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.F., o crédito especial de trezentos e cinqüenta mil cruzeiros para pagamento de gratificação adicional dos servidores do T.C. (D.C. 10-11, pág. 1332).

ISENÇÕES

Foi aprovado com emenda o projeto de lei da Câmara que concede isensão de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social e do impôsto de consumo para materiais destinados ao E.R.G.S. (D.C. 12-11, pág. 1390).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que estende às emprêsas Editôras ou Impressoras de Livros os favores concedidos às emprêsas jornalísticas pela Lei número 1.386, de 18-6-51, que regula a importação de papel e outros materiais de consumo de imprensa (D.C. 14-11, pág. 1417).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que determina que a vigilância dos navios será feita por profissionais matriculados nas D.T.M. (D.C. 10-11, pág. 1329).

Encerrada a discussão e volta às comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que altera o § 2.º do art. 6.º, a letra *a* e e acrescida ao art. 7.º da Lei 605, de 5 de janeiro de 1949 que regula o repouso remunerado (D.C. 10-11, pág. 1331).

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que dá nova redação ao art. 1.º da Lei n.º 605, de 5-1-49. (D.C. 13-11, pág. 1398).

MATERIAL DE GUERRA

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.M. o crédito de Cr$ ..... 321.048.000,00 para ocorrer o pagamento dos cruzadores "Saint Louis" e "Philadelphia" adquiridos ao Govêrno dos Estados Unidos da América (D.C. 14-11, pág. 1418).

ORÇAMENTO

Chegam ao Senado os anexos 15 e 18 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 11-11, págs. 1350-51).

Lida e aprovadas várias emendas do anexo n.º 21 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954. (D.C. 11-11, pág. 1351).

Lidas e apoiadas várias emendas do anexo n.º 27 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D. C. 11-11, pág. 1358).

Foram aprovados os anexos 20 e 22 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954. Falou nessa oportunidade o Senador Alfredo Neves (C.C. 11-11, páginas 1362, 1369).

Encerrada a discussão e volta às comissões técnicas o anexo n.º 26 do projeto acima indicado. Foram lidas e apoiadas várias emendas (D.C. 11-11, pág. 1374).

Foi aprovado o anexo 16, do projeto acima indicado, sôbre a redação final das emendas do senado (D.C. 11-11, pág. 1375).

Chegam ao Senado os anexos 17, 1 e 25 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954. (D.C. 12-11, pág. 1389).

Foi a imprimir com parecer da comissão de finanças o anexo n.º 9 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 13-11, pág. 1397).

Lidas e apoiadas e enviadas à comissão de finanças várias emendas ao anexo n.º 18-A do projeto de lei da Câmara acima indicado (D.C. 13-11, pág. 1400).

Foi a imprimir com parecer da comissão de finanças sôbre a redação final das emendas do Senado ao anexo n.º 20 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 14-11, pág. 1426).

ORGANIZAÇÃO

Encerrada a discussão e volta à Comissão de Redação o projeto de lei do Senado que dispõe sôbre a Universidade Rural do Estado de M. Gerais (D.C. 10-11, página 1332).

Foi a imprimir a redação para 2.ª discussão do projeto de lei do Senado que dispõe sôbre a Universidade Rural do Estado de M. Gerais (D.C. 13-11, pág. 1396).

PESSOAL CIVIL

Foi a imprimir com parecer da Comissão técnica o projeto de resolução que dispõe sôbre aplicação, aos funcionários do Senado Federal, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (D.C. 10-11, pág. 1327).

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre o provimento da carreira de detetive do Q.P. do M.J.N.I. — D.F.S.P. (D.C. 10-11, pág. 1328).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre a contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria ao Dr. José Gabriel de Lemos Brito (D.C. 13-11, pág. 1396).

PESSOAL MILITAR

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia da Marinha e regula a situação dêsses oficiais no Corpo de Engenharia e Técnicos Navais (D.C. 10-11, pág. 1328).

PREVIDÊNCIA

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que altera o limite máximo do valor do imóvel para financiamento de moradia dos associados dos I.C.A.P. (D.C. 10-11, página 1332).

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei do Senado que dispõe sôbre as aposentadorias e pensões concedidas pelo I.C.A.P. (D.C. 11-11, pág. 1342).

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que dispõe sôbre o pagamento de auxílio-enfermidade nas instituições de previdência social e b) que determina a reserva de 3% sôbre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelo IAP e CAP para prestação de assistência alimentar aos seus associados (D.C. 14-11, pág. 1424).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. abrir, pelo M.V.O.P. os créditos especiais de 4 e 3 milhões de cruzeiros, para contratar, respectivamente, os estudos do aproveitamento do potencial hidráulico do Salto Capivara do Rio Paranapanema, do Estreito no Rio Uruguai da Cachoeira da Fumaça e de outros desníveis do Rio Itabapoana (D.C. 14-11, pág. 1418).

OUTROS PROJETOS

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de decreto legislativo que aprova o têrmo do Convênio entre a Superintendência do Vale de S. Francisco e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo (D.C. 12-11, página 1390).

Foi a imprimir com parecer da comissão de constituição e justiça o ofício S/6/53, do Sr. Governador do Estado de São Paulo solicitando autorização do Senado para efetivação dos compromissos assumidos pelo Govêrno do mesmo Estado, perante o Banco Internacional de Recons-

trução e Desenvolvimento no contrato de fundos para o projeto previsto no empréstimo de US$ 10.000.000,00 a ser feito pelo referido Banco às Usinas Elétricas Paranapanema S.A. (D.C. 14-11, pág. 1425).

DISCURSOS

Falaram, na sessão de 9 de novembro, os seguintes Senadores: Joaquim Pires sôbre a construção do Forum em terreno existente na Esplanada do Castelo; Valdemar Pedrosa sôbre o falecimento do Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves; Anisio Jobim também sôbre o mesmo assunto e Ivo D'Aquino a respeito do intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Argentina.

Falaram, na sessão de 10 de novembro, os seguintes Senadores: Joaquim Pires sôbre o acôrdo firmado entre o Govêrno do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana; Abelardo Jurema sôbre a figura do Ministro da Viação e Obras Públicas à frente dêste Ministério; Ivo D'Aquino sôbre a usina termelétrica instalada no Estado de São Paulo; Vivaldo Lima sôbre o falecimento do Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves; Ismar de Goes sôbre o fundo partidário e Vitorino Freire a respeito da figura de Júlio Barbosa de Matos Corrêa.

Falaram, na sessão de 11 de novembro, os seguintes Senadores: Apolônio Sales sôbre a viagem que empreendeu ao nordeste brasileiro; Cícero Vasconcelos sôbre homenagens prestadas ao Exmo. Sr. Arcebispo de Almeida e Núncio Apostólico em nosso país; Gomes de Oliveira a respeito de viagem que fêz ao Vale de Itajaí e Ismar de Goes sôbre o projeto de lei da Câmara que trata de isenções sôbre importação realizada pelo Estado do R.G. do Sul.

Ocupou a tribuna, na sessão de 12 de novembro, o Senador Djair Brindeiro para congratular-se com os brasileiros pelo êxito que obteve a exposição, em Paris, levada a efeito pelo Museu de Arte de São Paulo.

Falaram, na sessão de 13 de novembro, os seguintes Senadores: Othon Mader sôbre o desenvolvimento vertiginoso do Norte do Paraná e Vivaldo Lima sôbre a figura do Dr. Álvaro de Paula Guimarães.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Recebidas as informações do Sr. Ministro da Fazenda a respeito da COFAP.

DASP - BIBLIOTECA
BRASILIA

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

VOLUMES EDITADOS

ANO I — 1937-1938

Vol. I — novembro-37 (esg.), janeiro, fevereiro (esgotados), março.
Vol. II — abril (esg.), maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esg.).

ANO II — 1939

Vol. I — janeiro, fevereiro-março.
Vol. II — abril-maio, junho.
Vol. III — julho-agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro-novembro, dezembro (esg.)

ANO III — 1940

Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol. III — julho (esg.), agôsto (esg.), setembro.
Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

ANO IV — 1941

Vol. I — janeiro (esg.), fevereiro (esg.), março.
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol. III — julho, agôsto, setembro (esgotados).
Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

ANO V — 1942

Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol. III — julho (esg.), agôsto, setembro (esg.).
Vol. IV — outubro (esg.), novembro, dezembro.

ANO VI — 1943

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esgotados).

ANO VII — 1944

Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho (esg.) agôsto, setembro
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO VIII — 1945

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO IX — 1946

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto-setembro.
Vol. IV — outubro-novembro, dezembro.

ANO X — 1947

Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
Vol. II — maio-junho, julho-agôsto.
Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

ANO XI — 1948

Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
Vol. II — maio-junho, julho-agôsto.
Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

ANO XII — 1949

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XIII — 1950

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XIV — 1951

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XV — 1952

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XVI — 1953

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.



O Ministro Arízio de Viana entrega o diploma a um dos alunos que concluíram com êxito o ano letivo nos Cursos de Administração do D.A.S.P.